

X
JORGE LUIZ ALVES NATAL

A QUESTÃO ALIMENTAR-NUTRICIONAL NA POLÍTICA ECONÔMICA (1930-1976)

- Um vai-vem na periferia da agenda pública.

Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Departamento de Economia e Planejamento Econômico do I.F.C.H., da UNICAMP, sob a orientação do Professor Doutor Carlos Francisco Lessa.

Julho de 1982

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Para Hercília e Guilherme

A meus pais, João e Nélia

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o produto da colaboração de algumas pessoas.

O corpo docente do Programa de Mestrado em Economia da UNICAMP foi de fundamental importância no processo de minha formação acadêmica. A dívida intelectual que contrai com os professores do Departamento de Economia e Planejamento Econômico (DEPE/UNICAMP) é enorme; a todos os meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço particularmente a Carlos Lessa que não só se dispôs a orientar esta tese, como estimulou decisivamente que a fizesse. Possivelmente, sem ele esta empresa não teria sido concluída tantas as dificuldades que se colocaram.

À Neide Matos, professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Uberlândia, agradeço pela eficiente revisão de ortografia e estilo e paciência com a minha prolixidade.

A João Carlos Horta da Silva, agradeço a excelente datilografia.

A Rosélia P. da S. Piquet e Marília Bernardes pela estima e consideração em momentos, para mim, significativos. Agradeço também aos amigos Júlio S. G. de Almeida, Francisco L. Lopreato, Edson P. Guimarães e André C. Médici pela agradável convivência. Agradeço ainda a Tiago A. de Almeida e Paulo R. F. Andrade também pela convivência e ainda, pela colaboração paciente em algumas das passagens desta tese.

Por fim, agradeço a Hercília o carinho, o estímulo

e a paciência indispensáveis para que cruzássemos estes tempos de tese.

Uberlândia, julho de 1982

Í N D I C E

| | Página |
|--|--------|
| INTRODUÇÃO | 1 |
| CAPÍTULO I - A SOCIEDADE BRASILEIRA NO PERÍODO 1880/1930: a explicitação e o re- conhecimento por parte do Estado da questão das massas trabalhado- ras urbanas..... | 10 |
| CAPÍTULO II - O PERÍODO 1930/37: alguns inquê- ritos sobre condições de vida da classe trabalhadora e a interven- ção estatal no mercado de tra- balho..... | 22 |
| CAPÍTULO III - O PERÍODO 1937/46: o tema ganha "ibope" ao nível do Estado..... | 36 |
| CAPÍTULO IV - O PERÍODO 1946/50: o auge do movi- mento anterior..... | 81 |
| CAPÍTULO V - O PERÍODO 1950/64: o esvaziamento definitivo da questão da alimenta- ção na agenda do Estado..... | 96 |
| CAPÍTULO VI - O PERÍODO 1964/75: a questão ali- mentar em recesso..... | 108 |
| CAPÍTULO VII - O ANO DE 1976: o tema sai do ní- vel do discurso e é contemplado pelo Estado com uma ação concre- ta - o Estado implanta o Progra- ma Nacional de Alimentação e Nu- trição (PRONAN)..... | 123 |

| | |
|--|-----|
| 7.1 - O PRONAN e o diagnóstico - radical - explícito do pa- drão de crescimento ante- rior..... | 124 |
| 7.2 - O PRONAN; uma disceptação teórico-ideológica acerca de seus marcos conceituais e de reflexão..... | 131 |
| 7.3 - O PRONAN e suas linhas de ação; alguns comentários - o diagnóstico implícito..... | 140 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 149 |
| ANEXO I - Legislações | |
| 1) Sobre Trabalho Urbano..... | 173 |
| 2) Sobre Previdência Social..... | 174 |
| 3) Sobre Justiça e Trabalho..... | 176 |
| 4) Do Ministério do Trabalho..... | 177 |
| 5) Constituição..... | 177 |
| ANEXO II - Decreto-lei nº 1238 de 2 de maio de 1939..... | 178 |
| ANEXO III - Decreto-lei nº 2478 de 5 de agosto de 1940..... | 180 |
| ANEXO IV - Decreto-lei nº 2988 de de janeiro de 1941..... | 187 |
| ANEXO V - Decreto-lei nº 4859 de 21 de outubro de 1942..... | 192 |
| ANEXO VI - Capítulo I do Estatuto da Sociedade Brasileira de Alimentação..... | 197 |

| | | | |
|-------------------|------|--|-----|
| ANEXO | VII | - Regulamento do Serviço Técnico da alimentação Nacional..... | 199 |
| ANEXO | VIII | - Das Finalidades do Instituto Téc- nico de Alimentação..... | 207 |
| ANEXO | IX | - Decreto-lei nº 7328 de 17 de feve- reiro de 1945..... | 209 |
| ANEXO | X | - Das Finalidades do Instituto de Nutrição..... | 212 |
| ANEXO | XI | - Portaria nº 156 de 18 de novembro de 1943..... | 215 |
| ANEXO | XII | - O que é o PRONAN: diretrizes e li- nhas de ação..... | 217 |
| BIBLIOGRAFIA..... | | | 222 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objeto de análise a história da problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora no âmbito do Estado.

Reconstituir tal história não foi tarefa fácil. Entre as principais dificuldades encontradas, chamamos a atenção para as que seguem. Em primeiro lugar, para o problema - natural - que toda pesquisa histórica encerra, isto é, o da recuperação dos vários e indispensáveis documentos tanto oficiais como não-oficiais; no caso, aqueles que deram conta das reflexões e/ou ações concretas efetuadas por agências do Estado acerca da referida problemática. Em segundo lugar, para o fato de que a recuperação acima mencionada, por si só já complexa, verificou-se (ou cobriu) um longo período de tempo; no caso, o período examinado foi o de 1930/1976. Explicaremos mais adiante o porquê de 1930 como ponto de partida e 1976 como ponto terminal. Continuemos. Em terceiro lugar, para o fato de que a nossa problemática-objeto, adiantamos, ao mostrar-se ininteligível de per si - como o leitor depreenderá dos capítulos que seguem - obrigou-nos a buscar na história do país e por vezes, na internacional, os nexos, nem sempre evidentes, que permitissem a explicação /recorte dos documentos antes apontados. Em quarto lugar, e como complemento a dificuldade anterior, adiciona-se que a inteligibilidade acima perseguida viu-se também prejudicada, às vezes, pela insuficiência de nosso conhecimento histórico e/ou da pesquisa nessa área (como é o caso do período Dutra, 1946/50, que no limite, corresponde a uma verdadeira "caixa preta").

Por fim, tendo em conta as dificuldades que foram levantadas em terceiro e quarto lugares, destacamos que elas significaram, em última instância, uma mesma e única questão: a dificuldade inerente aos trabalhos que se realizam no campo "etéreo" das mediações entre os discursos e as ações concretas efetuados no "norte" (ou no desvio) de certas políticas e a história concreta da formação social que se analisa. Contudo, se algum mérito possuir esta dissertação, certamente ele será o do esforço por integrar/mediar esses níveis. E isto, num espaço relativamente exíguo. Num espaço onde o simplismo analítico se apresenta convidativo: tanto para que tomemos manifestações (as políticas) como se causas fossem, quanto para aceitar aprioristicamente o mecanicismo economicista de determinar as políticas sociais editadas através do Estado como mero desígnio do capital ou no limite, como ação orientada no sentido da redução do chamado custo de reprodução da força de trabalho.

Em suma, ultrapassar o simplismo apontado e realizar as "costuras" de forma a que integração perseguida fosse alcançada, constitui, página a página, o cerne de nossas preocupações. Em que medida fomos bem sucedidos (ou não), caberá ao leitor avaliar. De qualquer forma, como mesmo nos erros se pode buscar - através da análise crítica - ensinamentos, acreditamos que em algum grau este nosso estudo possa contribuir no sentido da análise de outras políticas sociais no Brasil. Se tal conseguirmos, estaremos plenamente gratificados.

Prossigamos. Acima, dissemos que o ano de 1930 foi o nosso ponto de partida. No entanto, isto corresponde a uma meia verdade. Do ponto de vista da análise e recorte dos docu-

mentos atinentes a problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora, de fato, é daí que partimos. De outro lado, o fato de só a partir desse ano a citada problemática ser contemplada pelo Estado, levou-nos a dar um passo atrás e buscar, no período de vigência do chamado primário exportador, a raiz de tal "fenômeno".

Assim, o nosso primeiro capítulo cobre o período 1880/1930. Nele mostramos, como nesta conjuntura se explicita, uma questão particularmente importante para esta dissertação, a das massas trabalhadoras urbanas. É mais: como que tal questão chega inclusive a ser reconhecida de forma inegável e definitiva na agenda do Estado que emerge em 1930 com Vargas. Explicitar estes pontos foi o objetivo maior do CAPÍTULO I.

Com estes pontos explicitados e mais o quadro de transformação e efervescência sociais apontados no capítulo em pauta, passamos então a análise da conjuntura que se abre a partir daí, a que vai de 1930 a 1937. Nesta nova conjuntura localizamos os primeiros registros - como já dissemos - sobre a problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora no âmbito do Estado. Tais registros, como veremos, basicamente foram inquêritos sobre condições de vida na linha dos orçamentos familiares. Foram realizados junto a segmentos da população trabalhadora urbana e não recortaram - dada a sua própria natureza - o tema alimentação de modo a conferir-lhe individualidade temática.

A conclusão principal dos inquéritos em pauta foi a ~~da constatação~~ da existência de uma dramática situação social (incluindo-se aí a questão alimentar) vivenciada pelos segmentos examinados e, quiçá, pela população brasileira em geral. Reco

nhecem a primacialidade determinativa das "restrições econômicas" sobre tal situação, embora confirmem certo destaque à tese conservadora de que a ignorância dos trabalhadores a respeito dos princípios básicos de higiene e alimentação também responde por aquela situação.

Veremos ainda que, concretamente, esses inquéritos foram marginais no período que, verdadeiramente privilegiado pelo Estado, no que tange a problemática social das massas trabalhadoras urbanas registrada em sua agenda, foi a edição das legislações trabalhistas.

No terceiro capítulo, que cobre o período 1937/1946, observamos que o tema ganha destaque ao nível do Estado, que as reflexões e ações concretas se ampliam consideravelmente e que o espaçamento analítico também. E ainda, que o "locus" de referência deixa de ser apenas São Paulo, como o fora, de maneira geral, na conjuntura anterior.

Para explicar o porquê deste destaque nestes anos, recortamos três níveis de determinação. O primeiro, a economia de guerra, que por si só, erigiu o problema do abastecimento interno e externo e particularmente, o do suprimento alimentar ao meio urbano, obrigando o Estado, dessa forma, a inscrever a nossa questão-objeto em sua agenda. O segundo, a complementação e disciplinarização da força de trabalho. Neste segundo nível apontamos para a ação do Estado, via seus restaurantes populares e refeitórios nas fábricas, como um meio por ele privilegiado para alcançar certo nível de compromisso do trabalhador para com o que faz. E dessa forma, criando uma espécie de cultura fabril e em simultâneo, operando no sentido de lograr determinada normalidade ao nível do processo de traba-

lho. Mostramos ademais, que tais preocupações se articularam de tal forma que, intencionalmente ou não, "vendia", na base social, a tese de que desenvolvimento econômico, melhoria das condições de vida e construção da nação dependiam do esforço e compromisso do trabalhador para com seu trabalho. E por fim, que por trás disto tudo encontrava-se a tese de "modernização autoritária" e, obviamente, a de controle da massa operária e de legitimação do próprio Estado. O terceiro, o discurso nacionalista: antropocêntrico e anti-imperialista. Neste nível, mostramos que a concepção autoritária acima mencionada desvela-se por completo. A idéia do Estado-sujeito e da sociedade-objeto torna-se evidente. Construir o homem e a nação brasileiros erige-se, junto com a proposta de industrialização pesada, ao nível retórico pelo menos, como o cerne das preocupações explicitadas pelo Estado. Estabilidade política da nação e economia sólida, construídas pelo Estado, cruzam-se no período com a idéia de construir o homem brasileiro incluindo-se aí, a sua alimentação.

No quarto capítulo, examinamos a conjuntura que abrangeu os anos 1946/1950 (período de vigência do governo Dutra). Tal período é analisado como aquele em que a questão atinge o seu auge. Onde a questão chega a ser contemplada como uma das quatro prioridades do governo, como consta emblematicamente do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte e Energia). Mas, por ser o auge, onde também um sensível esvaziamento, frente à conjuntura anterior, começa a se verificar. Mostramos então como ápice e descenso e continuidade e rompimento se fazem presentes nestes anos e que estes "paradoxismos" se explicam à luz da estratégia central então adotada: a de resolver todos os problemas econômicos e sociais do país a partir de um segundo "export drive" agrícola capitaneado pela mecanização da agricultura e

na "esteira" do liberalismo econômico do pós-guerra. E que, em última instância, todo este processo acabou, concretamente, por apagá-la crescentemente da agenda do Estado ao se entregar aquela estratégia o papel de "resolvedor" da citada problemática.

A conjuntura que se seguiu cobriu o período 1950/1964. Nela, o processo de esvaziamento apontado acima, é con-cluído. Embora duas linhas ainda tenham tido algum destaque no período: a assistencialista-educacional (através das Campanhas da Merenda Escolar) e a de abastecimento e controle de preços seletivos. No entanto - como veremos -, apesar deste certo des-taque, mesmo estas não tiveram importância significativa nes-ta conjuntura. Mostramos então que alguns eventos contribuíram para que, no limite, nem ao nível econômico e nem ao nível político tenham se aberto os espaços para que aquelas duas li-nhas tivessem maior "eficácia".

Na entrada dos 60, então, o tema desaparece por com-pleto do debate. E isto, apesar de vir a tona o debate sobre a chamada questão agrária, questão esta, que cruza por "variá-veis" economicistas ou políticas (de alianças) - e próximas a questão da alimentação popular -, mas, objetivamente, sem con-templá-la.

O capítulo sexto, cobriu os anos 1964/1975. Nele, em certo sentido, identificamos duas conjunturas: uma, a que cobre o período 1964/1969; e a outra, a que vai de 1970 até 1975.

Na primeira, as prioridades contemplam preocupações e/ou ações do tipo combate a inflação e retomada do crescimento econômico, reestruturação institucional, reordenamento po-

lítico, etc. que ocupam por completo os foros de debate ao nível do Estado. Vale dizer: concretamente, neste período, inexistiram os espaços para que a nossa questão-objeto, aí se colocasse. Ademais, menor ainda era este espaço se temos em conta a natureza do Estado que emerge com o golpe de março de 64 e o fato de que sequer tal questão havia tido maior relevância na conjuntura anterior. Em vista deste último argumento, salientamos então que nem como "pagamento de homenagens" ao vencido", se poderia esperar que ele, Estado, a contemplasse.

Na segunda, o tema se coloca então sob novas perspectivas. A partir daí observamos/analizamos um leque de pesquisas (e umas poucas ações concretas) desenvolvidas por agências do governo como secretarias de Estado e Universidades Federais, via de regra, junto as suas populações contíguas. Tais pesquisas, apesar de marginais do ponto de vista daquele momento histórico, atestaram, pela primeira vez, a dramática situação (e alimentar) de vastos contingentes da população brasileira: a análise deste diagnóstico ocupa então algumas páginas deste capítulo. E por fim, examinamos os principais veios analíticos/teóricos aí seguidos.

No capítulo seguinte, o de número sete, mostramos que, o que até 1975 era mero debate, e um tanto quanto restrito, ganha concretude: o Estado lança o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), em 1976, com foros de projeto "mais audacioso do governo na área social". Analisar tal Programa constitui o objetivo de nosso CAPÍTULO VII (este o nosso ponto terminal ou ano terminal como dito ao início).

Esta análise está dividida em três seções. Na primeira, recuperamos o diagnóstico oficial do PRONAN acerca da si-

tuação alimentar existente no país. Segundo ele, verdadeiramente dramática. Mostramos aí, que ele é até certo ponto, radical em relação ao "padrão de crescimento anterior". Isto, enquanto afirma que os frutos criados na fase do "milagre" não foram distribuídos e que, em vista disso, caberia ao Estado agir incisivamente de modo a "corrigir tais imperfeições" nos mecanismos "naturais" e "perversos" da distribuição. Afirma ainda que a questão a ser atacada é a baixa renda, questão esta identificada como o fator predisponente da situação - reconhecidamente - dramática. Na segunda, passamos a examinar os marcos conceituais e de reflexão do PRONAN sob a perspectiva teórica e ideológica, mostrando então, que, em certo sentido, ele constitui uma "síntese" dos vários veios ensaiados na segunda conjuntura mais acima mencionada. E de outro lado, que do ponto de vista das propostas concretas, este Programa constitui uma clara ruptura em relação a tudo que até então tivemos no país. Por fim, na terceira seção, procuramos através do exame acurado das várias linhas de ação do Programa (vide ANEXO XII) prospectar o que denominamos de o diagnóstico implícito. Neste, buscamos examinar o porquê de o governo Geisel, ao apagar das luzes de um ciclo expansivo, orientar-se, através do PRONAN, as capas miseráveis urbanas e rurais? Para explicar tal questão recorreremos a um certo movimento operado na trajetória do Estado. Trajetória que parte do liberalismo econômico de Roberto Campos, passando pelas críticas veladas de Costa e Silva a tal estratégia e pelo papel principalizado que ele confere ao Estado como "resolvedor" dos problemas do país, pela entrega de tal papel ao expansivismo no período do Médici e ao Estado, no governo Geisel. Como veremos, neste último, a crença de construir a nação politicamente estável para o futuro, inscrevendo a questão social como "coisa" do Estado a partir de um

ato grandiloquente - na ausência de pressões sociais" - e uma economia sólida e "não-selvagem, constitui na verdade, a clara demonstração de que o arbítrio que estava no ar de há muito, perdeu seus próprios parâmetros. E que é neste quadro que o PRONAN se enquadra: isto é, como uma das materializações/evindenciamentos do Estado autoritário que se propõe a tudo construir, alimentando o homem brasileiro inclusive. Homem e nação-objetos são "coisas" suas. É preciso construí-los para terminar a "obra" incompleta (iniciada em 1964).

Nas conclusões, recuperamos os aspectos centrais de cada capítulo para, em seguida, tecermos alguns comentários até então não explicitados.

CAPÍTULO I

A SOCIEDADE BRASILEIRA NO PERÍODO 1880/1930: a expli-
citação e o reconhecimento por parte do Estado da
questão das massas trabalhadoras urbanas.

Com os anos 30 uma questão se coloca inegável e de-
finitivamente na agenda do (novo) Estado: a questão das massas
trabalhadoras urbanas (1).

Para efeito de sua constatação, basta verificar as
várias e sucessivas legislações promulgadas nestes (2) anos e
que culminaram com a decretação do salário mínimo nacional (3).

Dito isto, cabe delinear rapidamente o quadro que de-
semboca na sucessão de legislações que regulamentam as relações
Estado-compradores e vendedores de força de trabalho verifica-

(1) Essas massas trabalhadoras urbanas e o operariado - como par-
te delas - inegável e definitivamente - entraram em cena, ao
nível sindical e político, nos anos 30. Fizeram-no, con-
tudo, sob a égide do populismo e, conseqüentemente, enquan-
to massa (em que pese seu pertencimento de classe). Sigo aqui
a magistral tese de Maria Hermínia T. de Almeida intitulada:
Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930/1945), Tese
de Doutorado, USP, 1978.

(2) Vide ANEXO I

(3) Frise-se, destarte, que não queremos dizer que a questão so-
cial das relações de trabalho não tenha merecido a atenção
do Estado pré-30 ou que tenha sido inaugurada com Vargas. Em
verdade, desde o final do século passado - com algumas medi-
das esparsas - e principalmente no pós-guerra, já se legis-
lava sobre o assunto. Contudo, o que queremos e convém su-
blinhar é que, apesar do movimento acima, aquelas últimas es-
tiveram aquém - em extensão e eficácia - das medidas toma-
das pós-30. Sobre essa discussão veja o trabalho de Almeida
citado à nota (1), págs. 166/167 e ainda o de Cano e Cintra
intitulado: Algumas medidas de política econômica relacio-
nadas à industrialização brasileira (1874-1970), DEPE/IFCH/
UNICAMP (mimeo), págs. 126/135.

do nos anos 30? A nosso juízo, a raiz das manifestações acima mencionadas é conhecida e pode ser localizada nos anos pré-30 e, em especial, no período 1880/1930.

Em primeiro lugar, acreditamos ser de fundamental importância termos em conta a economia exportadora capitalista cafeeira (4). É aí, que o capital industrial desponta, conquanto sob a égide do movimento comandado pelo capital mercantil - cafeeiro. Explicando melhor: é do seio do complexo-exportador cafeeiro que surge o capital-dinheiro, tendo em conta a etapa cíclica atravessada e o desenvolvimento específico da política econômica, que se metamorfoseia (parcialmente) em capital industrial. Tal processo conduz à progressiva constituição e consolidação de um circuito industrial subordinado, que se diferencia à sombra dos ciclos cafeeiros - principalmente pós-primeira guerra mundial - ao mesmo tempo que avança as condições para que se constituam unitária e organicamente a burguesia industrial e o proletariado.

No bojo desse desenvolvimento, inúmeras transformações vão sendo observadas. Dentre essas, destacamos inicialmente "a instituição do regime de trabalho livre, a fim de que a acumulação pudesse ter continuidade. A solução desse problema, pela imigração, não eliminava, apenas, aquele freio à expansão do plantio cafeeiro: fez muito mais do que isso, criando um mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura

(4) Cf. CARDOSO DE MELLO, J.M. O capitalismo tardio (contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira). Tese de Doutorado, DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo), Campinas, 1975 e Silva, S. - Expansão cafeeira e origens da indústria. Ed. Alfa-Omega, S.P., caps. III e IV.

mercantil, quanto para a indústria. Essa imigração, constituindo uma super-abundante oferta de força de trabalho, permitiu ainda a formação de um mercado de trabalho livre que funcionou com baixas e flexíveis taxas de salários, resolvendo, precocemente, o suprimento de força de trabalho à economia urbana, que se desenvolve a partir de 1880. Portanto, a nascente indústria ... subordinada pelo capital cafeeiro, dele se beneficiava duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante" (5).

Tal imigração, contudo, só se tornou possível a partir das violentas transformações ocorridas na Europa que culminaram na geração de uma população excedente (6) e da ação do Estado - política de subsídio e de diminuição da existência de "terras livres" (7) - orientada a constituir o mercado de trabalho vazio" (8). Esse processo, em seu conjunto, depositou enorme contingente de força de trabalho no café, como ainda uma parcela significativa nas cidades, agilizando assim, sobretudo, a acumulação comandada pelo capital mercantil cafeeiro. De outro lado, ao trazer os trabalhadores forâneos permitia, em simultâneo, o acesso do nascente proletariado a toda uma série de experiências de lutas políticas da classe operária do capitalismo

(5) Cf. CANO, W. Alguns aspectos da concentração industrial em Formação Econômica do Brasil - a experiência da industrialização. Ed. Saraiva, série ANPEC - Leituras de Economia, S.P., 1978. pág. 118.

(6) Cf. SUNKEL, O. O marco histórico do processo de desenvolvimento. Ed. Beta Ltda., caps. 1, 3, 4 e 5 e CARDOSO de MELO, J.M. - op. cit. pág. 86.

(7) Ibid nota (4), págs. 75/78 e 86/88 e SILVA, S. Expansão cafeeira e origens da indústria do Brasil. Ed. Alfa-Omega, S.P., cap. III, item 4.

(8) Ibid nota (4), pág. 75.

central, onde já haviam avançado certas propostas e mesmo, realizado um nível significativo de conquistas.

No Brasil, desde o último quartel do século XIX, observamos a criação de organismos e lutas operárias que se ampliam e intensificam no processo em curso, destacando-se, principalmente, o período pós-primeira guerra mundial e a atuação do trabalhador imigrante (9).

As transformações acima mencionadas, contudo, não se limitaram ao aparecimento da burguesia industrial e do operariado. Como vimos também, tal processo dispôs de certas condições e criou outras, que potencializaram a acumulação em curso.

No que se refere a esse último aspecto, vale recordar que nos anos 20 (principalmente) a acumulação de capital comandada pelo capital mercantil cafeeiro viveu fase de intenso esplendor.

Em parte, o esplendor desses anos se deveu a dois fatores: ao apoio do Estado à burguesia mercantil e antiga articulação que já vinha do século XIX e que nos 20 atingiu seu clímax - e, fundamentalmente, ao seu poder (do monopólio brasileiro) de impor preços no mercado internacional (ao oligopsonio mundial) (10). Adicione-se ainda que a especificidade da

(9) Cf. BASBAUM, L. História sincera da república - de 1889 a 1930. Ed. Alfa-Omega, vol. 2, caps. X e XI, S.P., 1975/76 e RODRIGUES, L.M. - Classe Operária e Sindicalismo no Brasil em Sindicalismo e Sociedade, Difusão Européia do Livro, págs. 344/346.

(10) No que tange a este último aspecto, foi decisiva a crise de hegemonia por que passava o capitalismo desde o final do século passado.

acumulação cafeeira coloca diante de si alguns óbices, tais como o prazo de maturação dos investimentos de pelo menos quatro anos e a expansão da fronteira agrícola vis-à-vis os movimentos cíclicos dos preços internacionais, e que ainda assim, tal acumulação (anos 20) foi verdadeiramente espetacular. E o foi tanto, que permitiu ainda, dada a violenta sobreacumulação processada, que parcelas do capital-dinheiro se metamorfoseassem em capital industrial (11).

Esta dinâmica por sua vez, levou a que a acumulação mercantil colocasse diante de si limites os quais não pode(ria) ultrapassar. Vale dizer: a violenta expansão do complexo - cafeeiro verificada nos anos 20 implicaria - mesmo sem a Grande Depressão - na sobreacumulação e, mais do que isso, no seu esgotamento enquanto padrão nacional de desenvolvimento.

E é nesse contexto que se explicita o que poderíamos denominar quebraduras horizontais no pacto oligárquico.

Nos anos 20 temos este fato, qual seja, a contestação da hegemonia da burguesia cafeeira que recorrentemente vai apresentando "abalos" que se materializam em quebraduras cada vez mais visíveis e exteriorizadas de forma definitiva no "movimento de 30". Tal fato marca o ponto culminante da crise do pacto que presidiu a chamada República Velha (12). Vejamos mais detidamente essa questão.

(11) Marca patente desse processo é o da ocorrência de capacidade ociosa na indústria de transformação montada em São Paulo (1930).

(12) Cf. da SILVA, LIANA M.L.A. No limiar da industrialização (Estado e acumulação de capital, 1919-37). Tese de Doutorado, DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo), Campinas, 1976.

Os conflitos horizontais, é verdade, se explicitaram definitivamente com o "movimento de 30". Contudo, já de há muito a política de valorização do café e, principalmente, o manejo da política cambial (aderentes aos interesses de São Paulo) desagradavam (e muito) a vários complexos periféricos (dada a elevação do custo das importações) e as populações que viviam sob eles (dada a elevação do custo de vida).

Esse processo, é óbvio, desbalanceava o sistema de alianças na medida que implicava em desassistência a outros complexos regionais (agro-indústria do nordeste, etc.).

Em outras palavras: a política econômica operava de modo a facilitar o movimento expansivo de São Paulo. Contudo, dada a impossibilidade de reconversão crescente das massas de dinheiro em novos plantios e mesmo em capacidade produtiva industrial, acabava por potencializar cada vez mais a possibilidade da crise.

Com ela, a situação se agrava ainda mais, intensificando-se a pressão dos vários grupos econômicos, principalmente dos de maior peso, sobre o aparelho de Estado. Com ela, dada a ausência de frente de acumulação, se restringe, sobretudo, a capacidade fiscal do Estado, em que pese a maior diversificação das fontes de recursos, aí, do que em épocas pretéritas. Em suma: para um sistema em crise - vale lembrar que nestes momentos a agenda do Estado se amplia - a estrutura fiscal torna-se inadequada e conseqüentemente, reduz-se drasticamente a capacidade do Estado de recompor os interesses - mesmo no bloco hegemônico - fraturados horizontalmente ao nível do pac-

to de dominação de forma definitiva (13).

Nesse ponto - e em segundo lugar - convém destacar outro fato: a crescente transformação e diversificação do tecido social.

No que se refere a esse aspecto é forçoso reconhecer que em parte ela se explica à luz da vertiginosa ascensão da economia cafeeira. Contudo, é mister ressaltar que nem toda urbanização (e mesmo em São Paulo) se explica em sua totalidade por aquela expansão. Em verdade, a urbanização também foi "puxada" por fatores tais como o próprio crescimento do aparelho de Estado (atividades civis e militares), do número de empregados em serviços e profissionais liberais não ligados à exportação e mesmo pela pressão criada pelas péssimas condições de vida rural (14).

Afora essas frações sociais, se fazem também presentes na cena social os vários segmentos ligados à exportação e, como já apontamos, a própria burguesia industrial e o proletariado.

Ainda como prova das transformações em processo, à guisa de ilustração, vale lembrar a ocorrência de manifestações, tais como: a fundação do Partido Comunista do Brasil (1922); as manifestações do tenentismo "o qual exprimia os interesses, os ideais e as ambições políticas de alguns setores do Exército"; a fundação de um partido político de inspiração

(13) Ibid nota (12), principalmente o cap.II. 1, págs. 58/102 e cap.II. 2, págs. 103/113.

(14) Cf. WEFFORT, F.C. Autoritarismo e democratização. Rev. Civilização Brasileira, nº 7, maio, 1966, pág. 48 (mimeo).

fascista com a Legião do Cruzeiro do Sul" (1922) e a realização da "Semana de Arte Moderna, em São Paulo, também em 1922, quando se manifestaram alguns jovens artistas de vanguarda" (15).

Portanto, temos assim, e em suma, uma sociedade em franca transformação, com uma crescente diversificação e complexidade de seu tecido social (16).

Destacamos neste processo, a presença ineludível das massas trabalhadoras urbanas, incluindo aí as "classes" médias e o próprio operariado (17); sendo que serão principalmente as primeiras, as que pressionarão o aparelho de Estado no sentido de sua integração aos processos de tomada de decisão (18).

É nesse contexto que temos a explicitação de uma nova questão: a exteriorização de conflitos verticais.

Explicando: se temos em conta a vertiginosa expansão da economia cafeeira, as quebras horizontais no pacto oli-

(15) Cf. IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930/70. Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1977, pag. 17.

(16) Exemplo disto é a apresentação à arena política, no século XX, da chamada "classe média" e da burguesia industrial.

(17) Frise-se que, em que pese o operariado já estivesse na cena política desde o século passado e mesmo avançado em termos de consciência e organização - principalmente no pós-guerra - que ainda assim, não estavam estruturados como força de peso no plano sindical, e nem unificados na ação política em direção ao Estado. "Ao contrário, a explosividade de suas manifestações convivía, mesmo nos primeiros anos da década dos trinta, com a fraqueza crônica dos organismos classistas e com a atomização, o localismo, a falta de alicerces e, frequentemente com a ausência de diretrizes políticas claras dos agrupamentos políticos, que aglutinavam os quadros trabalhadores mais combativos" - vide a esse respeito o trabalho de Almeida citado à nota de rodapé nº 1, págs. 163/164.

(18) Pois, como é sabido, a estrutura de poder pré-30 era a própria oligarquia que se caracterizava por ser tipicamente fechada.

gárquico, a crescente diversificação e complexidade do tecido social brasileiro, o agravamento do custo de vida e a crescente imobilidade do Estado, a nosso juízo, forma-se o "caldo de cultura" indispensável à exteriorização de conflitos verticais explicitados fundamentalmente pela apresentação à arena política das massas trabalhadoras urbanas e, em especial, pela pressão de seus segmentos médios (19).

O que postulam? Em essência, uma modernização política que lhes abra espaço e permita a integração de alguns de seus segmentos nos estamentos de poder.

Com a crise de 29, o que já estava plenamente desenhado, mostra toda transparência: a crise está madura ao nível do econômico e do político.

Deste modo, pode-se dizer que a dinâmica específica da acumulação de capital verificada nos anos examinados (incluindo a exaustão do padrão de acumulação) e o processo de urbanização constituem chaves explicativas poderosas no processo de desnudamento das transformações vivenciadas pela sociedade brasileira, no que diz respeito aos aspectos levantados, no período em questão.

Para efeito desse trabalho destacamos, como manifestações da primeira, as quebras horizontais no pacto oligár-

(19) Vide nota de rodapé nº (17) e o Relatório Final do Grupo de Pesquisas de Ciências Sociais em Nutrição, FINEP/IBGE/INAN, R.J., Set./80, vol. III, cap. III. Tais trabalhos de mostram de modo incontestado as precárias condições de barganha do operariado refletidas no nível de organização sindical, salarial, habitacional, de vestuário, etc. Em verdade, como demonstram, apesar dos avanços, suas condições de organização e de vida nesta conjuntura eram bastante precárias.

quico que por sua vez desglosaram - tendo em conta o segundo - uma questão específica e particularmente importante para nós: a questão das massas trabalhadoras urbanas e, em especial, a questão operária.

Conforme dissemos ao início deste capítulo a edição das várias e sucessivas legislações atestam a existência da questão e mais, o seu reconhecimento por parte do Estado.

Desenhado esse quadro, a situação é a seguinte: o processo antes discutido explicita a questão da apresentação à arena política das massas trabalhadoras urbanas - expressa na exteriorização de conflitos verticais - contudo, não explica o seu reconhecimento por parte do Estado.

Fazê-lo, entretanto, implica enorme esforço de revisão e que ultrapassa e muito os propósitos dessa dissertação.

Acreditamos que, para realizar tal intento, a análise das legislações trabalhistas são altamente esclarecedoras e devem estar colocadas enquanto "faróis", no centro do debate a "iluminar" as articulações que se estabelecem entre Estado-classes sociais e particularmente, entre eles e a economia. Receio ademais, quiçá, que todo esse esforço fosse inútil, dada a existência de trabalhos competentes sobre o assunto (20).

Posto isso, penso - sem ter a pretensão de estar apontando nada de novo ou fechando discussão alguma - que a tese de Maria Hermínia é extremamente atraente no que se refere à discussão em pauta. Segundo ela, as legislações trabalhistas de

(20) Veja-se, por exemplo, o trabalho de Maria Hermínia citado à nota nº (1).

vem ser apreendidas, enquanto concesso^{ras} de vantagens reais aos trabalhadores, ao reconhecer o seu direito à organização e à atuação política e, em simultâneo, como fixadoras de limites precisos ao movimento trabalhador (21).

Sobre o caráter dúplice das legislações trabalhistas, explica a própria autora: - "Na verdade, o reconhecimento de direito às massas trabalhadoras urbanas, assim como sua organização em moldes corporativistas, ocorreu por iniciativa autônoma de setores ligados ao aparelho de Estado, como parte de um esforço mais amplo de reorganizar "a partir do alto" uma sociedade sacudida pela crise econômica e política. A ausência de uma força social, capaz de tornar-se politicamente hegemônica, abria a possibilidade de que isso ocorresse e mesmo de que, em certas circunstâncias, as classes subalternas urbanas pudessem ser consideradas como aliadas possíveis dos grupos que gravitam na órbita do Estado. Todavia, a dificuldade de composição dos interesses díspares de frações dominantes, igualmente incapazes de constituir um eixo de um pacto de dominação estável, impunha limites à participação popular: esta não podia se ampliar sem transformar-se rapidamente em ameaça a uma ordem precariamente mantida. Em última instância, o espaço aberto à participação das massas urbanas organizadas foi modulado pelas vicissitudes de um jogo político intrincado, no qual os agentes estatais, ao mesmo tempo em que cumpriam sua função de fiadores da ordem, compunham e redefiniam, com alguma margem de liberdade, as relações entre as classes sociais.

Insisto, pois, em que equacionamento da "questão so-

(21) Ibid nota (1), págs. 159/160.

cial" pelo governo surgido pela Revolução de Trinta, por intermédio da legislação trabalhista, tem uma explicação eminentemente política" (22).

Concluindo, verificamos nestes anos o surgimento da burguesia industrial e do proletariado, a formação de outras frações sociais, a contestação da hegemonia da burguesia cafeeira (anos 20), bem como a suplantação do Estado característico da República Velha. Esses são alguns dos contornos que delineiam o início dos anos 30. Com eles, na agenda do (novo) Estado, um inegável problema: as massas trabalhadoras urbanas.

(22) Ibid nota (1), págs. 159/160.

CAPÍTULO II

O PERÍODO 1930/37: alguns inquéritos sobre condições de vida da classe trabalhadora e a intervenção estatal no mercado de trabalho.

Como vimos na seção precedente, o período 1880/1930 e em especial, do pós-guerra em diante, foi marcado por enorme efervescência e transformação da sociedade brasileira. Dentre a pletora de manifestações verificadas, uma foi por nós destacada: a questão das massas trabalhadoras urbanas e sua colocação inequívoca e definitiva na agenda do Estado que emerge "do movimento de 30".

Para efeito de sua constatação, explicitação da questão com reconhecimento por parte do Estado, basta verificar, como já foi dito, as várias e sucessivas legislações promulgadas a partir do governo varguista e que culminaram com a decretação do salário mínimo nacional. Tal fato se torna ainda mais patente, se observamos que mesmo no imediato pós-"Revolução de 30", isto é, no auge do período efervescência e transformação social, o Estado começa a legislar ao nível do mercado de trabalho (1).

Entretanto, a ação do novo Estado não se restringiu apenas a esse nível de atuação. No que se refere ao objeto específico dessa dissertação, observamos a realização de alguns in-

(1) Consulte outra vez o ANEXO I

quêritos (investigações) por algumas agências governamentais (2) sobre condições de vida junto à classe trabalhadora.

Vejamos, então, as pesquisas. "O primeiro trabalho que utiliza procedimentos aparentemente mais apropriados, se bem que apenas parcialmente explícitos, foi realizado por Josué de Castro em 1932. Teve por objetivo avaliar o consumo de alimentos da classe operária de Recife. Entrevistou 500 famílias com um total de 2.585 pessoas que viviam em três núcleos operários da cidade. Observou que as despesas com alimentação consumiam, em média, 71,6% do salário operário. A quantidade dos diferentes alimentos consumida pelas famílias foi estimada, contrapondo os gastos em cada alimento ao preço dele, obtido em pesquisa paralela. Dessa forma chega ao valor energético médio individual da dieta de 1.646 calorias por dia que, para o autor, traduz as reduzidas possibilidades de consumo alimentar do grupo" (3).

O segundo trabalho que se tem conhecimento é o do Instituto de Higiene e Educação de São Paulo (4)

(2) Essas agências foram herdadas pelo novo Estado ao período anterior e constituíram os veículos característicos da ação estatal no campo da "saúde em geral" pré-30. Seus esforços se concentraram aí, na linha do sanitarismo, desdobrado em dois ramos: higiene e educação. Vide a respeito Campanhas Sanitárias e sua Institucionalização de A.C.T. RIBEIRO, e I. F. PICALUGA e M.G.E. BRAVO, FIOCRUZ/FINEP/PESES (mimeo), RJ, 1979, p.29.

(3) Cf. DA SILVA, LUCI M. Desnutrição e Estrutura Social Brasileira - um ensaio de interpretação. Tese de Doutorado, Deptº de Med. Prev. da Fac. de Med. da USP, S.P., 1979, págs. 1/2. O trabalho de Castro consta de seu livro Alimentação e Raça (1935). Destaque-se, ademais, que o inquérito de Castro (1932) foi realizado através da Diretoria da Saúde Pública do Estado de Pernambuco.

(4) O Instituto foi criado em 1918 por ação conjunta da Faculda

que realizou coleta (1932/33) junto a aproximadamente 500 famílias não-operárias do bairro Pinheiros. Os objetivos eram os de levantar as condições gerais de habitação dos moradores, a situação econômica das famílias pesquisadas e a natureza da alimentação típica ingerida (5).

Dentro ainda da mesma linha da pesquisa de 32/33 foi realizado, em 1934, o estudo Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo pela Escola Livre de Sociologia e Política e Instituto de Higiene e Educação de São Paulo sob a orientação de Horácio B. Davis (6).

Em 1935 o Doutor Josué de Castro, sob o patrocínio do Departamento Nacional de Saúde Pública (7) retoma a pesquisa de 32 com a intenção de desenvolvê-la para efeito de traçar pla

de de Medicina de São Paulo e Fundação N. Rockefeller com a finalidade de formar médicos sanitaristas e sob forte influência das propostas de saúde pública que aqui chegaram pela ação da citada Fundação. Veja a esse respeito o trabalho de H.M.D. Novaes (pág. 83) citado à nota de rodapé nº (7).

(5) Cf. SOUZA, G.H. DE P.; CINTRA, A. DE U. e CARVALHO, P.E. DE Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo. Rev. Arq. Mun. 2(17):121-181, out. 35 ou no Bol. Inst. Hyg., S.P., 58:121-128, 1935.

(6) Cf. DAVIS, H.B. Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo. Rev. Arq. Mun., S.P., 2(13):133-186, jan./35.

(7) "O Departamento Nacional de Saúde Pública, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, além das funções de fiscalização de medicamentos, soros, de elaboração de estatísticas, define também como suas atribuições de organizar o serviço de propaganda e educação sanitária, de organização, orientação e execução dos serviços de higiene..." em A Puericultura em Questão de H.M.D. Novaes. Dissertação de Mestrado, Med/USP, S.P. (mimeo), 1979.

nos de melhoria da alimentação da população (8).

Em 1936, Lowrie desenvolveu pesquisa semelhante à de 32/33 junto a 428 famílias trabalhadoras da limpeza pública da municipalidade de São Paulo sob a responsabilidade da subdivisão de Documentação Sociais e Estatísticas Municipais (S.P.). O que se pretendia, basicamente, era obter informações sobre o tamanho médio das famílias examinadas, sobre as condições de habitação, alfabetização e frequência escolar, assim como rendas e despesas, considerados os itens fundamentais à determinação do padrão de vida dos trabalhadores (9).

Sem entrar no mérito dos aspectos metodológicos ou de representatividade das amostras selecionadas dos trabalhos acima mencionados (10), eles, para os nossos propósitos, nos permitem verificar a visão que se tinha a respeito da questão alimentar-nutricional do trabalhador brasileiro. Vejamos.

Tais materiais, produzidos no interior dos aparelhos de Estado e na linha de orçamentos familiares (11), num ponto

(8) Cf. CASTRO, J. As Condições de Vida das Classes Operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação. Rev. Arq. Mun. S.P., 2(18):167-176, nov./dez., 1935. O inquérito foi realizado nos núcleos operários de Torre, Encruzilhada, Santo Amaro e entrevistadas 500 famílias.

(9) Cf. LOWRIE, S.M. Pesquisa de Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública da Municipalidade de São Paulo. Rev. Arq. Mun. S.P., vol. 51 a 54, págs. 183/310.

(10) Segundo o pormenorizado Relatório Final do Grupo de Pesquisas de Ciências Sociais em Nutrição da FINEP/IBGE/ INAN (R.J., set./80, vol.III, cap.III), estariam a merecer críticas no que tange aos aspectos levantados. Em verdade, os próprios autores dos trabalhos enunciados admitem as dificuldades de metodologia e de representatividade das amostras selecionadas.

(11) Vide a esse respeito não só os trabalhos em pauta, como também, o Relatório citado à nota anterior, pág. 74.

são uníssonos: a situação dos grupos examinados e possivelmente, dos trabalhadores em geral, é das mais dramáticas. Em suma, reconheciam as precárias condições de moradia (falta de saneamento básico, casas pequenas e sem ventilação, excesso de lotação, etc.), de transporte, de vestuário, de alimentação, etc.

Castro, por exemplo, na pesquisa de 1932, conclui pelas reduzidas possibilidades de consumo alimentar do grupo examinado.

Souza, Cintra e Carvalho dizem que "os resultados... mostram ... certas deficiências na alimentação do grupo estudado" (12) e que outros estudos "revelarão falhas ainda maiores, pois que a população do setor ora estudado, se não é das mais abastadas, também não se enquadra entre as mais destituídas de recursos" (13). Davis, por sua vez, coloca: - "Os nossos resultados indicam que os trabalhadores de São Paulo, representados pelas famílias pesquisadas... não se encontram em condições satisfatórias de alojamento e de vestuário" (14). E adiciona: - "Metade deles parece que vive num regime alimentar abaixo do padrão comum" (15). Outra não é a opinião de Josué de Castro no trabalho de 35, comparando os resultados obtidos em Recife vis-à-vis aos que se obteriam em outras cidades fora da capital, diz ele: - "Recife, sendo a melhor cidade do nordeste, o maior núcleo de população, desfruta naturalmente, sob vários aspectos, duma certa supremacia econômico-social. Deduz-se, portanto, que

(12) Ibid nota (5), pág.122

(13) Ibid nota (5), pág.122

(14) Ibid nota (6), pág.166

(15) Ibid nota (6), pág.166

estes dados estatísticos apresentados serão ainda mais aterradores |o grifo é meu - J.N.| nos outros núcleos de população da zona nordestina" (16). Lowrie também segue os autores acima; se gundo ele, "o consumo de alimentação das famílias pesquisadas reduz-se a uma lista de artigos surpreendentemente pequena. Cinco tipos de alimentos - pão, arroz, carne de vaca, açúcar e banha - perfazem metade do total de gastos com alimentação e bebida" (17). E adiciona: - "A falta completa, mas exata, de despesas com recreação e instrução, é uma prova muda, porém indiscutível, da extrema condição de vida - a miséria - das famílias pesquisadas" (18). Ademais: - "O sistema de habitação... é muito mau..." (19).

Noutro ponto também havia uma certa concordância: os trabalhadores - em que pese o reconhecimento da primacialidade das "restrições econômicas" - desconheciam os princípios básicos da alimentação e higiene.

(16) O autor refere-se a alguns quadros que descrevem os resultados da pesquisa e Ibid nota (8), pág.176.

(17) Ibid nota (9), págs.286/287

(18) Ibid nota (9), pág.303

(19) Ibid nota (9), pág.303. Os trabalhos foram os únicos desenvolvidos por agências do Estado e atinentes à problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora (segundo a revisão bibliográfica que realizamos). Entretanto, convém ressaltar, muitos outros trabalhos se aperceberam da questão no que se refere à sociedade brasileira em geral, o que atesta a sua existência, como também - dada a profusão - a gravidade no período. No campo que poderíamos denominar de literário, encontramos História do Amazonas de A.C.F. Reis (1931); Casa Grande e Senzala de Gilberto Freire (1934); Estudos Afro-Brasileiros de R. Pinto (1935); O Folclore do Negro do Brasil de A. Ramos (1935); Relatório sobre a Seca de 32 de A. Fialho (1936); Raízes do Brasil de S. B. de Holanda (1936); e Outro Nordeste de D. Meneses (1937). Algumas pesquisas foram também realizadas: A Mortalidade nas Crianças de 1 a 4 anos e Suas Principais Causas de G.H. de

Souza, Cintra e Carvalho, por exemplo, dizem que "as questões atinentes à alimentação... constituem problemas higiênicos-sociais |o grifo é meu - J.N.| da maior relevância" (20). Mais adiante, após apontar o progresso da agricultura de alimentos, "a par da grande indústria da carne em São Paulo" (21) e a prodigalidade dos "mercados e feiras livres, cada vez mais ricos e mais variados em artigos alimentares" (22), afirma: - Essa circunstância favorece a gradual melhoria da dieta normal do nosso povo. O esclarecimento do público em matéria alimentar |o grifo é meu - J.N.| certamente encontrará o terreno mais propício à correção das mais evidentes falhas |o grifo é meu - J.N.|" (23).

P. Souza e F.B. Vieira (1934); Bócio Endêmico em Minas Gerais de B. Viana (1935); Nosso Diário Alimentar. Resulta dos de um Inquérito na Capital do Estado de São Paulo de A.F. de Almeida Júnior (1935); Alimentação e Capacidade de Consumo de O.G. de Bulhões (1936); Algumas Medidas para a Melhoria do Abastecimento Regional de J.F. Lima e outros (1936); Estudos sobre as Condições de Nutrição do Colégio Elementar Paula Soares de P.M. Espírito (1937). Outros trabalhos sobre o tema: Alimentação e Raça de J. de Castro (1935); Geografia da Fome de J. de Castro (1936); A Alimentação Brasileira à luz da Geografia Humana de J. de Castro (1937); A Alimentação do Trabalhador Nacional de A. Moscoso (1937); O Nosso Grave Problema Alimentar de A. Moscoso (1937); Alimentação das Coletividades de R. de Siqueira (1937); A Alimentação do Povo Brasileiro de C.S. Velloso (1937); Política Alimentar de J.M. do Carmo (1937); Aspectos Econômicos Sociais da Alimentação Popular no Brasil de P. Barros (1937); Valor Social da Alimentação de R. Coutinho (1937); A Realidade Alimentar: raça, alimentação de M. L. Ielpo (1937). Mais alguns: Tabela sobre Composição Alimentar da Comissão Médica do Exército Brasileiro (1933); Contribuição ao Estudo de uma Legislação anti-tuberculose adaptada à Força Pública de São Paulo de A.G. Guimarães (1934); A Tuberculose e sua Profilaxia nos Serviços do Exército Nacional de A.G. Guimarães (1934); Cursos de Materiais Alimentícios - noções sobre alimentação em geral do Major... (1936).

(20) Ibid nota (5), pág. 121

(21) Ibid nota (5), pág. 125

(22) Ibid nota (5), pág. 125

(23) Ibid nota (5), pág. 125

Em seguida, põe a termo a idéia acima, comentando o fato de, no Japão, a população insistir no consumo de arroz, alimento mais caro e menos nutritivo que outros cereais disponíveis devido a "hábito alimentar inveterado no uso tão extenso do arroz" (24) buscando traçar, através de tal exemplo, paralelo com a realidade brasileira do ponto de vista de uma suposta irracionalidade alimentar nossa.

Contudo, à frente, dando um certo passo atrás, enfatiza que:- "Não basta, entretanto, que haja à mão de tudo de que se necessita, é necessário que o paladar, a educação e sobretudo, os recursos econômicos, permitam o estabelecimento e a generalização dos bons hábitos alimentares" (25).

E conclui: - "Os recursos de muitos, se adequadamente instruídos dariam para, substituindo uns alimentos por outros, vencer as dificuldades; para outros, entretanto, impõe-se a providência de maior valia em higiene, a mais difícil e complexa: a que tende à melhoria do padrão de vida" (26).

Davis também confere certo destaque à "variável" educação/higiene. Diz ele: - "... usam devido a vários fatores (ignorância na escolha dos alimentos |o grifo é meu - J.N.|, salários reduzidos, etc.) um regime alimentar mal proporcionado e com carência dos elementos essenciais. O regime alimentar resente-se claramente da deficiência do leite, e os hábitos de alimentação de todo o grupo, com sensível tendência para o abuso do pão e dos cereais, e com desprezo, pelas hortaliças |o grifo é meu - J.N.|, faz crer num consumo relativamente baixo de

(24) Ibid nota (5), pág. 125

(25) Ibid nota (5), pág. 125

(26) Ibid nota (5), pág. 126

vitaminas e sais minerais" (27).

Castro também dá certa importância à "variável" educação/higiene. Deixemos que ele explique: - "A higiene tem de cotejar os seus dados com os da Estatística e os da Economia Política para apurar até onde lhe poderá remediar os erros duma alimentação imprópria |o grifo é meu J.N.| e insuficiente, cujas consequências são as mais funestas para a coletividade"(28). E adiciona: - "Noutro trabalho que tenho em preparação, pretendo traçar um plano geral de combate à má alimentação que possa minorar os seus malefícios, produtos de nossa defeituosa organização econômico-social e da orientação unilateral que até hoje se tem dado, entre nós, aos objetivos da higiene pública |o grifo é meu - J.N.|" (29).

Já o trabalho de Lowrie visou, fundamentalmente, a fornecer elementos para a implantação do salário mínimo.

Vimos assim, que tais pesquisas, realizadas no âmbito do Estado, explicitaram as péssimas condições de vida dos grupos examinados e que referiam-se, basicamente, a São Paulo (principalmente), pólo de maior dinamismo da economia brasileira e, em consequência, de maior concentração da população trabalhadora. De outro lado, vimos também que se conferiu certo destaque à concepção higiene/educação, extra-Estado, não só à questão da alimentação, como da "saúde em geral" no Brasil, que via de regra, era enfocada seguindo exa-

(27) Ibid nota (6), pág. 166

(28) Ibid nota (8), pág. 168

(29) Ibid nota (8), pág. 176

tamente tal linha de análise (30).

Ora, o que significa recorrer a tal tipo de análise? Consiste em tomar manifestações como se causa fosse; enfim, pensar as mazelas que afligem os grupos examinados "como consequência de uma falta de informação das pessoas e não como reflexo de uma situação de vida" (31) na qual a má saúde, a parca esco-

-
- (30) Como segue: Curso de Higiene Militar de Siqueira (1930); Educação Sanitária e sua Organização e Função, Instrução Sanitária Através da Escola de O.A. Mourão (1930); Educação Sanitária de D. Parreiras (1930); Inspetorias da Educação e Centro de Saúde (1930); Associação Racional dos Alimentos de L.A. de A. Barros (1931); A Higiene do Trabalho em Pernambuco de G. de Andrade (1931); Educação e Higiene Mental do Lactente de P. de Alcantara (1932); Da Importância da Alimentação como fator Auxiliar na Cura das Doenças de L.A. de A. Barros (1932); Vícios de Nossa Alimentação de M.E. de S. Aranha (1932); Profilaxia da Tuberculose na Força Pública de São Paulo - considerações gerais de A.G. Guimarães (1932); Profilaxia da Tuberculose da Força Pública de São Paulo - contribuição ao estudo da medicina militar de A.G. Guimarães (1932); Administração Sanitária de São Paulo de F.B. Vieira (1932); Fisiologia da Alimentação: sobre a composição dos alimentos e sobre o seu valor calórico e biológico de O. de Souza (1932); Higiene e Alimentação da Criança de V. Batista (1933); Condições Sanitárias de uma Habitação situada em Distrito ainda não provido de de água canalizada e rede de esgoto de R. Tavares (1933); A Consulta de Higiene Infantil do Dispensário de Santa Ifigênia em 1932 de F.A. Pryol (1933); O Problema da Alimentação no Brasil (tratado do aspecto fisiológico da alimentação) de J. de Castro (1934); Mortalidade Infantil por Perturbações da Nutrição: diarreia e interite de S.N. de C. Borges (1934); Qual a melhor organização e orientação dos serviços de higiene escolar de N. Gonçalves (1934); Mortalidade Infantil: problema espiritual, econômico, sanitário e médico de P. de Alcantara (1935); A Criança: noções de higiene de O. Gonzaga (1935); Higiene da Primeira Infância de P. de Alcântara (1936); Toxi-infecção alimentar aguda por uma salmonela atípica de J. de T. Mello (1936); Finalidade da Inspetoria de Higiene Escolar e Educação Sanitária de F.F. de Mello (1936); Condições Higiênicas e Sociais do Trabalhador dos Engenhos de Pernambuco de P. Dias (1937); Valor nutritivo de alguns de nossos alimentos de F.A. de M. Campos (1937); Noções de Higiene Infantil de J. S. Sampaio (1937); Higiene do Trabalhador na Indústria de Papel e Papelão de J.B. Mello e A. da S. Jardim.

- (31) Ibid nota (7), pág. 11

laridade, etc. fazem parte de uma única condição de inferioridade social, e, conseqüentemente, operar no sentido do mascaramento das condições sociais concretas então vivenciadas.

Comentando tal tipo de concepção, Dutilh Novaes destaca que na sua área de exame - a puericultura - o traço conservador acima apontada também é encontradiço, bem como na área de saúde em geral; e tanto, diz ela, que se chega a encontrar a idéia "de que a doença é um acontecimento casual que decorre do encontro da bactéria com um indivíduo, qualquer que seja ele" (32). Constata ainda - e isto ao nível da sociedade - o discurso ideológico de exegese do indivíduo-cidadão como cerne da sociedade e dono de seu destino e na mesma linha, a tese de que a educação constitui instrumento de superação da condição de classe através do esforço individual sem ter em conta, ou explicitar, as condições sociais-concretas que dão substrato à estrutura social de que tratam (33).

Acreditamos, em verdade, que tais fatos nada mais fazem que evidenciar o caráter eminentemente conservador que permeia(va) toda nossa sociedade.

Na área da alimentação, a situação também não é diferente. Isto fica tão mais claro quando observamos que várias análises enfatizam questões como: necessidades nutricionais do organismo, a fisiologia da digestão, cuidados gerais necessários para se evitar contaminação dos alimentos, etc. (34).

(32) Ibid nota (7), pág. 26

(33) Ibid nota (7), pág. 26

(34) Veja, a respeito, os trabalhos citados nas notas de rodapé nº(19) e nº(20).

Ora, raciocinar assim é transformar os elemento acima em preceitos, em regras gerais para que os indivíduos melhor gestem suas vidas e ao fazê-lo, encobrir - conscientemente ou não - o fato de existirem pessoas socialmente distintas - como se isto fosse algo pré-determinado "ad-hoc" - ao proporem "ensinamentos" válidos para qualquer pessoa.

No que se refere aos inquéritos examinados inicialmente, pode-se dizer que a crítica de Novaes, em parte não é pertinente no sentido de que não realizam a inversão aludida por ela; de outro lado, ao listarem "carências" (alimentares, de vestuário, de moradias, etc.) acabam - apesar do avanço frente às teses higienistas/educacionais - por "trilhar caminhos" ainda conservadores. Explicando: acreditamos que ao listarem a educação e mais outras ene "variáveis" se incorre, mais uma vez um vício de raciocínio, pois em verdade, elas nada nos dizem de per si acerca do processo social do qual são manifestações. E manifestações que tendem a se acumular, o que explicita em última instância um só fato: a inferioridade dos grupos sociais examinados (35).

De outro lado, as pesquisas mencionadas levantam um aspecto que nos parece de fundamental importância: o chamamento do Estado como "entidade" única que poderia atuar de modo a "contrarrestar" as péssimas condições de vida exteriorizadas nas "variáveis" apontadas.

(35) Destaque-se nesse ponto que não estamos desconsiderando ou rechaçando a atuação parcial sobre qualquer uma das "variáveis" apontadas em qualquer conjuntura e sim, que a abordagem em pauta é conservadora pois desconsidera a realidade social-concreta e que conseqüentemente, as ações que brotam dessa concepção, tendem a ser também, na medida que parciais, conservadoras.

É claro que entre a realidade e a retórica vai distância, contudo, o que nos chama atenção é que apesar do peso do discurso higienista/educacional à época, no interior do aparelho de Estado se levantam críticas à ação unilateral dos órgãos de saúde pública ou mesmo, como Lowrie, o próprio Estado encomenda trabalho que visa à implantação do salário mínimo e que conclui pela necessidade da melhoria das condições de trabalho e de aumento dos salários (36).

Portanto, tanto o Estado é "convocado", como assume, pelo menos ao nível retórico como sua, a responsabilidade de resolver da dramática situação social da massa trabalhadora (37).

De qualquer forma, tais fatos parecem apontar para algo de maior relevância: a ação em processo, do Estado, no sentido do controle e cooptação da massa trabalhadora (38).

(36) Ibid nota (9), pág. 304. No que se refere ao peso do discurso higienista/educacional mencionado neste mesmo parágrafo, a nosso juízo, ele se explica à luz do fato de as pesquisas examinadas terem sido desenvolvidas por agências (instituições de higiene e educação) e profissionais (médicos sanitaristas, higienistas e educadores alimentares) notabilizados na citada área. De outro lado, o fato das pesquisas terem sido desenvolvidas sob a chancela daquelas agências e pelos técnicos referidos se explica devido ao fato de o Estado Vargas ter emergido em situação de enorme efervescência social e de a questão alimentar não estar colocada em plano que merecesse destaque. Em outras palavras: que não seria num quadro destes que o Estado chegaria a criar instituições novas e dirigidas especificamente ao seu trato.

(37) Embora saibamos, a única linha de política social (?) encetada pelo Estado tenha sido a das legislações trabalhistas.

(38) Tal fato - o do controle e cooptação da massa trabalhadora - conquanto transcenda aos objetivos de nossa dissertação, é aceito pela grande maioria de nossos historiadores políticos. Veja a esse respeito: O Populismo na Política Brasileira de F.C. Weffort (mimeo) e os trabalhos citados às notas (9) e (2) e (1) do capítulo anterior.

Por fim, no que tange especificamente ao tema-objeto desta dissertação, ressalte-se que foi no interior das pesquisas analisadas mais acima, que pela primeira vez - embora ancilarmente - a questão alimentar-nutricional do trabalhador brasileiro foi localizada.

CAPÍTULO III

O PERÍODO 37/46: o tema ganha "ibope" ao nível do Estado.

Na seção anterior vimos o surgimento da problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora no âmbito do Estado. Tal fato se verificou através das pesquisas - investigações - que este último promoveu sobre as condições de vida do citado agente social. Entretanto, fê-lo de tal modo, que tal problemática, apesar de localizada no âmbito do Estado, no período, não chegou a ser recortada de modo a ganhar individualidade temática (1). Ademais, constatamos que as pesquisas efetuadas, realizadas basicamente em São Paulo, de um certo destaque que à concepção higienista/educacional, embora não lhe tenham conferido primacialidade determinativa ao nível das condições de vida da classe trabalhadora.

A partir do final dos anos 30, entretanto, a questão alimentar-nutricional ganha novos contornos.

O primeiro aspecto diferenciador do atual período frente ao anterior refere-se a adoção pelo Estado de algumas medidas específicas que por sua vez, já não são tão prisioneiras

(1) Convém mencionarmos aqui, à guisa de ilustração, duas ocorrências no âmbito do Estado, conquanto não atinentes especificamente à classe trabalhadora e epifenomênicas: a primeira, a criação da primeira cadeira especializada em nutrição da Universidade do D.F. sob a responsabilidade de Annes Dias, tendo como conteúdo básico o estudo dos aspectos médico-higiênicos do problema (1933) e a segunda, a apresentação do projeto à Assembleia Nacional de criação do Instituto Nacional de Nutrição (1935).

ras do enfoque parcial e localizado antes prevalente; ao contrário, suas concepções são mais abrangentes e seu "locus" menos determinado espacialmente - outra diferença.

No período precedente, como descrevemos, a única linha registrada no âmbito do Estado foi a das pesquisas; no período agora em exame, as linhas de reflexão e de ação se ampliam consideravelmente (como veremos) - mais uma diferença.

Em verdade, pode-se dizer que a partir aproximadamente de 1937 não somente o tema ocupa espaço na agenda do Estado (2), como ganha peso e estatuto autônomo ao nível da política governamental empreendida. Por outro lado, apesar da mudança qualitativa no que se refere ao espaçamento reflexivo e analítico de abordar a questão e das medidas específicas implementadas, ainda assim, os resultados obtidos, do ponto de vista estrito das populações referidas / afetadas ficaram bastante aquém, relativamente, do que poderia sugerir a simples leitura da retórica discursiva dos inúmeros trabalhos publicados na época.

Ressalte-se que na própria imprensa se sucediam notícias sobre a extrema miserabilidade do trabalhador brasileiro e da população em geral (3) e que tal situação se manifesta

(2) O Brasil, por exemplo, em 1938, se fez representar em Congresso Internacional (Bogotá) sobre alimentação que preconizou a criação em cada país de uma comissão de 'nutrição' sob o controle dos órgãos de Saúde Pública e o Departamento Nacional de Saúde Pública promoveu curso sobre o tema, o que atesta, dado o nome das instituições em causa, a concepção sanitarista que ainda tinham do problema certos autores, setores e grupos sociais.

(3) A este respeito vide livros, folhetos, conferências educativas e outras obras de figuras representativas da época como Helion Póvoa, Tobias Moscoso, Dante Costa, Araújo Lima, Costa Couto, Borges Fortes, Cleto Veloso Seabra, Sálvio de Mendonça, Messias do Carmo, Paulo Souza, Rui Coutinho, Gilberto Vilela, Olímpio Wanderlei, Moura Campos, Afrânio Peixoto, Josué de Castro e outros.

va, entre outros, num quadro alimentar dos mais dramáticos; o caráter alarmante das publicações era geral.

Intensificam-se também (37/40) os trabalhos que estabeleciam relações entre alimentação e salário, bem como a campanha pelo salário mínimo (4).

À luz dos comentários acima exarados resta indagar o porquê do corte quanto ao tratamento da problemática alimentar-nutricional. Vale dizer, devemos perquerir acerca das causas que levaram a que a reflexão sobre a questão aparecesse com maior peso na sociedade brasileira de então, e em particular, no seio do próprio Estado e da adoção por parte deste, de determinadas medidas específicas: é este o objetivo do presente capítulo.

A nosso juízo, são em número de três os níveis de determinação da problemática em questão no período.

Exploremos então o primeiro: a economia de guerra.

Com a guerra, de imediato, dois fatos afetam a economia brasileira: o primeiro, a "rutura nos padrões e fluxos de comércio e relações internacionais ... corte que acentua os problemas que a economia enfrentara durante a Grande Depressão dos anos 30 |, e o segundo,| a dramática e repentina aceleração do processo inflacionário observado a partir ... de 1939 com o início do conflito na Europa, o que acarretaria taxas de aumento de preços duas a três vezes maiores que aquelas até então

(4) Cf. CASTRO, A.M. de - Nutrição e Desenvolvimento - a análise de uma política. Tese de Livre docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde / U.F.R.J., R.J., 1977, pág. 108.

experimentadas pela economia...." (5).

Em outras palavras: a violenta rearticulação motiva da pelas hostilidades beligerantes na Europa, ao provocar uma súbita rorientação dos fluxos internacionais de comércio e das pautas de importação/exportação (6), criou no Brasil graves problemas de abastecimento e preços.

Tais fatos, como consta do Relatório Cooke - ao qual nos referiremos mais detalhadamente adiante - refletiam, antes de mais nada, "a dependência em que o Brasil se encontrava de importações e a confusão causada em sua vida econômica, quando essas importações são agudamente reduzidas..." (7).

Aprofundando, Malan coloca que estes problemas "in-
flingiram acentuadas privações ao povo brasileiro e ameaçavam constantemente o funcionamento dos serviços essenciais de transporte e utilidade pública, bem como a produção industrial e estorvavam, por vezes, a exportação de certos materiais de guerra como, por exemplo, o manganês" (8). Vale dizer, afora o afetamento ao consumo popular e à indústria civil, a própria indús-
tria orientada à produção de materiais de uso militar, encon-
trava-se também em situação delicada e ainda mais, se temos em
conta, naqueles anos, o estreitamento da secular e especial re

(5) Cf. MALAN, P.S. e outros - Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES, R.J., 1980 págs. 1/2.

(6) No período elevou-se a importância dos Estados Unidos como principal mercado para os produtos brasileiros e passou se a ser o principal exportador para o Brasil - ibid nota (5), pág. 15.

(7) A Missão Cooke no Brasil, pág. 17

(8) Ibid nota (5), pág. 17.

lação com os Estados Unidos da América do Norte (9).

Soa claro, portanto, o quão grave era a situação brasileira e conseqüentemente, a imperiosidade da adoção por parte do governo de medidas específicas e imediatas atinentes às necessidades civis e militares.

Para este fim é criada a Coordenação da Mobilização Econômica (10) que legisla sobre: fixação de preços máximos para a carne (R.J. e S.P.) e estabelecimento das quantidades que os armazéns frigoríficos poderiam receber durante o ano (Portaria nº 1); medidas para aumentar a produção de chumbo (Portaria nº 2); controle de todos os combustíveis líquidos visando a habilitar seu gabinete a melhorar os transportes (Portaria nº 3); criação do Serviço Técnico de Alimentação e Nutrição com encargo de estudar as necessidades alimentares do País (Portaria nº 5); medidas para aumentar a produção de piche, alcatrão e fixar os respectivos preços, etc. (11).

A preocupação da Coordenação era assim controlar preços (12) e racionalizar a produção e uso dos bens de consumo

(9) Ibid nota (5).

(10) A Coordenação da Mobilização Econômica foi criada em 28/09/42 via decreto-lei nº 4750 para efeito de coordenar e desenvolver as diversas atividades econômicas do país, significando, antes de mais nada, uma brutal centralização de poder nas mãos do governo, dado o seu vasto campo de ação e especialmente, de João Alberto, o Coordenador. A Coordenação absorveu atribuições do Conselho Federal de Comércio Exterior (C.F.C.E.).

(11) Ibid nota (7), págs. 58/60.

(12) Vide a esse respeito a pág. 39 deste capítulo e as págs. 2 e 16 (itens b e c) do trabalho Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52) citado à nota de rodapé nº (5).

e, em especial dos gêneros alimentícios, bem como de materiais à indústria (particularmente, a bélica), de modo a garantir, tanto num caso como no outro, um abastecimento pelo menos satisfatório. Ou seja, suas preocupações e ações se orientavam para a criação de condições tais que impossibilitassem uma grave desorganização da vida econômica do país e para o atendimento das necessidades da defesa nacional.

A respeito deste último ponto, veja-se o fato de "o Ministro João Alberto agir em estreita colaboração com as Forças Armadas e promover, naquele momento, a adaptação do seu programa às necessidades militares do país" (13). Vale dizer, existia na Coordenação uma preocupação, que supomos central, com a questão da defesa nacional frente a ameaça externa. Tal fato torna-se ainda mais provável, se temos em conta que o Estado Novo (37/45) esteve fortemente repousado sobre a corporação castrense (14) e que esta, não fossem as articulações do momento, por si só, assume destaque em um mundo em guerra (15).

De outro lado, se a Coordenação da Mobilização Econômica se atinha, fundamentalmente, a questões atinentes a situação emergencial de guerra, o mesmo não se pode dizer a respeito do Estado. Como é sabido, existia no Estado Novo toda uma pretensão de industrialização pesada, na qual, ele (Estado) de

(13) Ibid nota (7), pág. 59.

(14) Cf. SKIDMORE, T. - Brasil: De Getúlio a Castelo Branco (1930-1964). Ed. Paz e Terra, pág. 51 e PENA, M.V.J. - Saúde nos Planos Nacionais de Desenvolvimento, Revista Dados (16): 70-96, 1972.

(15) A este respeito consulte-se o trabalho citado na nota nº (5) onde encontramos à pág. 22 a seguinte colocação esclarecedora: - "É sintomático que Vargas tenha criado, em 8 de maio de 1944, uma Comissão de Planejamento Econômico, como órgão complementar do Conselho de Segurança Nacional...".

sempenharia papel decisivo. Tal pretensão, por sua vez, em verdade, demonstrava toda uma preocupação sua com o "atraso" do país e conseqüentemente - e ainda mais se temos em conta as articulações Estado - Forças Armadas - com a debilidade da nação ao nível interno e externo (16).

Nesse sentido, é extremamente ilustrativo, termos em conta as missões americanas que para aqui se dirigiram nos anos 40. Como sabemos, tais Missões se apresentavam como a combinação de duas diretivas particularmente interessantes para o Estado Novo, qual seja: diagnosições / propostas para fazer frente à situação emergencial de guerra e para implantar no Brasil uma economia industrial sólida.

A primeira "chefiada por Alex Taub, composta por cerca de 10 engenheiros ... esteve no Brasil em 1941" (17) e tinha como preocupações básicas as questões dos transportes e energia elétrica indispensáveis a uma sociedade que se pretendia modernizar - e isto num quadro de colaboração com os EUA.

A segunda foi a Cooke e se inseria de forma marcante na linha das preocupações americanas com o nosso desenvolvimento de indústrias substitutivas de importações de modo a "aumentar a contribuição do Brasil para o esforço de guerra e a reduzir os custos envolvidos na escassez de espaço para transpor

(16) Este fato é óbvio, se colocava inegavelmente devido ao clima de guerra que se vivenciava no país e de outro lado, cremos, se potencializava, e principalmente no seio da Corporação Castrense na medida que temos em conta as inúmeras dificuldades - e que a marcavam - em debelar problemas internos e externos, como os da Constitucionalista de 32 e o controle das fronteiras na Guerra do Chaco (Bolívia versus Paraguai), etc.

(17) Ibid nota (5), pág. 27, nota de rodapé 29.

te marítimo" (18).

Com efeito, a idéia de substituição de importações é apresentada, em sua forma mais clara, em memorando datado de 2 de setembro de 1942, no qual a Casa Branca, através do Board of Economic Warfare, apresenta a Morris Cooke, chefe da segunda missão econômica norte-americana ao Brasil nos anos 40, os objetivos que deveriam nortear seu trabalho neste país:

a) "Aumentar a produção local de produtos essenciais, especialmente aqueles antes importados dos Estados Unidos, de modo a economizar praça marítima";

b) "Converter a indústria local ao uso de matérias-primas substitutivas daquelas ordinariamente importadas";

c) "Manter e melhorar as instalações de transportes";

d) "Lançar as fundações para o fortalecimento de longo prazo da economia industrial do Brasil como um todo" e "(19).

"Terminada a guerra, terminaram os interesses norte-americanos pela "industrialização" no Brasil, já que a reconstrução européia era infinitamente mais importante para os interesses americanos" (20).

Fica deste modo, claro, que era idéia da Missão criar

(18) Ibid nota (5), pág. 27.

(19) Ibid nota (5), págs. 27/28.

(20) Ibid nota (5), págs. 27/28.

algumas condições e fornecer algumas "ajudas" de modo a acelerar a nossa "industrialização" e resolver os problemas decorrentes da situação emergencial de guerra vivida de tal modo que a capacidade ofensiva dos dois países não se visse prejudicada. Isto é, o governo americano se preocupava, basicamente com a nossa "industrialização" nos moldes acima referidos, apesar de algumas referências à questão alimentícia e de fornecimento de víveres de primeira necessidade, contudo, estas não eram suas preocupações essenciais.

Como dissemos, embora não estivesse o governo americano muito preocupado com a questão acima referida, encontramos na Cooke, por exemplo, algumas referências como a da "criação de uma Comissão para estudar e elaborar os projetos para instalar no país uma indústria de desidratação" (21) de produtos alimentícios.

Ainda no Relatório Cooke encontramos em outra passagem a preocupação com a conservação de alimentos e de um melhor planejamento de modo a abastecer corretamente o povo em termos de alimentos nutritivos e de forma a "contrarrestar" a alta desnutrição que se observa no país (22). Contudo, as preocupações americanas, essenciais, iam por outras "trilhas".

Para o governo brasileiro, entretanto, a questão do abastecimento alimentar, principalmente aos grandes centros urbanos, era da maior importância.

Assim, na Coordenação da Mobilização Econômica, por

(21) Ibid nota (7), pág. 49.

(22) Ibid nota (7), pág. 276.

exemplo, tal preocupação se fez presente. Em janeiro de 1943 foi criado o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (S.T.A.N.) (23) com regulamentação aprovada pela citada Coordenação. No capítulo I (Sobre as finalidades do "Serviço") encontramos no artigo 1º explicitado que ele visa a "realizar estudos, trabalhos e pesquisas concernentes ao problema da alimentação, sugerindo as medidas técnicas indispensáveis à melhoria das condições de nutrição do povo brasileiro. Em realidade o S.T.A.N. tinha por objetivo realizar a mobilização econômica no setor de alimentos, dado o conflito bélico mundial. Constituiu mesmo um esforço temporal com foros de política nacional em tempos de guerra consistindo, fundamentalmente, num vasto plano de abastecimento para todas as regiões (24).

O S.T.A.N. não se atinha apenas aos aspectos específicos da pesquisa. Em seu regulamento, no capítulo III, artigo 12, item a declara que compete a sua Consultoria Técnica de Propaganda Alimentar e Organização Social "promover, por meio de publicações, irradiações radiofônicas e filmes cinematográficos, a divulgação dos conhecimentos básicos indispensáveis à boa compreensão popular do problema da alimentação, organizando, ainda, para esse fim, mostruários e certames de propaganda alimentar" (25).

Conforme dissemos ao início deste capítulo as li-

(23) Vide ANEXO VII

(24) O S.T.A.N. fez editar como órgão oficial de divulgação a Rev. arq. Brasileiros de Nutrição.

(25) Vide ANEXO VII e em especial, o cap. III, art. 12, item a. Convém relembrar para efeito de ênfase da análise que desenvolvemos que o S.T.A.N. consta também do Relatório Cooke.

nhas de reflexão/ação no período se ampliaram consideravelmente. Só o S.T.A.N., por exemplo, já contempla duas: pesquisas e campanhas educacionais.

Ainda na Coordenação surgiu, em março de 1944, o Instituto Técnico de Alimentação (I.T.A.) (26), após contatos com técnicos americanos, tendo como objetivos realizar estudos e experiências no campo da alimentação e da nutrição (desidratação, enriquecimento, acondicionamento e processo de (fabricação), dar assistência técnica às indústrias de alimentos (expedir selos de garantia, etc.), divulgar e difundir conhecimentos básicos de educação e higiene alimentar, estimular e fornecer amparo e recursos materiais a qualquer iniciativa que vise a melhorar a alimentação do povo brasileiro (27).

Dos fatos acima apontados, numa visão de conjunto e síntese, duas questões se apresentam como centrais e merecem ser destacadas: uma, a estreita articulação Brasil - E.U.A. que as próprias missões e assistência técnica americanas citadas demonstravam - e duas, a gravidade da problemática do abastecimento alimentar interno criado pela chamada economia de guerra (28).

(26) Vide ANEXO VIII. O I.T.A. surgiu a partir da idéia da criação de um Instituto de Tecnologia Alimentar.

(27) Ibid nota (4), págs. 135/136. O I.T.A. como vemos foi mais além ao nível das propostas que o S.T.A.N., na medida que não só contemplava as pesquisas e a campanha educacional, como ainda o fornecimento de assistência técnica às indústrias de alimentos.

(28) A literatura da época registra alguns trabalhos sobre a problemática do abastecimento e da tendência altista dos preços, como segue: Compra e venda de gêneros alimentícios (algumas sugestões econ.-adm.) ... (1943); Controle de Alimentos de A.B. Souto (1944); Como fomentar a produção... de P. Borges (1946); Problemas de alimentação no Brasil: produção, circulação, consumo e preços de A. Monteiro (1946); Fome, produção e abastecimento de D. Batista (1946); Problemas de alimentação no Brasil: o feijão e a soja de A. da S. Mello (1946); Nutrição e fiscalização de gêneros alimentícios de T.O.G. de Azevedo (1946).

Por fim, sublinhe-se que em que pese o registro individualizado do tema na agenda do Estado - o que contrasta com o período anterior - que ele aparece marcado pelas características de emergencialidade do órgão proponente - a Coordenação da Mobilização Econômica.

O segundo nível de determinação da problemática alimentar-nutricional no período refere-se a uma linha que denominaremos de "complementação/disciplinarização da força de trabalho prioritária".

Os meios utilizados para tais fins foram os serviços de restaurantes instalados pelo Estado ou de refeitórios pelas fábricas. Tais serviços, em verdade, não tiveram importância apenas pelo lado da alimentação do trabalhador, pois contribuíram, em algum grau, também, para a disciplinarização e "normalidade" do processo de trabalho.

Tais serviços atuaram efetivamente ao nível da canastra básica de consumo dos trabalhadores ao propiciar-lhe uma alimentação mais barata e quicã, mais "racional". Entretanto, no mesmo movimento em que cumpriam estas funções, operavam no sentido de criar - ao interpelar os operários no seu universo básico, a fábrica - também uma "cidadania", algo como uma cultura fabril. Vale dizer, a par de se criar um proletariado vivo e forte, operava-se em simultâneo no sentido - sem entrar no mérito da intencionalidade ou não - da construção de certos valores, de certa concepção de mundo acerca do que se faz e da importância disto.

Tais medidas, assim, se orientavam no sentido de "aprisionar" o trabalhador ao seu trabalho, pois a sua mera

substituição era extremamente dificultosa dado o estágio industrial e de proletarização, de então, e ademais, mesmo que tais ôlices não existissem, de qualquer maneira, a constante rotação de força de trabalho sempre causa, pelo menos em algum grau, problemas à produção.

Todo este quadro sublinha mais uma vez a ação demiúrgica do Estado do período e as legislações editadas, mais uma das manifestações do seu projeto modernizante e autoritário. O substrato ideológico de tais legislações, em essência, prende-se a uma concepção de que o proletariado a construir - o objeto é uma missão do Estado - o sujeito - e de que ele é irresponsável, despreparado e pouco capaz (29). É assim tarefa do Estado construí-lo, e construí-lo direito para que não obstaculize - nos vários níveis - o projeto modernizante.

Vejamos então como tal linha se apresentou segundo os próprios discursos "oficiais".

A primeira ação de que temos conhecimento surgiu via

-
- (29) A bibliografia publicada no período sobre a questão nutricional-alimentar sob o prisma educacional, embora não atinentes especificamente à classe trabalhadora bem atesta - dada a avalanche de trabalhos publicados - a força que tal concepção puxava à época, como segue: Noções práticas de alimentação de S. de Mendonça (1938); Fisiologia dos Tabus de J. de Castro (1938); Erros da nossa alimentação de A.A. Barros (1938); Os pequenos fundamentos da boa alimentação de T. Botelho (1938); Bases da Alimentação racional para o brasileiro de D. Costa (1938); Erros e preceitos de alimentação de F.C. Fraga (1938); O hábito alimentar de S. Mendonça (1938); A ciência de comer e de beber R.S. Lopes (1939); Princípios gerais de alimentação da Superintendência de Ensino Profissional (1939); Princípios que devem servir de base à alimentação do homem normal de A. Barros (1939); O problema de educação do Centro de Saúde/Niterói (1939); Recomendações práticas para uso das frutas e legumes de R.D. de G. Paula (1939); Princípios de alimentação do homem nor-

decreto-lei 1238 de 2 de maio de 1939 (30) que dispõe sobre a instalação de refeitórios nas fábricas de tal forma a assegurar condições físicas e higiênicas para a alimentação dos trabalhadores.

O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no uso de suas atribuições se comprometia ainda a conceder prêmios aos empregados cujas empresas incluídas no decreto-lei (mais de 500 empregados) adotassem o esquema de refeitórios, como também, de fornecer-lhes "gratuitamente, modelos e especificações para a instalação". Por outro lado, ameaçava penalizar com multas aqueles que, incluídos no "decreto", deixassem de atender às obrigações estatuídas (31).

Como vimos acima, o Estado estatui, premia e penaliza empresas de porte médio para cima - onde deve estar localizada a "força de trabalho prioritária" - auto-conferindo-se o papel de inteligência suprema e indispensável ao processo de

mal de B.A. Ribeiro (1939); A soja. Sua importância na alimentação: seu emprego no pão de B.B. da Silva (1941); Para melhorar a alimentação da população paulista de P.do Amaral (1941); "Porque deve", "como pode" o servidor do estado alimentar-se racionalmente? De R. de Siqueira(1942); A educação alimentar de F.P. do Amaral (1943); As 13 normas da alimentação do escolar de C. Dante (1942); Ação específico-dinâmica dos princípios alimentares de F.M. de Melo (1942); Educação alimentar de J.M. do Carmo (1943); Cartilha alimentar do homem rural de R. de Siqueira(1944); O problema alimentar no sertão nordestino: a eugenia através da alimentação racional de O. Parahim (1944); Hábitos e erros alimentares de C. Barreto (1945); Propaganda sanitária e educação alimentar do povo de L.M. de Andrade (1946); e Princípios de higiene alimentar de A. Garcia (1946).

(30) Vide ANEXO II.

(31) O decreto-lei 1238 declarava ao nível das intenções como sendo também seu objetivo a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para os trabalhadores, embora nada de mais específico conste do documento.

crescimento industrial rumo à industrialização. Isto fica claro com a legislação punitiva àquelas empresas que não avaliavam "corretamente" a eficiência da adoção de tais refeitórios. Mas prossigamos.

A segunda ação de que temos conhecimento surgiu via decreto-lei nº 2478 de 5 de agosto de 1940 (32) que criou o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) sob subordinação direta do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio "destinado... a assegurar condições favoráveis e higiênicas à alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria [... que abrangia ...] a quase totalidade das classes trabalhadoras" de modo a "melhorar a alimentação do trabalhador brasileiro, e, conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho" mediante "a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares" [o grifo é meu -J.N.] via instalação e funcionamento de restaurantes (33).

O Estado, via S.A.P.S., pretendia assim, ele mesmo, propiciar uma alimentação mais "racional" cujo ideário é o de que o trabalhador é "ignorante" e não sabe como se alimentar de modo "normal" o que sublinha mais uma vez o caráter autoritário da concepção que se tinha sobre o proletariado, ao passo que, de outro lado e, em simultâneo - intencionalmente ou não-operava no sentido de disciplinarizar o "jovem" proletariado.

"A diferença fundamental que podemos ... apontar entre as duas iniciativas ... é que a primeira, de 1939, cuidava

(32) Vide Anexo III

(33) Acerca deste último ponto, leia-se no Anexo III, o item IV do art.2º.

de propiciar condições físicas, isto é, instalações adequadas de higiene para as refeições realizadas pelos trabalhadores, en quanto a segunda, mais audaciosa, foi mais longe, pretendeu tam bém preços acessíveis (alimentação barata), fornecer o próprio alimento...

Assim, para propiciar aos trabalhadores alimentação adequada [o grifo é meu - J.N.] e barata, o órgão através do qual o governo pretendia realizar sua política nacional de ali mentação ... promoveria a instalação e funcionamento de restau rantes destinados aos trabalhadores e, por parte das empresas, o fornecimento de alimentos, nos refeitórios a que ficam obri- gadas pelo decreto-lei nº 1238" (34).

Portanto, o S.A.P.S. além de contemplar, em essên cia, os objetivos do decreto-lei nº 1238, assumiu a mais, a função de promover o fornecimento aos trabalhadores de alimen tação racional e barata através dos serviços de resta urantes e de estimular as empresas a fazer o mesmo em seus refeitórios.

Em 14 de outubro de 1941 o S.A.P.S. foi reorganiza- do via decreto-lei nº 3709 (35) e, como resultado, "surgiram os restaurantes gregários, isto é, os construídos, instalados e equipados por outras entidades autárquicas e paraestatais, mas cuja administração ficou entregue ao S.A.P.S., na forma dos acordos estabelecidos, além dos restaurantes fiscalizados, aqueles que construídos, instalados ou mantidos direta ou indi

(34) Ibid nota (4), págs. 124/125.

(35) Antes, em 27/01/41 via decreto-lei nº 2988, houve outra reorganização; esta, contudo, praticamente, esteve adstri ta a aspectos organizacionais e financeiros concernentes ao seu funcionamento (Vide Anexo IV).

retamente pelo serviço público, empresas industriais ou outras instituições, se inscreveriam, obrigatoriamente no S.A.P.S. para que deste desfrutassem de todo auxílio" (36).

A quarta ação de que temos conhecimento surgiu via decreto-lei nº 4859 de 21 de outubro de 1942 que criou uma Seção de Subsistência no serviço de Alimentação da Previdência Social "destinada a fornecer aos trabalhadores, em postos especiais ou naqueles sob seu controle, ou ainda por intermédio dos Sindicatos, gêneros de primeira necessidade pelo preço de custo acrescido de uma taxa de 10% destinada à administração e às despesas de transporte da autarquia com a aquisição e distribuição dos mantimentos, sendo que este fornecimento dar-se-ia de preferência, aos inscritos, segurados das instituições de previdência social, e que mantivessem a família numerosa" (37).

Esta última, em que pese o seu caráter emergencial, significou, em realidade, mais um elo da cadeia que se vinha formando - a nível desta legislação específica - desde o decreto-lei nº 1238 - que se ampliou com os restaurantes fiscalizados e gregários - e que atestam a ação demiúrgica, autoritária e mesmo paternal-assistencialista - como na última legislação acima - do Estado de então.

O terceiro nível de determinação da problemática ali

(36) Ibid nota (4), págs. 127/128.

(37) Ibid nota (4), p.128. Vide também o Anexo V. A época foram publicados sobre o tema: Alimentação no meio operário de S.P. de F.F. Lopes(1938); Alimentação - sua importância para o funcionario público de R.D. Coutinho(1938); Restaurantes para os servidores públicos de J. Albuquerque(1944) e Algumas considerações sobre um problema importante da assistência social: alimentação do servidor do Estado de R. de Siqueira (1944).

mentar-nutricional no período esteve fortemente marcado pela influência do discurso nacionalista: anti-imperialista e antropocêntrico. Tal discurso, acreditamos, encontra-se localizado sob a forma de síntese no que ficou conhecido como movimento integralista.

O integralismo constituía a proposta da anti-raça, isto é, da mestiçagem. Esta mestiçagem, por sua vez, significaria a integração e conseqüentemente, a unidade nacional. É neste sentido que se pode entender o peso e a força do movimento integralista nas colônias estrangeiras aqui existentes. Expli - cando melhor: tais grupos - de estrangeiros, ao saírem de seus países de origem, buscam romper com alguns valores e práticas pregressas e se integrarem para não se sentirem "partidos", fracionados; contudo, tendem a se fechar - enquanto grupo - se a sociedade hospedeira os rejeita. E o que propunha o integralismo? Fazia exatamente a proposta que lhes era a mais adequada - isto é, propunha a sua integração via a "mistura", e esta significaria a destruição das câpsulas oligárquicas - que fraturavam a unidade - e o afloramento do homem brasileiro (38).

Era o discurso da construção da nação pelo mestiço - o herói anti-herói dos trópicos.

Este "herói" - "produto de três raças tristes" - seria o único que nos trópicos poderia criar uma civilização. Aqui as condições eram as mais adversas e não seriam arianos ou os continuadores dos heróis milenares romanos que poderiam criar

(38) A nosso juízo o movimento integralista "pegou" nas colônias estrangeiras não por uma suposta primacialidade de raça e sim, pelas idôcias propostas que lhes eram próprias e que, evidentemente, não eram o discurso da raça e sim da anti-raça, não cabendo, portanto, espaço para sustentar a tese em contrário.

uma nação civilizada: aqui apenas o mestiço poderia fazê-lo.

Segundo tal discurso, o "civilizado" está se mantendo, guerreando, etc., enquanto nós somos "cordiais e pacíficos". Este discurso apologético do mestiço - como o verdadeiro homem brasileiro - que suplanta o conflito, que resiste ao clima e condições hostis, marca de forma inequívoca que, apesar de tudo, será ele que construirá uma verdadeira civilização e que, conseqüentemente, a integração é fundamental.

Como se operava tal discurso? Os italianos invocavam seus heróis milenares da antiga Roma nos quais deveriam mirar-se, enquanto os alemães invocavam a não-mistura, a raça pura, a raça ariana. E nós? Que heróis invocar? Que história invocar? Que raça invocar? Nós invocaríamos o mestiço - o nosso anti-herói - o herói dos trópicos. Nós assumiríamos a nossa não história. Em suma, nós invocaríamos o que tínhamos e o compromisso de uma tarefa por realizar: a construção da nação a partir da emergência do verdadeiro homem brasileiro.

Convém sublinhar que o integralismo era de fato autoritário, contudo, não apenas, era também nacionalista. Este último aspecto - de maneira geral - pouco tem sido destacado no debate sobre o integralismo e foi, em verdade, o que o Estado Novo mais incorporou deste ideário político. Já o autoritarismo não só ficou registrado, mas ficou quase que como o único caráter do integralismo (tal fato se deveu fundamentalmente à crítica de esquerda sobre o movimento aludido).

De outro lado, o próprio Estado, se soube como incorporar o discurso nacionalista do integralismo, soube também como reprimir o seu caráter mobilizador. Este movimento era

essencialmente político, político integral, político "full time". As obrigações de seus "quadros" eram enormes, até receber líderes políticos em estações - efusivamente - era-lhes cobrado.

O integralismo era assim, genuinamente mobilizador, nacionalista, antropocêntrico.

O integralismo era também anti-imperialista. Existia toda uma visão no integralismo de que o país deveria controlar suas fontes e recursos naturais.

Apenas à guisa de ilustração, convém lembrar que na Semana de Arte Moderna de 1922 no discurso dos modernistas - Jackson de Figueiredo, Mário de Andrade e outros - o discurso acima é contraditório. Macunaíma, por exemplo, é o protótipo do nosso anti-herói moleque e inocente que vive em condições adversas e que põe em evidência toda a brasilidade de nossa formação e as "coisas nossas".

Desta apologia - meio chacota do homem brasileiro - inocente e moleque - não pode - e dado o seu peso - fugir o próprio Estado (39). Tal discurso, por ser o discurso de amplos setores da sociedade brasileira não podia ser tergiversado: o Estado chegou mesmo a criar o dia da raça! Mas não foi só. Para as Forças Armadas enquanto substrato do Estado - principalmente durante o Estado Novo - se por um lado o caráter mobilizador e político do integralismo era desagradável, de outro lado, o seu caráter nacionalista, era bem recebido e mesmo, interiorizado pe

(39) A.M. de CASTRO, na tese já citada, mostra um movimento a nível internacional que recorta o tema, dando-lhe individualidade reflexiva e seu desglosamento da pletora de medidas sociais que o Estado passa a assumir (vide a este respeito o item 5.2. da tese da autora págs. 81/96).

lo Estado.

Para o Estado demiúrgico (37/45) do desenvolvimento e que deveria, para isto, controlar suas fontes e recursos na turais, o vetor nacionalista assumia enorme importância enquanto discurso catalizador da opinião pública para as suas práticas intervencionistas e em estreita articulação com as Forças Armadas.

Assim, se de um lado, o vetor nacionalista desagua-va numa certa justificação do Estado modernizador, principal - mente no que se refere à estrutura produtiva, de outro lado , tal discurso sublinhava o homem brasileiro. Em verdade, contudo, tal discurso não se orientava efetivamente ao homem real, concreto e sim ao homem-entidade.

Lembre-mo-nos também de que o fato de o Brasil estar em guerra tinha suscitado no seio da corporação militar o re-gistro do tema (40) na medida que as próprias seleções de re-

-
- (40) Listamos a seguir, à guisa de ilustração, alguns traba-lhos de militares ou registrados em suas revistas o que atesta o peso do debate existente sobre a problemática da saúde - e em especial da alimentação - no Brasil nesses anos. Ei-los: Serviço de saúde duma expedição militar por via marítima de A.R. de L. Lobo (1941); O militar tuberculoso poderá ser recuperado para o serviço do exército de D. Pegado Jr. (1941); Serviço de saúde duma D.I. no ataque de A.R. de L. Lobo (1941); Estatísticas do H.C.E. referentes ao ano de 1940 de N.B. de Melo (1941); A medicina militar de F. Abreu(1941), Seleção dos recrutas de S. Monteiro (1942); A higiene ao serviço das forças arma-das de B. Costa (1942); Política alimentar de guerra de J.M. do Carmo (1942); A febre amarela de S.T.P. Melo(1942); A forma silvestre da febre amarela de S.T.P. Melo (1942); A tuberculose e o candidato ao trabalho de D. Pegado Jr. (1942); Elementos de higiene militar de M. de Campos(1942) Das finalidades do serviço de saúde em campanha de A.Acio li (1943); Ensaio sobre alimentação no 19º B.C. de T.F.

crutamento apontavam a extrema gravidade das condições de saúde em geral do homem brasileiro e conseqüentemente, a debilidade de de nosso combatente e de nossas possibilidades de defesa e segurança nacional.

Os discursos e algumas medidas efetivas - de efeitos irrisórios - provam, em verdade que não se tratou de uma súbita tomada de consciência humanitária, nem de uma preocupação com a redução do custo de reprodução da força de trabalho dada uma certa reserva de mercado pela guerra e rentabilidade em alta - e sim, pelo lado de sua disciplinarização (como antes apontado) e cooptação que a retórica nacionalista, anti-imperialista e antropocêntrica do Estado operava. Fica assim claro que os trabalhos atinentes a áreas geográficas não-prioritárias (41) ou mesmo grupos sociais também não-prioritárias

Gaudenzi (1943); Trechos e conclusões de um relatório de C.P. Gonçalves (1943); A reorganização do serviço de saúde em campanha de A.R. de L. Lobo (1943); Curso de emergência de medicina militar de O. de Mell (1943); O plasma humano de S.T.P. de Melo (1943); A febre amarela e o leptospera icteróides de S.T.P. de Melo (1943); O vírus da febre amarela de S.T.P. de Melo (1943); A seleção mental do combatente de F. Abreu (1944); Academia Brasileira de Medicina Militar. Relatório 1943/44 (1944); Proteção Alimentar aos marítimos de O. Dreux (1944); A prova de sero proteção na febre amarela de S.T. de O. Mello (1944); Incidência de sífilis no Exército de H. Brandão, B. de Sousa e outros (1944); Acompanhamento de uma visita de inspeção ao serviço de saúde da força expedicionária bras. de C.P. Gonçalves (1945); Problemas de tuberculose na F.E.B. de R.M. Bruno (1946).

- (41) Ei-los: O problema alimentar na Bahia de A. Brito e J. Telles (1938); O que revela um inquérito no Recife sobre as condições de alimentação popular de R. Coutinho (1939); O problema alimentar no sertão de O. Parahem (1940); O problema alimentar na amazônia (1941); Alguns aspectos da alimentação no R.G.S. de C.S. Veloso (1942); Contribuição ao estudo dos problemas de alimentação no R.G.S. de R. Panatiere (1942); Padrão alimentar da população da cidade de Salvador (1942).

rios (42) constituíram manifestação "epidérmica" do fenômeno. Reiterando: o aspecto essencial, era sim, o seu efeito catalisador ao nível ideológico de consagração do Estado demiúrgico nacional - "expressão moral-racional da sociedade" que, como intérprete da "alma" brasileira, operaria para construção da nação e do homem brasileiro.

O Estado-sujeito e a sociedade-objeto soam como manifestação básica do ideário prevalente e não, como preocupação "humanista" que teria chegado a contemplar - até - áreas e grupos sociais não-prioritários do ponto de vista do capital. A nosso juízo, a simples leitura dos trabalhos listados nas notas de rodapé (40), (41) e (42) mais do que evidenciam o "real" de então: em verdade, manifestam algo que na base da sociedade tem papel diferenciado do que a sua simples leitura aparentemente enuncia e/ou algo em que alguns - talvez - até acreditavam.

Em suma: por ser nacionalista o discurso operado, ele articulava e soldava interesses, que de outra forma poderiam manifestar-se sob a forma de conflitos verticais agudizados na base da sociedade. Daí, o Estado Novo, absorver do integralismo o discurso/apologia do homem nacional tendo em vista

-
- (42) Ei-los: O desenvolvimento físicos dos escolares salgueirenses em face da alimentação de P. Orlando (1941); Morbidade e mortalidade no seio escolar: incidência de tuberculose nos meios escolares de S. de A. Pinto (1942); Escolares subnutridos de A. Teixeira e E. Azevedo (1943); Inquérito sobre a incidência de sinais de nutrição em crianças escolares de C. Dante (1944); Considerações sobre a mortalidade infantil em Curitiba de I. Antunes (1944); Considerações em torno da mortalidade infantil em Fortaleza de J.E. de Alencar (1945); Alimentação e desenvolvimento físico de 280 indivíduos da zona noroeste do Estado de S.P. de L.C.Fonseca (1946) Alimentação dos escolares de D. Batista (1946).

a sua utilidade aos seus fins colimados, qual seja, o controle da massa operária. Voltemos um pouco.

Como vimos anteriormente, a temática da raça e da cultura nacional dos trópicos aparece, fundamentalmente, a partir de 1922 e se amplia de forma considerável nos anos 30. Recordemo-nos de que a literatura do século passado era, em essência, introspectiva/subjetiva e narrava as coisas da paixão e do ódio, da amizade e da compaixão. A partir de 30 sucedem-se trabalhos como os de J. Amado, J.L. do Rego, E. Veríssimo, G. Rosa, M. Donato e outros cujo enfoque é bastante distinto da linha anterior. Estes últimos vão agora não mais de encontro a um homem que ama, odeia, sofre das dores da "alma", mas sim do homem que trabalha num espaço econômico localizado - à luz de relações sociais de produção determinadas.

Não é à toa que Gilberto Freire, o pai dos sociólogos brasileiros, afora seus méritos pessoais, ganha destaque. Em primeiro lugar Freire é oriundo de Pernambuco onde, provavelmente, estaria localizado o "celeiro" do homem dos trópicos dado que lá a mestiçagem teria se iniciado mais cedo.

Gilberto Freire em artigo recente, tece alguns comentários esclarecedores. Diz ele: - "Visão importante - essa visão - para o antropólogo que considere problemas como o da pureza da raça: o das diferenças entre raças; o fator racial na formação brasileira.

Como saí do Brasil a esse respeito no remoto 1918? Tanto desorientado, por livros, sobre o assunto como os de Le Bon e os de Ingenieros, quanto à teoria, como socialmente ouvindo, na minha própria família, quem chamasse desdenhosamente

homem de cor, mesmo ilustre "pardanasco", mulher de cor, mesmo bonita, "cabrocha" e".

É certo que, ainda entre menino e homem comecei a desprender-me de certos preconceitos de casta. E nos meus curtos dias de crise religiosa - revolta contra minha formação tradicionalmente católica de família tive não poucos contactos com a chamada, na minha casta, "gentinha": nas próprias casas pobres e honestas da mesma "gentinha". Fiz amizades, para mim ótimas, fora da casta familiar. Isto sem deixar de recordar que encontrei na ex-escrava de minha avó materna Felicidade - a boa Dadade - uma das criaturas mais doces que conheci. Outra, a negrinha Isabel, tão ligada a minha primeira meninice.

Mas seriam negros e pardos meus iguais? Os Le Bon e os Ingenieros proclamavam sua inferioridade. O que, aplicado ao Brasil, deixaria a gente brasileira quase sem futuro: nação de gente quase toda inferior pela grande presença negra e mestiça na sua formação e na sua atualidade.

... Foi quando me tornei discípulo de Antropologia do grande Boas. Com ele aprendi não só não haver nada de científico - em biologia da raça - nas supostas "superioridade" e "inferioridade" de raças. Não só de raças supostamente puras: também de gentes mestiças" (43). A concepção de Freire é assim, em essência, um discurso que aponta o mestiço como o protótipo do homem brasileiro e o absurdo das teses de supostas superioridades de raça. E proclama mesmo, que uma nação mestiça também pode aspirar a um futuro desenvolvido.

(43) Freire, G. O velho Boas e eu (2) em jornal A Folha de São Paulo, outubro, 1980.

Josué de Castro também desmistifica a falácia racial (44) e afiança as nossas possibilidades de desenvolvimento. Creio mesmo que Josué de Castro constitui a grande matriz para se pensar a problemática alimentar-nutricional do período.

Publicou inúmeros trabalhos sobre o tema e tal era a força de seu pensamento/interpretação que acabou por se constituir no primeiro dirigente latino-americano da F.A.O. no pós guerra. Tal fato - indubitavelmente - atesta não só o peso do debate sobre o tema no Brasil como a respeitabilidade da interpretação do autor no Brasil e no mundo.

Frisamos, entretanto, que não temos nesta dissertação a intenção de promover uma disceptação teórico-ideológica do pensamento de Castro, o que por si só merece uma tese exclusiva, mas destacar alguns aspectos que julgamos relevantes para a análise que ora empreendemos.

Uma das primeiras críticas do autor - ao par da tese anti-racial - é a da concepção anti-malthusiana. Para T. Malthus haveria uma causação circular entre movimentos dos salários e condições de vida que com sua "naturalidade" "ad hoc" determinariam as possibilidades e limites da acumulação de capital (45).

Para Castro - de forma inversa - o que há é uma baixíssima produtividade que funciona como impecilho para a subida dos salários, da melhoria das condições de vida e de novo

(44) Castro, J. Geografia da Fome. Ed. Gráfica O Cruzeiro, R.J., 1948, pág.

(45) Souza, P.R. Salário e mão-de-obra excedente, VI Encontro Nacional de Economia - ANPEC, vol. 1,

da produtividade. Assim, Josué de Castro acaba por recuperar o velho "círculo vicioso da miséria" embora numa perspectiva anti-malthusiana.

A este respeito Anna Maria de Castro - em anuência com Josué de Castro - afirma: - "Segundo Josué de Castro, a economia planificada deve agir sobre todo um sistema econômico integrado a fim de evitar os desequilíbrios que se constituem, no tempo, em fatores de estrangulamento [o grifo é meu J.N.]".

Não pode haver desenvolvimento onde houver a produtividade baixa, a causação circular cumulativa denunciada por Myrdal em um dos primeiros livros sobre o tema desenvolvimento e subdesenvolvimento - Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas.

Sabemos que existe um grupo de doenças que assolam, preferencialmente, as populações das regiões subdesenvolvidas' do globo, e de cuja patogenia participa a alimentação como fator predisponente ou preparador. São as chamadas doenças de massas que atingem em altos graus de incidência as populações subnutridas e relativamente carentes, como a tuberculose, o tracoma, a lepra, as verminoses e outras parasitoses gastrointestinais. Embora estas doenças possuam um agente patogênico específico, suas manifestações mórbidas, sua propagação e sua evolução dependem, enormemente, do estado de resistência orgânica dos grupos humanos, isto é, do estado de nutrição" (46).

Estes últimos parágrafos são muito importantes pois sublinham alguns pontos essenciais à análise.

(46) Ibid nota (4), págs. 76/77.

Um deles seria o de que "o homem subalimentado", subnutrido, torna-se presa fácil de uma série de doenças que encontram neste organismo de pauperado campo aberto para progredir, consumindo-o até à morte" (47) e reforçando assim, a baixa produtividade, os baixos salários e tornando, consequentemente, o desenvolvimento algo de muito difícil atingimento.

De outro lado, combate a idéia de uma suposta naturalidade da doença - o encontro casual da bactéria com o indivíduo - na medida que considerada socialmente ela é vista como abarcando vastos contingentes da população brasileira, isto é, aqueles que tendem a estar excluídos de toda a gama de benefícios sociais.

Sublinha ainda a citação - enganosamente - uma relação direta entre elevação da produtividade, salário e "condições de vida" - conceito este extremamente complexo e que perpassa inclusive os espectros ideológicos - sem ter em conta a lógica da valorização do capital (48).

Vê-se, assim, como questões de anti-raça, anti-malthusianismo (e história negada) (49) aparecem no pensamento de Josué de Castro e são repisados de forma sintética por A.M. de Castro. Diz ela: "... se no mundo considerado desenvolvido, a descoberta da fome como fenômeno sócio-econômico e político e não como algo natural |o grifo é meu J.N.|, foi um processo len

(47) Ibid nota (4), parte 5.1, págs. 77/78.

(48) Belluzzo, L.G. de M. Um estudo sobre a contribuição à crítica da Economia Política. Tese de doutoramento, DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo), Campinas, 1975.

(49) Este ponto, embora, não explicitado na citação acima também consta do pensamento do autor como veremos mais adiante.

to e penoso, não poderíamos almejar que a situação fosse diversa nos países dependentes. Apenas laborou a favor destes o fato de que na medida em que o fenômeno da fome atingia e retratava parcela considerável desta sociedade, foi difícil mascarar sua existência, deixar de vê-lo e conseqüentemente não se indagar o porquê.

As sociedades subdesenvolvidas, baseadas em relações de dominação, de uma ideologia ou mito de inferioridade racial [o grifo é meu J.N.], de fatalismo, de determinismo geográfico ou mesmo da negação de suas possibilidades para a interpretação e busca das causas e efeitos vivenciados, difícil seria a pronta e eficaz descoberta do alcance de problema. E mais, se não conseguem, estas sociedades, serem sujeitas de sua própria história [o grifo é meu - J.N.], de criar uma cultura que atenda às suas necessidades, se dependem e importam valores, as normas e até mesmo as formas de pensar dos países centrais, como iriam conseguir avaliar fenômenos próprios; que são específicos dos países pobres?" (50).

Associa também - e de forma indevida - a questão da resolução da fome como ponto de partida para o desenvolvimento-simplismo analítico - pois aquela como este, estão afetados por inúmeros "fatores" como o da relação do desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção, o grau e estágio do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e de nossa especificidade histórica de formação e mesmo do "grau" de democracia reinante.

No prefácio do livro de J. de Castro A Geografia da

(50) Ibid nota (4), pág. 100

Fome escrito pelo prof. André Mayer encontramos a afirmativa de que "a questão alimentar do ponto de vista nutricional hoje [aquela época] é uma questão cientificamente resolvida em termos proteicos-calóricos" (51). Esta citação e a mais acima também enunciada destacam o grande avanço da ciência da nutrição à medida que se aponta para o fato de que inúmeras doenças guardam intensa relação com a subalimentação e que se sabe - em média -, das necessidades nutricionais do organismo humano.

E por fim, o discurso do autor - Josué de Castro - abre mais uma porta - uma certa anuência "oficial" - ao "intervencionismo" do Estado enquanto agente que deveria promover a integração da agricultura no conjunto da economia e assistir ao homem brasileiro.

.Nos objetivos que deveriam nortear a política econômica e social do governo destaca uma postura anti-lucro (não anti-iniciativa privada) que não atenda aos interesses da coletividade, de levar aos povos a real situação em que vivem, principalizando as possibilidades de solução do grave problema da fome, de estudar o fenômeno da fome coletiva devido à falta permanente de determinados elementos nutritivos em seus regimes habituais, de que o tema foi pouco e mal tratado até então porque era visto como perigoso e que "foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica que tornaram a fome um tema proibido ou pelo menos pouco aconselhável publicamente" (52) e que, em vista disto, era urgente recuperá-lo e resolvê-lo - via Estado - para que o desenvolvimento pudesse ser logrado.

(51) Ibid nota (4), pág.

(52) Ibid nota (44), pág. 20

Em verdade, aprofundando um pouco mais, tal tema foi considerado tabu durante muito tempo pois a fome, assim como o sexo - enquanto instintos primários - era um tanto quanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa. Agora, não. Ele, o tema, não podia mais ser escamoteado.

Vejamos então como J. de Castro opera tal problemática mais amiúde. As suas propostas e reflexões explicitadas são, em linhas gerais, as seguintes:

- " - modernizar a economia brasileira e em especial , o campo;
- reformular o sistema de comercialização;
- educar o povo;
- melhorar o poder de compra das massas;
- resolver o problema da fome pois esta provoca o desânimo do homem e impede o progresso e a integração do país ;
[o grifo é meu - J.N.] ;
- conferir peso também à agricultura ao nível da política econômica dado que esta só contempla a indústria;
- elevar a produção agrícola com aumento da produtividade via introdução de "progresso técnico" (53).

Sua tese central é a de que o desenvolvimento equivale à sociedade abundante com melhora das condições materiais de vida de todos.

Para tal, basta sublinharmos o caráter anti-imperialista de sua análise como aparece explicitado no prefácio que

(53) Veja-se a este respeito a Geografia da Fome - já citada - e em especial a parte das propostas - item 5 do livro - e como, no próprio Josué a ideia da integração se faz presente.

escreveu para o livro *A carestia de vida no Brasil*, do engenheiro Boris Krakovetsky. Afirma que "[a] evolução econômica do Brasil processada quase que espontaneamente, ao sabor da iniciativa privada, movida apenas pelo apetite do lucro imediato, se foi progressivamente do aproveitamento racional de nossos recursos naturais para cair na pura delapidação vampiresca de nossas riquezas e potencialidades geográficas" (54) o que sublinha mais uma vez o peso do discurso nacionalista à época.

Se temos em conta - como vimos - a primazia conferida ao Estado pela própria A. M. de Castro - em reforço às teses de Josué de Castro - ao citar Myrdall que confere substantiva importância ao planejamento governamental - enquanto peça essencial ao desenvolvimento - entendemos porque no Brasil, em vista dos demais comentários antes desenvolvidos é conferido ao nosso demiúrgico não só a tarefa de construir a nação, como o próprio homem brasileiro.

A este respeito diz A. M. de Castro: - "É inconcebível que as grandes fontes de conhecimento e riquezas do mundo quase nunca sejam utilizadas em favor daqueles que delas necessitam tão desesperadamente. Das diversas necessidades do homem, a alimentação é a primeira. A fome e a malnutrição podem impedir o progresso de uma nação em qualquer esfera" (55) à medida que implica em baixa produtividade, óbices intransponíveis do desenvolvimento e mesmo climas sociais disruptivos. O Estado é chamado assim a cumprir o seu papel.

E prossegue: - "Nenhum desenvolvimento pode ser dura

(54) Krakovetsky, B. *A carestia de vida no Brasil*. Ed. Casa do Estudante do Brasil, R.J., 1957, pag. 19.

(55) Ibid nota (4), pag. 97

douro se não for baseado na mobilização dos recursos nacionais. Mas a ajuda externa é indispensável, inicialmente, para guiar e suplementar estes esforços"(56). E isto com a preocupação "de se preservar a dignidade e a independência dos países em desenvolvimento" (57).

Assim, cruzam-se no período nacionalismo e anti-imperialismo, guerra e estreitamento das relações Brasil-Estados Unidos, fome e desenvolvimento, Estado e tarefa histórica a realizar; tarefa esta que inclui a constituição do próprio homem brasileiro.

É dentro deste contexto que a linha assistencialista derivada de uma premissa carencial que sublinha a "responsabilidade da sociedade" (58) e conseqüentemente do Estado, a "alma da sociedade", se destaca e mesmo se desglosa em sublinhas específicas, tais como: assistencialista, educacional, assistencialista-educacional (implementações) e pesquisas.

Vejamos a linha educacional inicialmente.

O primeiro fato surgiu com o S.A.P.S. que sublinha como sendo um dos seus objetivos "melhorar a alimentação do trabalhador brasileiro, e conseqüentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares" (59).

O segundo fato surgiu também no S.A.P.S. via decre-

(56) Ibid nota (4), pág. 97

(57) Ibid nota (4), pág. 97

(58) Ibid nota (44), Propostas, item 9

(59) Vide ANEXO III e em especial, o art. 2º, itens I, II e III.

to-lei nº 3709 de 14 de outubro de 1941 que reorganizou o S.A.P.S. ciente que estava "de que apenas a existência de reestruturação ... seria insuficiente para atingimento dos fins colimados, [passando então] a exercer uma ação educativa sistemática, especialmente junto às famílias dos trabalhadores visando a demonstrar os prejuízos decorrentes do então sistema de alimentação, e orientando a coletividade sobre os processos de uma alimentação racional e econômica e dos benéficos resultados" (60).

O terceiro fato surgiu com a Sociedade Brasileira de Alimentação (S.B.A.) que coloca como sendo um dos seus objetivos "ventilar conhecimentos ao povo sobre os preceitos da higiene e economia alimentares, pelos meios de difusão educativa" (61).

O quarto fato - já mencionado mais à frente - surgiu com o Serviço Técnico da Alimentação Nacional (62).

O quinto fato - também já mencionado mais à frente - surgiu com o Instituto Técnico de Alimentação (I.T.A.) (63).

O sexto fato surgiu com a Comissão Nacional de Alimentação (C.N.A.) que no seu artigo 5º, item d, declara ser um dos seus objetivos "trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira, estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas" (64).

(60) Ibid nota (4), pág. 126

(61) Vide ANEXO VI e em especial, cap. I, item d

(62) Vide ANEXO VII e em especial, cap. III, art. 12, item a.

(63) Vide ANEXO VIII e em especial, item f das Finalidades.

(64) Vide ANEXO IX.

O sétimo fato surgiu com o Instituto Nacional de Nutrição que dentre as suas "Finalidades" (item C) sublinha sua intenção de "difundir os conhecimentos de higiene alimentar através dos diferentes recursos educacionais" (65).

Na linha assistencialista, certamente, podemos incluir também a investida pioneira de 1938 e que dispunha de refeitórios, bem como, o próprio S.A.P.S., que chegou a montar, inclusive, seus próprios restaurantes (66).

Depois temos a criação da Legião Brasileira de Assistência (L.B.A.) em 28 de fevereiro de 1942 pela Sra. Darcy Vargas. Seu surgimento está preso à entrada do Brasil na II Guerra Mundial e tinha como objetivo inicial prestar assistência às famílias dos combatentes. Em verdade, o que fez a L.B.A. foi encampar uma campanha popular já existente de mobilização nacional, em termos de arrecadação de fundos de apoio aos esforços do governo tornando-se a primeira instituição social de âmbito nacional (67).

Em suma, a L.B.A. surge como indício do tipo de polí

(65) Vide ANEXO X e em especial, Da Organização, tópico III, Seção de Educação Alimentar.

(66) Vide ANEXO II e III. Reconhecemos, como dissemos mais atrás, o caráter de complementariedade das ações acima, contudo, e isto é óbvio, elas possuem outra "cara": o assistencialismo, que deriva de um enfoque carencial e que, por sua vez, aponta para a questão social.

(67) Cf. RELATÓRIO GERAL/1977 - FUNDAÇÃO L.B.A. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL. Foi reestruturada em 1946 com o fim da guerra, transformada em Fundação em 1969 e em 1977, incorporada ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - S.I.N.P.A.S. sob a orientação e controle do Ministério da Previdência e Assistência Social.

tica que viria a ser desenvolvida pelo Estado de forma decisiva nos anos 50 - o populismo - não tendo, em essência, o objetivo de resolver substancialmente os problemas, mas quando muito, minorá-los (68).

Posteriormente, surgiu em 18 de novembro de 1943 a Portaria nº 156 da Coordenação da Mobilização Econômica que regula e organiza Postos de Emergência no D.F. geridos pelo S.A.P.S. (69) para venda de alimentos e tecidos po

(68) Cf. Pontual, R. "Racionalidad formal versus racionalidad substantiva en el proceso de planificacion del desarrollo urbano", Sociedad Mexicana de Planificacion e Sociedad Interamericana de Planificacion" (mimeo).

(69) Alguns comentários sobre o S.A.P.S. O S.A.P.S. no seu processo evolutivo foi gradativamente ampliando - vide as inúmeras atribuições já enunciadas nesta dissertação - seus objetivos e à medida que o fazia suas dificuldades e insucessos também se multiplicavam, principalmente, se levamos em conta a precariedade dos recursos da instituição. A este respeito diz Anna M. de Castro em seu trabalho já citado: - "Desta maneira o S.A.P.S., se viu consumido pelo seu próprio gigantismo que lhe sugava, implacavelmente, as finanças quer pelas despesas decorrentes das atividades quer pelo aumento, às vezes exagerado, de pessoal envolvido em seu funcionamento. Por outro lado, sucessivamente foram criados outros órgãos que ora se superpunham em suas áreas de atuação, ora - isto é pior - até se contrapunham a iniciativa em andamento, gerando na órbita do próprio governo concorrência entre organismos com idênticas finalidades. Portanto, se o projeto S.A.P.S. guardava coerência intrínseca esta se perdia na medida que era posta em confronto com as demais políticas setoriais ou globais que os anos foram testemunhado.

Sua factibilidade, portanto, estava comprometida, como atesta a melancolia de seus últimos dias de vida, contrastando com a punjança de seu alvorecer.

Mesmo não tendo, o ante-projeto de reforma de 1948, sido aprovado, desde aquela data seus dias estavam contados e quando em 27 de dezembro de 1967 pelo Decreto-lei nº 61.975, foi o S.A.P.S. extinto de direito, já seu desaparecimento de fato se tinha dado há muito" (pág.174).

Como foi dito acima, buscou-se reformar o S.A.P.S. em 1948 e para tal, já em 27/06/47 (Portaria nº 312) se instalou uma Comissão de Reestruturação do S.A.P.S. Em sua primeira reunião foi proposto transformá-lo em Serviço de Assistência Alimentar e finalmente, em Serviço Nacional de Alimentação (S.N.A.) tendo como objetivo aten-

pulares (70).

Por sua vez na linha assistencialista-educacional o primeiro fato de que temos conhecimento surgiu via "decreto-lei nº 5443 de 30 de abril de 1943, que criou cursos técnicos e profissionais para a formação de pessoal apto às atividades de nutrição e bem assim de bons profissionais de copa e cozinha e tarefas afins. Como ressalta o professor Hélio Vecchio Maurício, no que concerne à educação, visou este órgão à formação de visitadores de alimentação capazes de levar noções de nutrição aos lares operários.

É importante que destaquemos, neste momento, o papel desempenhado pelas Escolas de Visitadoras de Alimentação. A primeira, localizada em Fortaleza, Ceará, foi inaugurada a 17 de outubro de 1945. Sua origem data de um acordo assinado

der à população de forma mais ampla, a nível nacional.

Acreditamos, dessa forma que o "Serviço" em questão junto com a criação do salário mínimo marcam, como colocamos inicialmente, um corte na forma como vinha sendo tratada a questão alimentar-nutricional, isto é, o caráter parcial e localizado de outrora passa, em boa medida, a não mais se coadunar ao novo momento político e econômico que o país vive a partir do final dos anos 30, o que passa a exigir-lhe um tratamento mais global e abrangente, territorialmente, conquanto vez por outra o velho discurso da educação como fator causal explicativo volte a aparecer.

- (70) Vide Anexo XI. A idéia constante na Portaria era instalá-los em todo o país por todas as cidades, em postos acessíveis ao público. À época foram publicados sobre o tema - extra - Estado - os seguintes trabalhos: Assistência alimentar ao trabalhador brasileiro da indústria de R. de Siqueira (1945); Alimentação de J.F. Lima (1945); Experiências brasileiras em restaurantes populares de C. Dante (1946). Afora estes, encontramos um outro referente a outro grupo social: Acerca do problema da subnutrição na idade escolar e da possibilidade de enfrentá-lo com a instituição de refeições supletivas de T.F. Mendes (1941). A escola como instituição alimentar de C. Dante (1949).

entre a C.B.A., Comissão Brasileira-Americana de produção de gêneros alimentícios e o S.A.P.S. Esta escola recebeu o nome de Agnes Junes Leith, jovem nutricionista norte-americana cujo trabalho foi decisivo na lavratura do referido acordo" (71).

O segundo fato de que temos conhecimento surgiu com o Instituto Nacional de Nutrição, que em suas "Finalidades" (item C) declara sua intenção de "formar técnicos especializados nos problemas da alimentação e nutrição" para efeito de di fusão dos "bons hábitos alimentares" (72).

Vejamos a linha das pesquisas. O primeiro fato ocorreu em 10 de outubro de 1940 com a criação da Sociedade Brasileira de alimentação (S.B.A.) (73). A S.B.A. foi fundada no Rio de Janeiro, consistindo fundamentalmente em instituição de caráter científico-educacional com finalidades como a de "estudar os alimentos, em todos os seus aspectos e especialmente , sob o ponto de vista da nutrição", "criar centros de pesquisas e estudos, com aplicações sociais dos conhecimentos da alimentação e nutrição", "realizar congressos, inquéritos, cursos e campanhas sobre alimentação" e "criar órgão oficial de divulgação, colaborar com as autoridades públicas e incentivar inicia

(71) Ibid nota (5), pág. 128. Um novo acordo só voltou a ser celebrado em 1951 sendo então criada outra Escola de Visitadores de Alimentos em Minas Gerais. Em verdade, tais "criaturas" se inseriam na linha do "good will" americano/ Ponto 4 que no campo (áreas de miséria absoluta) visavam articular pactos de lealdade.

(72) Ibid nota (67). À época, sobre o tema, foi publicado: Refeitórios escolares. Alguns resultados obtidos na superintendência do ensino profissional. Plano para extensão de uma ação educativa e assistência alimentar (1941)

(73) Vide ANEXO VI

tivas desde que concernentes aos seus fins" (74).

O segundo fato - já mencionado - surgiu em janeiro de 1943 com a criação do Serviço Técnico de Alimentação Nacional (S.T.A.N.) (75).

O terceiro fato - também já mencionado - surgiu em março de 1944 com a criação do Instituto Técnico de Alimentação (I.T.A.) (76).

O quarto fato surgiu em 17 de fevereiro de 1945 com a criação da Comissão Nacional de Alimentação (C.N.A.) (77) via decreto-lei nº 7328 junto ao Conselho Federal do Comércio Exterior (C.F.C.E.) (78) destacando-se a pesquisa sobre a questão alimentar brasileira como uma de suas atribuições básicas (vide arts. 5º e 6º do Anexo XI). Segundo A.M. de Castro foi, tal

(74) Cf. Estatuto da Sociedade Brasileira de Alimentação, cap. 1, arts. 1º, 2º e 3º (mimeo) - ANEXO VI.

(75) Vide ANEXO VII e págs. 14/15 dessa seção.

(76) Vide ANEXO VIII e as págs. 37/38 dessa seção

(77) Vide ANEXO IX.

(78) O Conselho Federal do Comércio Exterior foi criado em 20 de junho de 1934 via decreto nº 24429 tendo em vista canalizar os interesses de importadores e industriais com poder de arbítrio do presidente, embora, enquanto política comercial também se situar na área de responsabilidade do ministro do exterior, daí sua estreita relação também com o Itamarati. O C.F.C.E. era, em verdade, um órgão consultivo ao planejamento do país e criado para contribuir na viabilização de projeto de modernização do país e do Estado. Durante o Estado Novo a importância e extensão de suas medidas cresceram acentuadamente. a 12/05/44, o Coordenador da Mobilização Econômica baixou a Portaria nº 236 que "obriga(va) a iodetação do sal a ser consumido nas regiões que especifica". Era idéia também enriquecer o arroz. Com a extinção do C.F.C.E. o C.N.A. foi transferido para o Ministério da Educação e Saúde, por força de Lei nº 970 de 16/12/49.

vez, o C.N.A. o órgão que teve atuação mais eficaz dentre os demais. Contudo, muitas de suas atribuições eram também atribuições do S.A.P.S., o que sempre provocava conflitos e óbices de toda ordem (79).

O quinto fato a mencionar refere-se à criação do Instituto Nacional de Nutrição (80) via decreto-lei nº 8648 de 16 de janeiro de 1946. O "Instituto" surgiu após ter sido desfeita a Coordenação da Mobilização Econômica com o término da guerra e ter sido doado o antigo I.T.A. a Universidade do Brasil e nele tendo sido transformado.

Foi saudado na grande imprensa como um passo necessário e essencial para a formulação de uma política nacional alimentar científica pela sua própria natureza e vinculação com os demais organismos e instituições da área e com o próprio poder federal. Por outro lado, esta expectativa se reforçava na medida que não dispunha dos recursos técnicos que permitissem um conhecimento mais aprofundado da realidade o que, conseqüentemente, tornava infactível a realização de seus objetivos, ou seja, tornar a alimentação mais acessível ao consumidor e desenvolver os recursos alimentares.

Em síntese, como nos diz A.M. de Castro "o Instituto Nacional de Nutrição, nasceu ... como órgão de pesquisa e ensino integrado, visando primordialmente à realização de pesquisas biológicas e sociais acerca dos problemas de alimenta-

(79) Vide ANEXO X

(80) Mais tarde, com a extinção do C.F.C.E., a C.N.A., foi transferida para o Ministério da Educação e Saúde (a lei regulamentadora foi a nº 970 de 16/12/49). Em 1951 foi criado na C.N.A. uma sub-comissão de Educação alimentar.

ção e nutrição e a formação de técnicos e especialistas, de variadas categorias neste setor científico.

O atual Instituto de Nutrição foi, portanto, projetado de forma bastante atual, devendo englobar quatro setores: pesquisas biológicas, pesquisas sociais, educação alimentar e patologai da nutrição. E, mais ainda, era filosofia da nova instituição que, a despeito de desenvolver seus trabalhos num plano de indagação científica...

Acreditamos que o Instituto de Nutrição conseguiu, em parte, preencher as funções para as quais foi criado. Contudo, cabe ressaltar que sua competência se chocava com a de outros órgãos já existentes. Ao mesmo tempo que, na verdade, jamais conseguiu se tornar um órgão diretor da política alimentar do país" (81). "Segundo o jornal Diretriz, o Instituto Nacional de Nutrição significava "a criação de uma instituição ligada ao problema da alimentação na hora em que se concentra(vam) todas as energias do país para sua reconstrução política, econômica e social" (82).

(81) Ibid nota (4), pág. 152. Vide também ANEXO X.

(82) Ibid nota (4), pág. 148. Interessante observar que no período não foi realizada pelo Estado - afora aquelas elaboradas para efeito de determinação do salário mínimo - nenhuma pesquisa ou inquérito sobre a questão nutricional-alimentar da classe trabalhadora. Extra Estado, contudo, encontramos alguns trabalhos como: Alimentação no meio operário de S.P. de F.F. Lopes (1938); O problema alimentar entre os bancários de C. de A. Magalhães (1939); Do nível alimentar de um núcleo operário do bairro da Lapa na cidade de S.P. de N. Moreno e J.F.F. Rabelo (1942); Alimentação do trabalhador na indústria açucareira de V. Torres (1944); Panorama alimentar do comerciário do D.F. de M. de Couto e H.B. de Melo (1945); Alimentação na F.N.M. de O. Rocha (1945); Contribuição ao estudo da alimentação dos operários da construção civil do R.J. de W. Silva (1945); e Padrões alimentares: deficiências nos 7 grupos básicos alimentares em trabalhadores cariocas de T. Botelho e H.B. de Melo (1947).

Ainda na linha das pesquisas fez-se realizar uma investigação sobre condições de vida, em São Paulo, em 1941 e de natureza idêntica às aquelas efetuadas de 30 a 37 (vide capítulo II). Tal investigação foi realizada entre os operários da Usina Santa Olímpia (empresa particular) sob o patrocínio da Escola Livre de Sociologia e Política/Fundação Nelson Rockefeller (83).

No entanto, a pesquisa mais importante do período foi, sem dúvida, o "Inquérito Básico para a fixação de salário mínimo" (84) - Decreto-lei 399 de 30/04/38 - realizado pelo Departamento de Estatística da Previdência e Trabalho abrangendo 833-855 trabalhadores nos diversos ramos de atividades, cobrindo um total de 1.017 municípios (dentre os 1.478 existentes) divididos em 19 regiões. Seu principal objetivo (explícito) era o de fornecer elementos às Comissões de Salário Mínimo com vistas a sua fixação (a primeira tabela saiu em 01/05/40 via Decreto-lei 2162).

O salário mínimo, como é sabido, foi determinado a partir do somatório das despesas diárias expandidas ao mês com alimentação, habitação, vestuário e transporte e sem considerar, como a simples enunciação acima evidencia, as despesas com educação, saúde e lazer. Sob o rótulo "higiene" foram colhidas informações sobre despesa com remédio, médico e doenças mais comuns na família, numa clara demonstração da prevalência

(83) Araújo, O.E. de. Padrão de vida dos operários em São Paulo. O Observador, outubro, 41, p. 39.

(84) Cf. Alguns aspectos do salário mínimo no Brasil. Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, RJ/46 (mimeo). Já antes, era aprovada pelo Congresso a Lei nº 185 de 14/01/36 que instituía o salário mínimo e criava comissões encarregadas de estabelecer valores - proposta do deputado Ruy Santiago eleito pelo D.F.

da medicina curativa sobre a preventiva. Melhor dizendo, o salário mínimo fora pensado como um quantum capaz de garantir (por baixo) a reprodução biológica do homem adulto trabalhador e de sua família.

Em tese, poder-se-ia dizer que caberia ao Estado fazer frente aos chamados itens de consumo coletivo como educação e saúde, e ao salário mínimo caberia cobrir o consumo familiar. Contudo, em verdade, isto não correspondia ao real na medida que o Estado, até então, tomava a si tais atribuições de forma parcimoniosa (85).

Portanto, o que o salário mínimo representava era uma ração também mínima que levava em conta apenas a reprodução física do trabalhador e não a dele e de sua família como dizia a retórica oficial. Em verdade, o salário mínimo estava longe de resolver os problemas a que se propunha e em especial, os da alimentação do trabalhador.

Como prova incontestada desta realidade surgiram, quase em simultâneo, alguns organismos - como vimos - visando a melhorar a sua alimentação: as legislações paralelas se sucederam.

Fica claro, dessa forma, a partir do final dos anos 30 até a metade dos 40, um movimento contínuo de criação de instituições de estudo, assistência e mesmo de complementação alimentar de âmbito nacional. E mais: um alargamento espacial das pesquisas, bem como, de seu espaçamento reflexivo.

(85) Cf. SEGUNDO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISAS DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM NUTRIÇÃO, pág. 64. FINEP, R.J., 1978, pag. 64 (mimeo)

Por que tal mudança de enfoque e de ação? Acreditamos que a resposta se encontra no próprio movimento real de nossa sociedade e se explicita através dos níveis de determinação apontados.

É sabido que o Brasil vivenciava então uma "industrialização restringida" com o avançar de uma estrutura técnica de produção crescentemente diversificada e de uma "cara" urbana cada vez mais complexa.

Estas transformações, por sua vez, se de um lado exigiam uma máquina administrativa-burocrática bem mais complexa e eficaz que a herdada das etapas anteriores, de outro lado, dado o crescimento industrial que se verifica e o da massa trabalhadora, requeriam que o Estado desenvolvesse instituições e mecanismos que delimitassem a ação mais consciente da classe trabalhadora. Como se sabe, essa, embora operando na cena política com uma "consciência de massa e não de classe", impunha temores que obrigavam a ele - Estado - a tê-la sob severa vigilância evitando, desse modo, possíveis interrupções que pusessem em xeque o processo de desenvolvimento em curso.

Em vista disso, todas as grandes questões da nação passam a ser colocadas como questões de responsabilidade do Estado. Observe-se, por exemplo, a proliferação de comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações, etc. criados a partir - principalmente - de 1937 a 1950 (e daí até 1960) e em sua maioria de abrangência nacional. A problemática alimentar-nutricional do trabalhador brasileiro e da população em geral, não foge a esta regra.

A proliferação dos organismos já citados e especificamente voltados para a área alimentar-nutricional, a nosso

juízo, também se insere no quadro acima. Em que medida? Na medida que tende - a partir das análises e ações desenvolvidas - a forjar - junto com os demais "apelos" - ao nível da consciência das massas a idéia de que o Estado é em essência bom. Ou seja, que é a representação racional-moral da sociedade e não de uma classe social determinada, e mais que isso: a criar verdadeira teia de deveres e favores - com a referida proliferação de organismos - que opera como uma verdadeira base de sustentação da estrutura de dominação, seja através de seus predicados repressivos, ideológicos ou de cooptação.

Cremos assim que, muito mais que buscar articulações que atrelem concretamente grupos empresariais determinados a certas políticas, institutos, etc., há que se destacar o próprio Estado buscando formas de garantir o pacto social incluindo-se aí, o esforço de domesticar a classe trabalhadora e de mantê-la dentro de limites que não instabilizasse a ordem estabelecida e que, concomitantemente - num movimento unitário - operasse no sentido de reforço e apoio ao processo de crescimento industrial (37/46) verificado.

Tudo isto, em síntese, tem idéia do controle e cooptação: o Estado para a força de trabalho (!).

CAPÍTULO IV

O PERÍODO 46/50: o auge do movimento anterior

No capítulo precedente, vimos que a problemática alimentar-nutricional não só esteve registrada no âmbito do Estado, ao nível da análise, como despertou por parte deste, a adoção de algumas medidas concretas. Vimos também que se abriram em leque as análises dos vários trabalhos publicados e as próprias medidas adotadas pelo Estado. E mais: que tais análises e medidas ocorreram de modo a conferir ao tema, estatuto de política autônoma.

Constatamos ainda - em alguns trabalhos - uma certa ênfase na problemática de energia e transporte enquanto demandas a serem satisfeitas através de uma ação decisiva do Estado - de modo a não obstaculizar o "projeto modernizante" de construção da nação - e a essencialidade dele - Estado - enquanto "arquiteto" e doador aos brasileiros de uma verdadeira civilização.

Como desenvolvemos, três foram os níveis de determinação que concorreram para que a questão assim se apresentasse: o primeiro, a economia de guerra; o segundo, a complementação / disciplinarização da "força de trabalho prioritária" e o terceiro, o discurso anti-imperialista e antropocêntrico que buscava cooptar e ideologizar a massa trabalhadora - para efeito de respaldo ao processo político-econômico em curso - e a legitimação do próprio Estado.

Feito esse breve preâmbulo, examinemos o período que se abre em 1946 com o governo Dutra.

Para tal, contudo, é mister ter em conta três questões: uma, se o tema continua a ter peso na agenda do Estado; duas, em caso de resposta afirmativa na primeira, como se manifesta; e três, uma vez respondida a segunda, o que a determina. Tratemos então da empresa.

No que se refere à primeira questão é forçoso dizer que a questão continua na agenda do Estado. E tanto, que chega a constar juntamente com saúde, energia e transporte como prioridade explícita do governo; tais prioridades - é sabido - estiveram materializadas no Plano SALTE (leia-se saúde, alimentação, transporte e energia).

Contudo, essa forma de manifestar-se - emblematicamente - a questão, de per si, não nos ajuda muito a desvendá-la. Como complicador a mais, adicione-se o fato de o Plano SALTE - "uma tentativa de coordenação dos gastos públicos" (1) para um período de cinco anos (1949/1953) - ter sido um total fracasso - "descoordenado e divorciado de realidade" (2) - e abandonado, praticamente, no seu nascedouro (3).

(1) Cf. IANNI, O. Estado e Planejamento Econômico no Brasil, (1930-70). Editora Civilização Brasileira, pág. 91.

(2) Ibid nota (1). Acresça-se a isso, o fato dele ter sido efetivado - após longos anos de estudo - quando o Governo Dutra já se aproximava de seu fim.

(3) Em O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas (1956/61): constante do livro Planejamento no Brasil (organizado por Betty M. Lafer, Ed. Perspectiva) Celso Lafer afirma - na mesma linha de Ianni - que o Plano SALTE foi um "esforço no sentido de racionalizar o processo orçamentário" (pág. 30) e que não passou do nível de "proposta" (pág. 29). No que se refere especificamente ao setor alimen

Servir-nos-ia então o SALTE para alguma análise mais séria? Sim. Explicamos: temos consciência de que nem sempre o plano do discurso coincide com o movimento histórico-concreto e que nem sempre a declaração das intenções dos agentes sociais coincide com suas realizações, entretanto, cremos, que mesmo quando tal ocorre, a leitura crítica dos "fracassos" sempre permite - em algum grau - aclarar um certo estado das "artes". É esse o caso do SALTE.

Em vista disso, vale recordar que, no SALTE, a área de alimentação receberia 12,2% dos recursos disponíveis e a de saúde - 11,7%, ao passo que os setores de energia e transporte' receberiam respectivamente, 18,6% e 51,3%. Tal alocação primária dos recursos - embora ao nível das intenções - por exemplo, atesta ao nível do Estado, dois fatos: um, a primazia do binômio energia e transporte e dois, que os itens saúde e alimentação tinham algum destaque (apesar do menor peso frente ao primeiro).

Vê-se, portanto, que o SALTE se apresenta como a combinação de duas diretivas herdadas do período anterior: investimentos infraestruturais (energia e transporte) e assistencialismo (saúde e alimentação) (4).

tos, o trabalho de José J. Bezerra (Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados) denominado O Plano SALTE - setor alimentos (Imprensa Nacional, 1948) também declara peremptoriamente pelo "fracasso previamente assegurado" (pág. 4) do Plano.

- (4) Para efeito de constatação da herança aludida são bastante esclarecedores os diagnósticos efetuados pelas missões estrangeiras (Taub e Cooke) no Brasil durante a Guerra; nestas, sublinha-se entre outros, a importância conferida ao Estado no sentido de "romper" os "pontos de estrangulamento" (energia e transporte) e o aconselhamento de ampliação da linha assistencialista.

No que tange ao primeiro aspecto, é mister ter presente que o processo de substituição de importações seguia cêlere e que os itens acima apontados constituíam objetivamente obstáculos ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no país. Nesse sentido, o que o SALTE fazia era simplesmente expressar uma verdade palmar: a "entronização" inegável e já efetivada do binômio energia e transporte no interior do Estado.

No que tange ao segundo aspecto, em parte, ele se explica pelo peso que a questão - referimo-nos aqui especificamente à questão alimentar - obtivera no debate social e no seio do próprio Estado no período anterior. Ou seja, o registro do tema no SALTE, nos parece que, embora parcialmente, pode ser lido como uma espécie de "pagamento de homenagem" a um debate que teve legitimidade e que não poderia ser ad hoc apagado. É possível ainda, que outras "variáveis" também tenham concorrido para esse registro, tais como: a vigência do populismo e um certo temor da eclosão de novo conflito mundial que o estreitamento das relações Brasil/Estados Unidos, na linha da Guerra Fria, despertava (5). Entretanto, acreditamos, existia razão, digamos mais concretas, à permanência do tema na agenda do Estado: a con- fessa crise de abastecimento (6).

(5) Sobre esse último ponto consulte O. IANNI no trabalho citado à nota (1), cap. III, item 3, (pág.99/105) e o de MALAN (e outros) citado à nota (6) (pág.29).

(6) Cf. MALAN, P.S. e outros - Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939/52), IPEA/INPES, Relatório de Pesquisa nº 36, R.J., 1980, págs. 48,50 e 51; A Margem de um Relatório de O.G. de Bulhões, Ed. Financeiras, R.J., 1950, págs. 74,77,78 e 166; O Plano Salte - setor alimentos de José J. Bezerra (Imprensa Nacional, 1948) e Plano Salte, Mensagem nº 196 de 10 de agosto de 1948 do Presidente da República ao Congresso Nacional.

É, sob essa forma, que a problemática alimentar se manifesta no período; vale dizer, a questão em pauta é apresentada como resultado de uma incipiente produção de gêneros alimentícios.

A esse respeito, o Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados assim se expressava:- "... é precisamente a crise de subsistências que nos alarma nos dias atuais, de vez que apenas 33% da área cultivada no Brasil tem sido destinada à produção de gêneros alimentícios, enquanto o dispêndio com a alimentação representa, no Brasil, 60% no custo total da vida" (7).

O próprio Presidente da República, Eurico Gaspar Dutra, em mensagem enviada ao Congresso, dizia: - "É imprescindível que os Poderes Públicos exerçam efetivamente, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem, começando por facilitar-lhe os recursos e os instrumentos de trabalho que o habilitem a produzir maior quantidade e melhor qualidade de gêneros alimentícios para o seu consumo..." (8). E acrescentava: - "O Plano Salte, embora procure, precipuamente atender aos nossos problemas internos, visa igualmente, ao ajustamento de nossa produção às solicitações externas, a fim de melhorar o nosso balanço de pagamentos" (9).

(7) Cf. Bezerra, J.J. O Plano Salte - setor alimentos. Imprensa Nacional, 1948, pág. 48.

(8) Ibid nota (7), onde encontra-se a transcrição da Mensagem nº 196 de Dutra enviando o Plano Salte ao Congresso Nacional (vide pág. 76).

(9) Ibid nota (8), págs. 78/79. Tal problemática, a do Balanço de Pagamentos, também é destacada por Malan e outros, e Bulhões nos trabalhos citados à nota (6).

Dessas citações, algumas idéias nos chamam atenção, a saber: existe um problema econômico "precípua" entendido como problema de abastecimento; a questão alimentar no Brasil é dramática; é imprescindível fomentar a produção agrícola para resolver a questão do abastecimento e do desequilíbrio nas contas externas (fazê-lo é atacar as questões econômicas); fomentar a produção agrícola é possibilitar ao povo "maior quantidade e melhor qualidade de gêneros alimentícios" e por último, que é decisiva a ação do Estado para a resolução desses problemas. Em última instância: a questão econômica central é a do abastecimento e esta se resolve através da agricultura e, resolvê-la, é resolver a questão social mais dramática, a fome.

Deixemos o próprio Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara explicar. Diz ele: - "No afan de classificar como Plano o trabalho ora analisado, seus autores, ou melhor; seu relator geral procurou demonstrar no capítulo "Considerações Prévias" que o aspecto alimentar se identifica com o agrícola, que o agrícola se identifica com o econômico, que o econômico se identifica com o político-social e finalmente que o político-social se identifica com o administrativo" (10).

Deixando de lado a concepção de que a política econômico-social do país é uma questão gerencial (administrativa), fica claro, no Salte, que as variáveis acima apontadas se completam e formam uma unidade nucleada pela questão estratégica central: a do abastecimento.

Aprofundando um pouco mais, destaque-se que a produ-

(10) Ibid nota (7), pág. 24.

ção de gêneros alimentícios não constituía peça isolada dentro do Salte. Em verdade, no governo Dutra, existia todo um discurso de retorno a um segundo "export drive" agrícola; desenvolve-se aí, toda uma argumentação que joga para plano menor o projeto da industrialização que tanto destaque tivera no Estado Novo. Concretamente, contudo, o que se verificou efetivamente foi o avanço da industrialização que seguiu célere (11). Isto é, a retórica de volta à agricultura com desconsideração da industrialização como objetivo maior-quicã cruzando-se com a ideologia/apologia do liberalismo econômico em voga e as necessidades logísticas (abastecimento, por exemplo) que o clima da Guerra Fria destacava - foi suplantada (negada) pelo processo histórico maior em marcha: o do avanço das forças produtivas capitalistas rumo à industrialização.

Posto isto, como-se pretendia retornar à agricultura? "Tout court": através de sua mecanização.

Sobre esse ponto, Dutra é incisivo, diz ele: - "A mecanização de nossa agricultura constitui um dos problemas básicos do País, equiparável em importância aos do petróleo e dos transportes. Da sua solução | - prossegue - | depende, preponderantemente, a reorganização da produção agrária brasileira. |E conclui:| somente a mecanização poderá assegurar o aumento rápido e o barateamento da produção agrícola..." (12).

O Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara

(11) As observações acima foram extraídas de aula ministrada (gravada e transcrita) pelo Professor Carlos Lessa da disciplina Economia Brasileira do curso de mestrado em Economia do DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo).

(12) Ibid nota (6), págs. 90/91.

segue a mesma linha de argumentação e comenta: - "Discorrem longamente os autores do Plano |- o Salte -| para provar as vantagens da mecanização agrícola. |E acrescenta:| sem dúvida tudo aperfeiçoamento de processos de trabalho concorre decisivamente para reduzir o custo de produção e, em consequência, aumentar o consumo das utilidades - escopo fundamental de qualquer planejamento econômico" (13).

Portanto, acreditava-se que para atacar o problema do abastecimento interno e da criação de excedente exportáveis seria indispensável a mecanização da agricultura e que essa, ao "reduzir o custo de produção" - e conjugadamente com o aumento da oferta - elevaria "o consumo das utilidades".

Em última instância, a mecanização da agricultura funcionaria como "fórmula mágica" que resolveria não só os nossos problemas econômicos (abastecimento interno e geração de excedentes exportáveis) e como subproduto, resolveria a situação social expressa no custo da vida.

Sobre a última questão - a questão social da redução do "custo da vida" - destaque-se o viés ortodoxo e irrealista da argumentação que toma a tecnificação da produção como garantidora de maiores níveis de oferta a preços mais baixos sem ter em conta a estrutura real existente e a época histórica vivenciada (14). E ademais, frise-se, que já em 1945 os esquemas de

(13) Ibid nota (7), págs. 45/46. Acerca da questão da baixa produtividade agrícola e da necessidade de sua modernização, vale dizer, da adoção de técnicas mais eficientes leia-se os trabalhos já citados de Bulhões (especialmente a pág. 174, item A - Mecanização) e Malan e outros às págs. 28/33 e 47/59.

(14) Tal visão "manualesca" - é possível - também se insira na linha da influência do pensamento liberal(!) americano que a época recrudescia.

controle de preços estavam praticamente desmantelados; tal fato atesta mais uma vez, o peso que o discurso liberal teve no governo Dutra (15).

Sublinhe-se ainda, da citação mais acima, a concepção de que prover o "consumo das utilidades" é o "escopo fundamental de qualquer planejamento econômico", ou seja, é atribuição e responsabilidade dos Poderes Públicos criar as condições para o consumo da população.

Como dizia Dutra: - "É imprescindível que os Poderes Públicos exerçam, efetivamente, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem ... inclusive colocando ... ao seu alcance, a energia e os combustíveis de que necessita, para o maior rendimento do seu trabalho, sem o que não lhe será, jamais, possível desfrutar dos benefícios da civilização que o progresso técnico incorporou ao patrimônio da humanidade" (16).

Sem entrar no mérito de, se a finalidade da produção capitalista é o consumo, e se cabe ao Estado provê-lo às massas, uma coisa é certa: o governo Dutra assumia de forma inconteste a tarefa de agilizar a promoção do desenvolvimento econômico e social. Deixemos o próprio Dutra explicar: - "A ação do Estado deve se fazer sentir em todos os domínios das atividades humanas onde haja uma parcela de interesse público. Não bastam as velhas fórmulas de manter a ordem pública, preservar a segurança nacional e garantir a vida e a propriedade do cidadão. Cumpre, preponderantemente, ao Estado de nossos dias além des-

(15) Ibid nota (1), cap. III

(16) Ibid nota (7), pág. 70.

...sas obrigações elementares, estimular e suprir a iniciativa privada, a fim de proporcionar ao povo, nível cada vez mais alto de bem-estar e prosperidade" (17). Em síntese: cabe ao Estado criar as condições para que a agricultura seja modernizada; fazê-lo, é atacar a dramática questão da produção de subsistências.

A estratégia central, contudo, pretendia mais: via na "ponta" do acerto das medidas a possibilidade de retomar a normalidade. A esse respeito, dizia Dutra: - "O revigoração da própria democracia repousa na adoção de novos métodos de governo. A ação do Estado deve se fazer sentir em todos os domínios das atividades humanas onde haja uma parcela de interesse público... Cumpre, preponderantemente, ao Estado de nossos dias além das obrigações elementares, estimular e suprir a iniciativa privada, a fim de proporcionar ao povo um nível cada vez mais alto de bem-estar e prosperidade" (18).

Portanto, e, em última instância, o que se está a dizer é que efetivamente o Estado é essencial ao processo político-econômico-social e que a questão econômica é a questão agrícola: e mais, que atacá-la, estrategicamente, é a questão central.

Vê-se, portanto, que o tema alimentação - manifesto enquanto problema de abastecimento - se articula e se cruza com prioridade agrícola, modernização agrícola, miséria geral e ação estatal. E ademais, que a questão social dramática do "custo da vida" e da fome se resolveria como subproduto da estratê-

(17) Ibid nota (7), pág. 70

(18) Ibid nota (7), pág. 24

gia central: a resolução da questão abastecimento.

Para tal, como vimos, foi elaborado o SALTE. O SALTE, contudo, em que pese conferir um certo destaque à questão alimentar - emblematicamente - ao nível da alocação de recursos e de propostas específicas (19), em verdade, embutia sua real solução à eficácia dos resultados obtidos ao nível da citada estratégia. Ora, se temos em conta que o SALTE foi um fracasso e que em simultâneo se iniciava um processo de esvaziamento daquelas instituições criadas no Estado Novo (20), fica claro que o período em questão (46/50) é o momento de crise do estado: vale dizer, o momento em que ao mesmo tempo que atinge seu ápice na agenda do Estado se inicia sua retirada.

(19) Dentre outras, destacamos: programas e despesas em favor do desenvolvimento agropecuário; verba para as atividades desenvolvidas no Vale do Paraíba; verba à Assistência Técnica do Criador; verba à Experimentação; Fomento à Defesa Sanitária do Cacaú; verba à Experimentação, Fomento e Instalação Industriais para Horticultura; verba à Avicultura; verba à experimentação das culturas de mandioca, feijão e etc. A esse respeito veja-se as sugestões citadas apresentadas por Bezerra no trabalho citado (em especial, as págs. 64-66).

(20) Cf. CASTRO, A.M. de Nutrição e Desenvolvimento - análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., R.J., 1977 (mimeo). Sobre esse último aspecto, diz ela, que o S.A.P.S., por exemplo, em 1947, quando da proposta de sua reestruturação, atravessavam um "progressivo desgaste financeiro" (pág. 129). E mais adiante conclui: - "Mesmo não tendo, o ante-projeto de reforma de 1948, sido aprovado, desde aquela data seus dias estavam contados" (pág. 129) - Já o C.N.A., com a extinção do Conselho Federal de Comércio Exterior, foi transferido para o Ministério da Educação e Saúde, por força da Lei nº 970 de 6 de dezembro de 1949 (pág. 142). Com o I.T.A. a situação também não foi muito diferente, como diz A.M. de Castro: - "Terminada a guerra, e desfeita a Coordenação da Mobilização Econômica, foi doado à Universidade do Brasil o Instituto de Tecnologia Alimentar. É assim, criado pelo Decreto nº 8.648 de 16 de janeiro de 1946, o Instituto Nacional de Nutrição incorporado à Universidade do Brasil..." (pág. 148). Esse novo órgão foi constituído, contudo, apenas como centro de pesquisa.

Essas idéias - ápice e descenso - se cruzam com outras também "paradoxais": continuidade e rompimento.

Continuidade: por o tema continuar registrado na agenda do Estado; por se reconhecer que o povo está agredido pela fome (embora, agora, se aponte a crise de subsistências) e por último, por se destacar a primacialidade do Estado para resolução da questão alimentar (21). E rompimento: pelo início da desmontagem ou esvaziamento das instituições criadas no Estado Novo e por se "delegar" à estratégia central a responsabilidade de solucionar a questão alimentar (o que representou objetiva - mente no abandono da questão).

-
- (21) A época, ainda se continuava a publicar em revistas militares e artigos de militares sobre a questão da "saúde em geral", e em particular sobre a questão da alimentação, com destaque para os aspectos higiênicos, como segue: Documentos sanitários em tempo de paz e em tempos de guerra... de R.V. de Azevedo (1947); Guia para execução das inspeções de saúde de convocados de G.O. Ponce (1947); Aspectos médicos-militares da malária no Brasil de J.C. de Falcão Neto (1948); Inquéritos sobre o regime alimentar e estado de nutrição dos convocados na fase anterior à sua apresentação ao Exército de G. de O. Ponce (1948); Contribuição do Exército ao serviço de medicina preventiva e curativa para o pessoal da zona rural de L. Werneck (1948); Papel das Forças Armadas na educação sanitária do povo de L. Werneck (1948); A campanha anti-tuberculose na armada de A.A. de Mendonça (1949); A experiência de guerra na Suíça em matéria de alimentação (trad.) de F.F. Walem (1950); A sífilis no Exército de P.P. de Oliveira (1950). Sobre áreas não prioritárias do ponto de vista do capital se registraram trabalhos, como segue: Contribuição ao estudo do problema alimentar da amazônia de J. de Barreto e A.A. Cavalcanti (1947); Sub-alimentação das populações sertanejas de P. Chaves (1947); O problema da alimentação proteica do nordestino de N. Chaves (1947); A sub-alimentação no NE brasileiro de N. Chaves (1947); A alimentação no Norte do Brasil de C.T. Millet (1947); Aspectos da subnutrição do Estado de Pernambuco de J. da C. Carvalho de J.F. de Lima (1948); Subnutrição e anemia na região noroeste do Estado de São Paulo de L. C. Fonseca (1948); Problema alimentar do Maranhão e Piauí; subsídio para o seu estudo de J. de B.

Finalmente, resta examinar o que a determina.

Como vimos, existe uma série de elementos que permitem, em algum grau, explicar a permanência da questão alimentar na agenda do Estado, tais como: "pagamento de homenagem" a um debate que teve peso e legitimidade durante o Estado Novo; a vigência do populismo e o temor da eclosão de novo conflito mundial que o estreitamento das relações Brasil/Estados Unidos na linha da Guerra Fria despertava, e que punha em destaque a questão do abastecimento.

Contudo, um ponto nos parece realmente, o ponto central ao nível determinativo: a questão do abastecimento interno enquanto obstáculo ao processo de desenvolvimento em curso.

É verdade que, no período, existia toda uma retórica

Barreto e T.A. de A. Cavalcanti (1949); A alimentação no sertão nordestino de A. da S. Melo (1949); A alimentação no estado de Minas Gerais de A. de Paula (1949); Alimentação no NE açucareiro e sertão nordestino brasileiros de A. de Paula (1949); Repercussão social e política da sub-alimentação no Distrito Federal de C.S. Veloso (1949). Ademais, também sobre grupos não-prioritários (para capital), como segue: Padrão alimentar da população da cidade de Salvador de T.O.G. de Azevedo (1947); Panorama alimentar dos trabalhadores do sub-solo (minas de Ouro de Nova Lima) de M. de Couto (1948); Alimentação do escolar RJ de D. Costa (1948); Mortalidade infantil no Brasil, especialmente fatores alimentares de A. Madeira (1948); O problema da desnutrição dos escolares de F.P. do Amaral (1949); Aspectos da mortalidade infantil nos municípios de Cachoeira e São Felix no Estado da Bahia de J.C. Lopes (1949); Estado Nutritivo de escolares na cidade de Salvador de T.O.G. de Azevedo (1949); Dois inquéritos alimentares nos ambulatórios da Pró-Matre da Bahia de M. Neves (1950). E por fim, registre-se ainda, alguns trabalhos na velha linha educacional, como segue: Uma mentalização para a correção das deficiências alimentares mais evidentes de A.Q. do Amaral (1948); Bases de alimentação racional: orientação para o brasileiro de D. Costa (1949); O componente sócio-higiênico na tuberculose de M. dos Anjos (1949); Idéias sobre assistências e educação alimentares no Brasil, publicado pelo SAPS (1949).

de prioridade agrícola. É verdade também, que a "industrialização nesta etapa surgiu como decorrência e não de um objetivo principal intencionalmente perseguido, razão pela qual podemos qualificá-la de "não intencional" (22). E é verdade ainda, que as "decisões foram assumidas face ao comportamento do setor exterior e basicamente preocupados com a contenção dos desequilíbrios interno e externo" (23). Contudo, apesar da não-intencionalidade, o desenvolvimento econômico seguia célere rumo à industrialização.

E era, a nosso juízo, exatamente esse processo de desenvolvimento econômico que constituía o determinante central do registro da questão alimentar na agenda do Estado e manifesto enquanto problema de abastecimento.

A esse respeito, nos parece por demais ilustrativas - e num certo sentido oficial - as observações do professor Bulhões acerca do diagnóstico da Missão Abbink, na qual funcionou como chefe da equipe brasileira. Diz ele: - "Os métodos atrasados de produção, par com a deficiência de meio de armazenamento e transporte, atraindo a interferência de vários intermediários, torna o custo dos gêneros alimentícios elevado em relação ao rendimento da maioria dos habitantes das cidades pequenas ou grandes. Como uma apreciável percentagem desses rendimentos é sempre dispendida na alimentação, qualquer acréscimo desses preços nas cidades do Brasil, causado pela procura e oferta no mercado interno ou pela procura externa dos gêneros alimentícios

(22) Cf. LESSA, C. Quinze anos de política econômica. UNICAMP/Brasiliense, Cadernos do IFCH, nº 4, 1975, pág. 6.

(23) Ibid nota (22), pág. 6.

brasileiros, resulta na criação de pressões sociais para a obtenção de salários majorados [o grifo é meu - J.N.]. Por sua vez, qualquer aumento nos empregos e salários urbanos acarreta uma ação majorativa imediata nos preços dos gêneros alimentícios" (24).

Se temos em conta, como dizia o próprio Bulhões, que a "vida econômica do Brasil encontra-se em fase de transição de uma excessiva dependência da produção e comércio agrícolas para um estado de maior diversificação das atividades produtivas" (25), que existe uma crise de abastecimento agrícola com repercussões nos preços e ao nível das pressões salariais, soa razoavelmente claro, que efetivamente o nível de determinação central do registro da questão era o do obstáculo que ela representava ao nível do processo de acumulação de capital.

(24) Cf. BULHÕES, O.G. de op. cit., pág. 77/78; a esse respeito, vide também as págs. 78, 81, 82 e 89.

(25) Ibid nota (6), pág.

CAPÍTULO V

O PERÍODO 1950/64: o esvaziamento definitivo da questão da alimentação na agenda do Estado.

No capítulo precedente, os anos 1946/50 foram tratados como aqueles em que, no âmbito do Estado, a questão alimentar atinge o seu auge.

Como vimos, tal período sintetizou um duplo movimento em relação ao anterior: de um lado, a questão atinge o seu ápice na agenda do Estado com a edição do Plano SALTE e de outro, em simultâneo, as instituições voltadas para a problemática em exame experimentam sensível esvaziamento. Vimos também, que esse duplo movimento se explicitou a partir das preocupações e estratégia do Estado, orientadas no sentido de impedir que a questão do abastecimento alimentar obstaculizasse ao processo de acumulação de capital.

Ademais, registre-se ainda, que é à luz das preocupações e estratégia referidas que se explicita também - o que não dissemos no capítulo precedente - o porque da questão alimentar, encarada sob a ótica nutricional - com seus vários fóruns de pesquisa e ação localizados nas instituições recorrentemente citadas - ter sido praticamente eliminada.

Examinemos agora a especificidade do período inaugurado em 1950 e que se prolonga até o golpe militar de 1964.

Neste período, podemos apontar certa continuidade de algumas das reflexões e/ou ações destacadas no Estado Novo.

Dentre aquelas linhas chamamos atenção para a educacional (1), a dos trabalhos de médicos militares e/ou publicações em revistas militares (2), a de trabalhos atinentes a grupos não prioritários (3) e a de pesquisa (4).

Tais linhas, contudo, apesar de registradas, em verdade não obtiveram maior importância no período. Ao contrário, podemos mesmo afirmar que nos anos 1950/64 apenas completaram seu definitivo esvaziamento.

Afora tal esvaziamento, verificamos ainda - na presente conjuntura - o término do ciclo de desmontagem das instituições criadas no Estado Novo (5).

-
- (1) Como segue: Alimentação e Cultura de J. Peregrino (1951); Erros de Alimentação no Brasil de E. Maffei (1951); O Problema da Alimentação no Brasil de W. Santos (1951); A Alimentação e Bem-Estar Social: Alicerces e Práticas da Alimentação Racional de A. Ribeiro (1951); O Papel do Educador na Alimentação do Escolar (1952); O que devemos comer de A. da S. Mello (1964). Afora esses trabalhos, mencionamos também a criação de uma sub-comissão de educação alimentar no C.N.A. via decreto 29.466 de 06/04/51.
 - (2) Como segue: Do valor da seleção médica dos candidatos à aviação de M.F. Mendes (1951); Problemas da Tuberculose na F.E.B. de R.M. Bruno (1952) e Bases da Reabilitação dos Tuberculosos na Marinha do Brasil de G.S.P. Coutinho e I. Friedmann e outros (1952).
 - (3) Como segue: A alimentação do trabalhador florestal, estudo das condições alimentares, nutricionais e econômico-sociais de W.S. da Fonseca (1953); Planejamento alimentar para o trabalhador rural de L.B. Silva (1958); Documentário do NE de J. de Castro (1959); Ensaio sobre alimentação regional (Maceió) de N. Lopes (1962).
 - (4) Nesta linha registramos a pesquisa - encomendada pela Presidência da República - Padrão de Vida das Populações Brasileiras pela Comissão Nacional do Bem-Estar Social visando a "buscar informações relativas às condições de vida de alguns grupos sociais, com ênfase especial sobre os orçamentos familiares e a alimentação"; vide a respeito o Relatório Final do Grupo de Pesquisas de Ciências Sociais em Nutrição, FINEP/IBGE/INAN, R.J., set./80, Vol.III, pag.114.
 - (5) Vide a respeito o citado trabalho de A.M. de Castro, especialmente, o capítulo 7.

Em que pese o quadro acima, entretanto, duas linhas mereceram algum destaque: a assistencialista-educacional e a de abastecimento e controle de preços.

A primeira foi desenvolvida através da Campanha da Merenda Escolar, criada em 1955, e no ano seguinte, pela Campanha Nacional da Merenda Escolar (criada a partir da primeira) (6).

Tinham como objetivos básicos fornecer educação alimentar e uma refeição diária gratuita aos alunos das escolas públicas existentes nos centros economicamente dinâmicos do país. Nesse sentido, a ação de tais Campanhas, ao atuarem restritamente nesses centros - onde encontramos também as grandes concentrações trabalhadoras - evidenciam algo palmar: sua natureza claramente seletiva.

Tal seletividade, por sua vez, parece evidenciar outro fato, qual seja: que as Campanhas em exame, em alto grau, desempenharam papel funcional no jogo populista de então (7). Isto, porque ao aliviar do salário do trabalhador o ônus de

(6) Nesta linha, em 1951, tivemos a criação de outra escola de visitadoras de alimentos mediante acordo SAPS e Comissão Brasileira de Gêneros Alimentícios como o governo de Minas. Ademais, mencione-se que em 1965, a Campanha Nacional da Merenda Escolar foi transformada em Campanha Nacional da Alimentação Escolar.

(7) Frise-se, contudo, que não estamos entrando no mérito de possíveis intenções humanitárias que tenham norteadado ou não a criação e o "modus operandi" de tais Campanhas. Temos consciência de que delimitar precisamente tal questão implicaria esforço de revisão que ultrapassaria os limites desta dissertação. Não obstante, na medida que restritas aos lugares de concentração de grandes contingentes trabalhadores, podemos supor que as Campanhas em causa, em algum grau, tenham desempenhado papel funcional no jogo populista operado pelo Estado.

uma refeição diária, em simultâneo, "vendia", pelo menos para alguns deles, a idéia de um "Estado de todos", de um Estado que chega mesmo a se preocupar com o filho do trabalhador.

Contudo, a autonomia relativa crescente que vai ganhando a questão trabalhista e a intensificação das lutas operárias por salários impedem, significativamente que o Estado possa angariar maiores "dividendos políticos" via funcionamento de tais Campanhas.

No que se refere a segunda linha, mencione-se o surgimento, em 1951, da Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP) - assumindo as atribuições da Comissão Central de Preços - criada, possivelmente, devido aos sérios problemas de abastecimento enfrentados ao início dos anos 50. (8).

Em 1956 começa a funcionar, em paralelo à COFAP, a Comissão Coordenadora do Abastecimento Nacional (C.C.A.) tendo como objetivo atuar na área de distribuição e circulação de gêneros de primeira necessidade, de modo a combater a elevação do custo de vida. A partir daí, coube à COFAP, basicamente, a tarefa de tabelamento de preços (e que posteriormente veio a ser desempenhada pela Superintendência de Abastecimento - SUNAB) (9).

Estas instituições - que nunca se propuseram a subs-

(8) Cf. HOMEM DE MELO, F.B. - A Economia Política dos Preços de Alimentos. IPE/USP, S.P., ago./79, pags. 9/10.

(9) Sobre as atribuições desempenhadas pela SUNAB, pós-1962, leia-se o trabalho de A.M. de Castro, à pág. 156. Segundo a autora, mais adiante, todas as atribuições acima, bem como fazer aquisições no mercado e estabelecer preços mínimos, foram transferidas para a COBAL (vide a respeito a mesma página 156).

tituir as redes de comercialização privada - portanto, atestam a existência da preocupação por parte do Estado com a questão do abastecimento aos centros referidos mais acima e com o controle de preço dos itens componentes da canastra básica de consumo dos trabalhadores engajados nas atividades econômicas desenvolvidas nesses centros.

Nesse sentido, pode-se dizer que tais instituições eram marcadas caracteristicamente pela seletividade.

Pelo lado do abastecimento, contudo, em que pese suas preocupações seletivas, não se pode afirmar que a agricultura, em particular a de alimentos, tenha tido um mal desempenho ou obstado ao vigoroso processo de crescimento econômico ocorrido nos anos 50.

Vale lembrar, como foi apontado no capítulo anterior, que a economia brasileira vivenciou a partir do final dos anos quarenta uma séria crise de abastecimento. Crise, que se prolongou até o início dos anos 50 (10). Já em 1952, contudo, a situação se reverte (11). Como se sabe, "pari passu" com a aceleração do crescimento econômico, temos a partir daí uma significativa melhoria nas condições de suprimento agrícola, dado o "boom" verificado na produção de gêneros alimentícios ocorrido no norte do Paraná (12) - área contígua ao polo central do desenvolvimento capitalista no Brasil, São Paulo.

(10) Ibid nota (8), pág. 5.

(11) Cf. MENDONÇA DE BARROS, J.R. E OUTROS - A evolução recente da agricultura brasileira (mimeo), pág. 113

(12) Cf. CASTRO, A.B. de - Sete ensaios sobre a economia brasileira. Ed. Forense, vol. 2, págs. 100/102.

Em trabalho onde analisa o Plano Trienal, José C. Miranda diz que "encontram-se inúmeras evidências, no próprio Plano, de que a taxa anual de crescimento ... para a produção agrícola destinada ao consumo interno não se constitui em restrição ao consumo urbano" (13) durante o crescimento acelerado dos anos 50. Aliás, a esse respeito, o próprio Plano destaca que, apesar do rápido crescimento populacional, houve "uma melhoria razoável nos seus padrões alimentares, pelo menos do ponto de vista quantitativo, sendo quase certo, porém, que tais benefícios se concentraram na região centro-sul, onde se deu o grande surto de desenvolvimento econômico" (14).

De outro lado, Celso Lafer em trabalho sobre o Plano de Metas (1956/61), reitera o que já havíamos dito antes: que não se pode dizer que a agricultura tenha obstaculizado o processo de desenvolvimento econômico então verificado (apesar de não ter sido contemplada como prioridade) (15).

A despeito de tal argumentação, não se pode afirmar - como indica a própria criação das instituições em pauta - que a referida problemática não tenha chegado a despertar preocupações nos anos 50 (16).

(13) Cf. MIRANDA, J.C.R. - O Plano Trienal - o canto do cisne do nacional-desenvolvimentismo. Dissertação de Mestrado, DEPE/IFCH/UNICAMP, S.P., 1979, pág. 43

(14) Transcrito da Dissertação citado à nota (13), pág. 43.

(15) Cf. LAFER, C. - Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas em O Planejamento no Brasil, organizado por Betty M. Lafer, Ed. Perspectiva, pag. 45.

(16) Cf. LINHARES, M.Y.L. E SILVA, F.C.T. da - História do abastecimento (1918-1974). Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, nº6, Ministério da Agricultura/Biblioteca Nacional de Agricultura. Vide especialmente a Terceira Parte - Desenvolvimento e Abastecimento (1950-1974). Neste,

Entretanto, no limite, inexistiram espaços concretos à colocação de tais preocupações ou que ensejassem ações significativas a respeito.

Em síntese: a melhoria das condições de suprimento agrícola na década e o fato de não ter se constituído em obstáculo ao crescimento acelerado então verificado, impediram, concretamente, que a questão do abastecimento seletivo tivesse peso efetivo no período (17).

Pelo lado da questão do controle de preços a situação não foi muito diferente. Vale dizer, as instituições em pauta, no limite, não dispuseram também de maiores espaços que respaldassem, a esse nível, sua atuação.

Estas instituições, como sabemos, não objetivavam controlar preços em geral e sim, de itens componentes da canastra

os autores citam inúmeros trabalhos oficiais e extra-oficiais que dão conta do problema aludindo argumentos mais variados: baixa produtividade, dificuldade de comercialização, estrutura fundiária, relações de produção arcaicas, crédito agrícola, crescimento do mercado, etc. Ademais, vide também a Revista Brasileira de Economia, Setor Agrícola, 1/79 (mimeo), págs. 37/38; a esse respeito encontra-se nesta, que "se pode dizer, entretanto... que o principal instrumento utilizado para garantir uma tranquila evolução nessa área foi o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte rodoviário e, em menos escala, armazenamento" (pág. 38). É no governo J.K. que tal linha de ação se verifica, embora existisse no Plano de Metas desta que para a infra-estrutura agrícola (armazéns e silos, armazéns frigoríficos, matadouros industriais, etc.); vide sobre esse último ponto o trabalho de Celso Lafer, nota(15), a págs. 44/45.

- (17) Registre-se ademais, que apesar da agricultura não ter sido contemplada no período - como foi apontado -, que, ainda assim, ela fez frente ao rápido crescimento populacional - também já mencionado - e da urbanização verificados na década. Registre-se também que a manutenção da existência das instituições em pauta durante todos os anos 50 pode dever-se a duas razões: a primeira, de ordem preventiva e a segunda, devido a razões que se "cruzariam" com o populismo.

básica de consumo dos trabalhadores - leia-se trabalhadores engajados nas regiões economicamente mais dinâmicas do país.

Tais fatos, por sua vez, evidenciam outro: a natureza seletiva das instituições citadas no que tange também a controle de preços. Esta seletividade, possivelmente, se explica a partir das seguintes preocupações: elevação da componente salarial nos custos industriais e criação de uma certa estabilidade social nos centros já referidos de modo a não obstaculizar ao processo de acumulação de capital aí verificado. Contudo, apesar de tais preocupações, concretamente - como já dissemos -, a questão de controle de preços de itens componentes da canastra básica de consumo dos trabalhadores não teve maior sucesso no período.

No que tange a primeira das preocupações acima, vale lembrar que, embora tenha havido elevação do salário real dos trabalhadores nos anos 50, o violento processo de acumulação de capital não foi por aí obstado. Em verdade, se obstáculos existiram, estes não se colocaram nos anos 50 e sim ao início dos 60; mas tampouco por problemas de alta salarial (18).

No que tange a segunda, a nosso juízo, as variáveis apontadas como determinativas da pequena importância da linha assistencialista-educacional, também nesse caso tem papel decisivo. Vale dizer, cremos que a autonomia relativa crescente que vai ganhando a questão trabalhista - apesar da importância do populismo nos anos 50 - e a intensificação das lutas operárias por melhores salários, reduzem as possibilidades de en-

(18) Vide a respeito Reflexões sobre a crise atual de J.M. Cardoso de Mello e L.G. de H. Belluzo em Escrita-ensaio, ano I, nº 2, 1977 e intitulada Crise: o fim das ilusões.

foques do tipo assistencial-carencialistas acerca da questão alimentar renderem maiores dividendos políticos para o Estado.

A conclusão a que chegamos, por conseguinte, é que, efetivamente a questão alimentação não teve como colocar-se com destaque no período.

Em linhas gerais, os fatos apontados como determinantes do pequeno peso e esvaziamento da questão no período foram os seguintes: a melhoria das condições de suprimento agrícola - e em particular da de alimentos - aos centros economicamente dinâmicos do país, e de tal forma que, no limite, não "entrou" o processo de acumulação de capital nos anos 50; a elevação do salário real verificada na década e principalmente, daqueles trabalhadores engajados nos setores de ponta: a não obstaculização do processo de acumulação de capital também pelo lado da elevação do salário real; e por fim, o avanço do movimento operário - apesar do populismo - e a intensificação de suas lutas por melhores salários que vão deslocando para segundo plano as possibilidades de manejo da prática populista pelo Estado no que tange, pelo menos, a questão alimentar.

Ademais, não fossem tais fatores, pelo lado do controle de preços, não só o governo não o inseria como uma de suas prioridades (19), e como exercitava um padrão de financiamento claramente inflacionário. Ora: se o abastecimento não se

(19) A esse respeito temos como exemplos bem claros as propostas de estabilização de Roberto Campos (1958) que, por sua extemporaneidade - apesar da elevação violenta de preços verificado a partir de 1957 - fracassaram amplamente e o rompimento do Governo J.K. com o Fundo Monetário Internacional (em 1959), também proponente de medidas de estabilização.

constitui em obstáculo à industrialização, se a "força de trabalho prioritária" não foi sacrificada e se esta mesma "força" não concedia maior "íbope" à seletividade das instituições criadas e a ela orientadas, fica claro porque não existiram, concretamente - como já dissemos -, maiores espaços que respaldassem o tema ou as instituições a ele concernentes.

De outro lado - é interessante observar -, a questão da alimentação, ao nível internacional, suscitava debates, publicações e mesmo ações (atuações) concretas (20). Fundamentalmente, articulava desenvolvimento, guerra fria e estabilidade social, e como não poderia deixar de ser, acabou por suscitar no Brasil, alguns trabalhos e eventos em tais linhas de preocupações (21). Contudo, não se pode dizer que efetivamente

(20) Em 1952, a FAO realiza proposta de criação de uma reserva mundial de alimentos; o Segundo Relatório da FAO destaca o fato de o quadro alimentar mundial ser péssimo (1952); a FAO lança campanha contra a fome dada a questão dramática da subnutrição; o noticiário da Associação Mundial da Luta contra a Fome (ASCOFAM, nº 3/4) registra a precodida de orgânica do brasileiro (1953); em 1954 a empresa Jô consultoria americana Klein e Sacks vem ao Brasil e produz o relatório "O problema da alimentação no Brasil"; em 1954 o Congresso Americano vota a lei PL-840 que visava promover ajuda alimentar em escala mundial (Cf. A.M. de Castro, *op. cit.*, pág. 88); em 1957, se inaugura a Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM), com sede em Paris (cf. A.M. de Castro, *op. cit.*, pág. 89); em 1960: na Organization de Cooperation et Development Economique (O.C.D.E.) em seu Comité de Ajuda ao Desenvolvimento são formuladas recomendações referentes aos problemas alimentares dos países "menos desenvolvidos" (cf. A.M. de Castro, *op. cit.* pág. 91); em 1963; a FAO na sua 10ª Conferência decide realizar campanha mundial contra a fome (Cf. A.M. de Castro, *op. cit.* pág. 91), etc. Ademais, segundo A.M. de Castro, várias instituições como OMS, BIRD, UNICEF, etc. também tem desenvolvido ações atinentes ao tema (vide *op. cit.*, pág. 95/96). Registre-se ainda os seguintes trabalhos: As Nações Unidas atacam os problemas de P. Kihss (1951); Fome, o espectro que paira sobre várias regiões do mundo (1952); A agricultura e a alimentação: sua importância para a paz mundial de A.N. Seabra (1963).

(21) Como segue: a criação da escola de visitadora de alimentação em acordo com a Comissão Brasileira-Americana de Gene

tenha inspirado maiores preocupações ou ensejado ações significativas no país.

Em verdade, o que é mais interessante em tal movimento é que, apesar dele, mesmo assim, a questão alimentar no Brasil não conquistou maior importância.

Não bastasse isso, vale lembrar que mesmo na entrada dos anos 60, quando a questão do abastecimento alimentar torna-se dramática (22), o que vem a tona não é propriamente a questão da alimentação popular e sim, a chamada questão agrária. Tal questão, como se sabe, cruzava e se articulava com inúmeras "variáveis" econômicas e políticas do debate de então: o campo como mercado para a indústria: o campo deveria gerar excedentes de modo a não obstar a acumulação nos núcleos dinâmicos industriais; aliança camponesa-operária; etc.

Entretanto, apesar da proximidade do tema com a questão da alimentação popular, mesmo aí, não é ela recortada ou destacada como questão relevante.

ros Alimentícios (1951); Alimentação e rendimento do trabalho de J.E. Evangelista (1954); Saúde e desenvolvimento econômico de M. Novais (1961); Manual de alimentação da Missão Norte-Americana de Cooperação Econômica e Técnica do Brasil de M.H.X. Alves (1967); Alimentação e Desenvolvimento Econômico de P. Borges (1969); Planejamento e alimentação de J. Chacel (1970); Política de Alimentos. Nutrição e desenvolvimento de A.M. de Castro e N.A. e Magalhães. Registre-se ainda que a C.N.A. - com a extinção do C.F.C.E., já havia sido transferido para o Ministério da Educação e Saúde (em 1949) - em 6 de abril de 1951, via Decreto nº 29.466, passa a exercer a função de Comitê Nacional da Organização e Alimentação e Agricultura da O.N.U. Sendo, essas funções revogadas pelo Decreto nº 38.730 de 30 de janeiro de 1956, que institui no Ministério das Relações Exteriores a Comissão Nacional o citado Comitê. Em 1953, "em ação conjunta com a FAO a C.B.S. se propõe a realizar um inquérito sobre alimentação infantil" (vide A.M. de Castro, op cit., pág. 160).

(22) Cf. REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA, pág. 43 (mimeo).

Assim, temos que, de fato, os anos 50 e a entrada dos 60 podem ser lidos como os anos em que completa-se definitivamente o esvaziamento do tema alimentação.

Com a industrialização e com a reversão cíclica da entrada dos 60, bem como com a luta dos trabalhadores por melhores salários e por transformações estruturais mais amplas em nossa sociedade, o tema sai, incontestemente, da agenda do Estado.

CAPÍTULO VI

O PERÍODO 1964/75: a questão alimentar em recesso

No capítulo anterior vimos que a questão alimentar teve seu ciclo de esvaziamento, iniciado na conjuntura 1946/50, definitivamente encerrado ao nível da agenda do Estado. Nele, apesar de tudo, duas linhas chegaram a obter algum destaque: a assistencialista-educacional e a de abastecimento e controle de preços.

A seletividade de tais linhas, como apontamos, em algum grau, deve ter se "cruzado" com jogo populista operado pelo Estado.

No que tange a segunda das linhas acima, agora o "cruzamento" mencionado, é possível também que efetivas preocupações preventivas atinentes a problemas que poderiam ser criados pela alta de preço dos gêneros alimentícios ou por um abastecimento agrícola inadequado à industrialização tenham também norteado as instituições em pauta.

Contudo, nem a um nível e nem ao outro, tais preocupações (ou instituições) tiveram como justificar-se. Nem a industrialização foi obstaculizada por alta de preços, de salários ou ainda pelo lado do suprimento agrícola e nem a "força de trabalho prioritária" foi sacrificada - para a qual se dirigiam as preocupações seletivas das citadas instituições. Por fim, mencionamos também, que a crescente autonomia relativa da questão trabalhista conquistada pelos trabalhadores - principalmente pela chamada força de trabalho prioritária - ia colo-

cando, para segundo plano, sistematicamente, as possibilidades do Estado "faturar dividendos" políticos via propostas populistas, no caso, do tipo carencial - assistencialista.

É à luz desse quadro que a questão da alimentação ' sai definitivamente da agenda do Estado.

Em 1964, rompe-se também definitivamente o próprio pacto populista - com a retirada das massas do cenário político.

Como é óbvio, se a questão da alimentação não teve maior relevância na conjuntura anterior, muito menos haveria de ter agora (1). Outras questões ocupam por completo os foros de debate: combate a inflação e retomada do crescimento econômico; expansão do mercado interno e luta de hegemonia no bloco no poder; "milagre brasileiro" e neo-ufanismo.

Em verdade, pelo que pudemos constatar, em nenhum dos três governos (Castelo Branco, Costa e Silva e Emílio Médici) desses anos se abriu espaço ou se colocaram, objetivamente, questões e/ou ações atinentes ao tema alimentação das massas. Constata-se sim, ações na linha de estabilização de preços - (Comissão Nacional de Estabilização de Preços - CONEP), movimentação de safras (Grupo Executivo de Movimentação de safras - GREMOS), armazenagem (Comissão Brasileira de Armazenagem - CIBRAZEN), financiamento da produção (Comissão de Financiamento da Produção - CFP), etc., consagrando definitiva-

(1) Em verdade, na linha de itens essenciais das chamadas condições de vida, dois foram contemplados pelo governo pós-64: habitação (via criação do Banco Nacional de Habitação) e educação (via criação do MEBRAL e da estratégia de aumentar o número de matrículas nos cursos universitários). Sem entrar no mérito da natureza de tais ações, interessante observar que ambas tiveram destaque no interior das reivindicações sociais pré-64.

mente o debate sobre infra-estrutura agrícola que nos anos 50 já havia sido suscitado e que no Plano de Metas tivera algum destaque (2).

Tais instituições de abastecimento, federais e estaduais, em síntese, orientaram-se no sentido de evitar que o processo de acumulação de capital pudesse ser obstaculizado.

A partir de 1970, entretanto, o tema da alimentação das massas volta a agenda do Estado, mas sob novas perspectivas. Apontam agora os vários trabalhos desenvolvidos por agências do Estado, de forma explícita a miséria de vastos contingentes da população brasileira e seu precário estado nutricional (3). Esses fatos, como demonstraremos no presente capítulo, poderão ser constatados nas inúmeras pesquisas e em algumas ações concretas verificadas na primeira metade da década de 70, bem como no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, lançado pelo governo em 1976 (este último será examinado no capítulo seguinte).

Vejamos então a volta da problemática alimentar-nutricional da população em geral ao âmbito do Estado e os diagnósticos e análises efetuados.

Com os anos 70 verificamos sucessivas publicações editadas por agências governamentais (Universidade Federal de Per

(2) Cf. LAFER, C. Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas em O Planejamento no Brasil, organizado por Betty M. Lager, Ed. Perspectiva, págs. 44/45.

(3) Tais fatos, certamente, em algum grau, cruzaram-se com o debate sobre a distribuição de renda, aceso, principalmente, após a publicação dos resultados do Censo de 70.

nambuco, Universidade de Brasília, Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, etc.), relatando os resultados obtidos por suas experiências desenvolvidas junto, via de regra, a populações contíguas.

Tais experiências, como mencionamos acima, foram de dois tipos: ações concretas e pesquisas.

Neste capítulo examiná-las-emos segundo duas linhas interpretativas: uma, a do diagnóstico que efetuam e duas, a dos principais meios analíticos explorados (4).

Vejamos então a primeira linha e como ela foi apreendida pelas ações concretas que se verificaram nestes anos.

As ações concretas de que temos conhecimento foram em número de três: a primeira foi realizada em 1970, na região de Ribeirão na Zona da Mata (zona açucareira monocultura) pelo Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco e Secretaria de Saúde do Estado - com assistência técnica da OPS/OMS - e consistiu na implantação de centros de educação e recuperação nutricional (5) para uma clientela de crianças abaixo de cinco anos; a segunda, em Minas Gerais (1972), através da Associação Brasileira de Alimentação visando a atender a pré-escolares e gestantes (6); e a terceira, em São Paulo (1972)

(4) Tal metodologia se coloca na medida que o PRONAN - como discutiremos no capítulo seguinte - se apresenta como enfeixe dessas duas linhas.

(5) Cf. FILHO, M.B.; COELHO, H.A.L.; e BEGHIN, I.D. - Centro de Educação e Recuperação Nutricional. Separata da revista O Hospital, vol. 77, nº 2, fev./70, págs. 425/450, R.J.

(6) Cf. JORNAL DO BRASIL. R.J., 13/07/72.

via Centros de Educação e Alimentação do Pré-Escolar (CEAPES) com fornecimento de alimentação a crianças de um a quatro anos nos períodos de capacidade ociosa das escolas (7).

No que se refere à primeira experiência o diagnóstico é claro: a situação é de miséria e subnutrição e o fator predisponente é o das precárias condições sócio-econômicas.

Deixemos os próprios autores explicarem. Dizem eles: - "o salário mínimo vigente na região não alcançava 60% de uma dieta satisfatória calculada para uma família de cinco pessoas" (8). À mesma página adicionam que "embora as informações sobre a dieta de infantes e pré-escolares sejam escassas, os dados disponíveis sugerem que repetem o padrão da dieta familiar: ingestão calórica e protéica sem evidenciar marcadas discrepâncias, mas consideravelmente reduzidas em suas quantidades totais" (9). E quanto a fator predisponente, que "no caso brasileiro, as condições econômico-sociais jogam um papel dominante na epidemiologia da desnutrição protéico-calórica" (10).

Em vista disso, que muito pouco têm a fazer, pois, em verdade, tal questão transcende claramente ao alcance e influência dos que operam no centro. Como eles próprios explicam: - "O Centro de Recuperação deve ser tomado como um instrumento de efeitos limitados, sob o ponto de vista educativo, dentro do quadro geral da desnutrição. Em termos genéricos, a fração de casos que pode ser reduzida ou corrigida, através de

(7) Cf. JORNAL DO BRASIL, R.J., 06/12/72.

(8) Ibid nota (5), pág. 426

(9) Ibid nota (5), pág. 426

(10) Ibid nota (5), pág. 456

programas puramente educacionais é, indubitavelmente, a menor parcela do espectro social da desnutrição" (11)

Dada esta limitação dos Centros, propõem que experiências nesta linha sejam completadas com práticas domésticas típicas do extensionismo rural e a articulação destas, em simultâneo, com atividades de saúde. E ademais, que o tratamento verificado nos centros seja prolongado além do período em que ela aí estiver (nas atividades alimentares-educacionais) com pré-escolas mais sofisticadas - e obviamente mais caras - que o jardim de infância comum (12).

Entretanto, concluem, que mesmo que tais propostas fossem efetivadas e acopladas aos centros, que ainda assim as possibilidades de atuar, a esse nível, eficazmente sobre a citada problemática são bastante reduzidas. Em outras palavras, que a subnutrição na medida que determinada pelas condições sócio-econômicas, transcende ao nível de atuação dos que operam em experiências como essas; e ainda mais, se se tem em conta a sua sabida dramaticidade à época no Brasil.

No que se refere às outras duas experiências - embora praticamente nada saibamos sobre elas - uma coisa nos parece claro: elas se inscrevem também na linha assistencialista-educacional de centros, claramente emergenciais, e por isso mesmo denunciadoras das dramáticas condições de existência das populações para as quais se orientam.

Tais experiências, registre-se, do ponto de vista

(11) Ibid nota (4), pág. 437

(12) Ibid nota (5); vide a esse respeito a página nº 437.

da comprovação ou não de suposições da ciência da nutrição são obviamente válidas e talvez, dada a sabida dramaticidade da questão alimentar nestes anos, até meritórias.

Em tese, contudo, somos levados a suspeitar que experiências na linha das acima - projetos-piloto - podem, com certa "naturalidade", desconsiderar aspectos essenciais da realidade social sobre a qual irão atuar (13). Em consequência disso, propor autoritária e irrealisticamente remédios - aos grupos "objetos" - já reconhecidos emergenciais, descontínuos e ineficazes.

Adiante-se destarte, em que pese esses lembretes, que não cremos mais eficazes possam ser as ações nesta linha, e sim, menos autoritárias e irrealistas.

Visto o diagnóstico mais acima e feitos estes breves comentários, vejamos ainda dentro da primeira linha, como as várias pesquisas efetuadas nestes anos apreenderam a questão nutricional das populações examinadas e seu(s) nível(is) condicionante(s).

A primeira pesquisa de que temos conhecimento foi a do Levantamento do Estado Nutricional das Crianças em Idade Pré-Escolar (14) pelo serviço de nutrição escolar da unidade de apoio da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul. Baseou-se o estudo (de março a agosto de 1970) em uma

(13) Reiteramos que não estamos fazendo nenhuma referência específica ou velada às experiências mais acima. Isto se deve ao fato de que os documentos/relatórios que temos em mãos não nos permitem críticas desta ordem.

(14) Cf. COSTA, R.M.B.; DUARTE, L.J.V.; e ROMEU, A. de C. - Levantamento do Estado Nutricional de Crianças em Idade Pré-Escolar. Secretaria de Educação e Cultura do R.S., Porto Alegre/70 (mimeo).

amostra aleatória de mil crianças na faixa etária de uma a seis anos das escolas da primeira Delegacia de Ensino de Porto Alegre. As crianças foram divididas em duas classes: na classe A foram incluídas 500 crianças cuja renda familiar per-capita era de 1/4 de 10 salários mínimos e na C, as 500 crianças restantes cuja renda familiar per-capita era de 1/4 de 1 salário mínimo. A classe A é a de melhor poder econômicos; a C, de pior.

Os resultados obtidos após pesagens e medidas (altura e circunferência do braço) na linha da antropometria evidenciaram - no suposto de que nesta faixa de idade as diferenças de estado nutricional estão refletidas no peso e na altura - muito maior desenvolvimento físico das crianças do grupo A do que as do C.

Deixemos os próprios autores explicarem, dizem eles: - "Embora levando-se em conta todas as formas de erros possíveis, desde a escolha da amostra até aos possíveis erros na apuração das medidas, as diferenças encontradas entre os dois grupos são tão gritantes estatisticamente, que possíveis erros e pequenas falhas existentes não alterariam a conclusão: os grupos A e C diferem significativamente em relação à altura, peso, circunferência cefálica e circunferência de braço" (15). E concluem: - "Tais diferenças representariam primordialmente as diferenças sócio-econômicas ... das duas populações" (16).

A segunda pesquisa concordante com o diagnóstico acima de que temos conhecimento é a Avaliação do Estado Nutri

(15) Ibid nota (14), pág. 36

(16) Ibid nota (15), pág. 36. A esse respeito vide também a página 51.

cional (17). Tal pesquisa foi realizada pelos alunos do curso de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública da Universidade Federal de Pernambuco junto aos operários das indústrias alimentícias Maguary em Bonito no mesmo estado.

Entrevistaram-se 356 operários (em maio de 1972) e as conclusões a que se chegou foram as seguintes: "o nível de instrução é baixo; as atividades exercidas pela maioria das pessoas estão concentradas nos setores primário e secundário, decorrendo daí a predominância de uma renda insuficiente para suprir as necessidades mínimas da família... As condições habitacionais são precárias, mormente no que diz respeito ao saneamento. A dieta consumida é insuficiente em calorias e nutrientes ... Convém ressaltar que o inquérito de consumo alimentar foi realizado dois dias após a feira e poderia ter apresentado resultados mais baixos se levado a efeito em dias posteriores... A proporção das famílias cujas dietas atingem 90% do nível de adequação é baixa" (18).

Ao nível conclusivo afirmamos: "Os resultados encontrados demonstraram um precário estado nutricional da população, resultantes da problemática sócio-econômica que interfere nas condições de vida da comunidade, ocasionando, sobretudo, uma ingestão alimentar deficiente" (19).

(17) Cf. MONTEIRO, E.A. de A. e outros - Avaliação do Estado Nutricional em Famílias de Operários das Indústrias Alimentícias Maguary - Bonito, Pernambuco. Trabalho realizado pelas alunas do I Curso de Pós-Graduação em Nutrição em Saúde Pública, na cadeira "Avaliação do Estado Nutricional" (mimeo).

(18) Ibid nota (17), pág. 113.

(19) Ibid nota (17), pág. 94.

A terceira pesquisa de que temos conhecimento e também na mesma linha, como o demonstra o próprio título denomina-se Estado Nutricional e Condições Sócio-Econômicas (20). Seu objetivo básico era o de provar a correlação que a intitula. Foi realizada em vinte bairros de Recife (escolhidos aleatoriamente) tendo sido entrevistadas 726 mães que forneceram informações sobre 1.146 crianças tomadas aquelas entre 0 e 4 anos.

Eis algumas das anotações da pesquisa: a renda máxima encontrada foi de Cr\$5.000,00 e a média situou-se em apenas Cr\$200,00; a média de pessoas por família ficou em 6,8; 4 era a média de filhos vivos. Para a autora, à época (1974) seria necessário um aumento de Cr\$1.000,00 na renda mensal familiar per-capita para que o estado nutricional de uma criança melhorasse em 4,5%; assim sendo, para que uma criança desnutrida em 3º (desnutrição grave) pudesse atingir a normalidade, a renda mensal per-capita deveria elevar-se em Cr\$10.000,00.

A quarta pesquisa de que temos conhecimento e consoante com as anteriores, no que tange a diagnóstico, foi realizada em Sobradinho, cidade satélite de Brasília em 1974 (21). Nesta cidade, a equipe de nutrição da UnB mantém unidade de campo com um cadastro, registrando as informações das quase dez mil famílias aí residentes, destacando-se três ramos básicos de interesse: o econômico, o antropológico e o biomédico.

No ramo econômico "utilizou-se uma amostra de 260

(20) Cf. COELHO, H. de A.L. - Estado Nutricional e Condições Sócio-Econômicas. Dissertação de Mestrado, Instituto de Nutrição da UFPe, Recife/Pe, 1975 (mimeo).

(21) Cf. ROSEMBERG, E.R.; SALOMON, J.B.R.; e NOVION, M.A.I. - Nutrição Humana: um enfoque interdisciplinar. Departamento de Economia/UnB, Brasília, 1975 (mimeo).

famílias locais, com renda mensal de menos de dois salários mínimos, para a análise do comportamento da unidade familiar com relação ao consumo de alimentos e nutrientes" (22). Algumas das conclusões a que se chegou foram as seguintes: que 45% das famílias pesquisadas não possuem poder aquisitivo para sequer chegar ao custo mínimo de uma dieta adequada; que são mínimas as concessões feitas ao paladar; que o salário mínimo, descontada a despesa com habitação, não seria suficiente para alimentar uma família de três pessoas; etc. (23).

No que se refere a diagnóstico, embora não se apon-
te explicitamente as condições sócio-econômicas como determi-
nantes, fica implícito pelas áreas de interesse mais acima e
pela proposta/título de multidisciplinaridade, que é por aí
que acreditam, se possa apreender a questão (24).

Nesta mesma linha de diagnóstico tivemos a pesquisa
A Desnutrição na Clientela dos Centros de Saúde do Vale do Je-
quitinhonha (25). Foi realizada junto à população infantil (0
a 5 anos) matriculada no Programa Nacional de Saúde (PNS/75) e
frequente às atividades das Unidades de Saúde do Vale do Jequi-
tinonha e algumas das conclusões a que chegou foram as seguin-
tes: as maiores taxas de desnutrição foram encontradas onde pre-
domina a agropecuária (áreas normalmente de latifúndios) e as
menores, onde desenvolve-se a agricultura (áreas normalmente
de minifúndios); que a situação nutricional encontrada, em ge-

(22) Ibid nota (21), pág. 4

(23) Ibid nota (22), págs. 4/5

(24) A esse respeito vide principalmente a página 3 do trabalho citado à
nota nº 20.

(25) Cf. MIRANDA, P.S.C. - A Desnutrição na Clientela dos Centros de
Saúde do Vale do Jequitinhonha (mimeo).

ral, é precária e que os resultados obtidos possivelmente foram subestimados (26).

O aspecto essencial sublinhado pelo autor em tal pesquisa é o da forte correlação entre desnutrição e estrutura fundiária; conseqüentemente, também se inscreve dentre aqueles que sublinham aspectos da realidade social como determinantes das precárias condições nutricionais dos grupos examinados.

Vê-se portanto, como foi apontado pelos trabalhos acima, que a situação alimentar-nutricional dos vários grupos examinados, na primeira metade dos anos 70, era verdadeiramente dramática. E mais: apontam como variável causal-explicativa as condições sócio-econômicas a que estão sujeitas (27). Particularmente, de maneira geral, a identificam como problema de baixa renda.

Vejamos agora a segunda linha - isto é, a dos meios analíticos explorados pelas pesquisas. Explicitamente aparecem os seguintes: apelo ao governo para minorar o problema, exercícios de correlação, abordagem sistêmica e recorrência à ortodoxia econômica.

O chamamento ao governo aparece no trabalho de Costa, Duarte e Romeu. A esse respeito dizem eles: - "A experiência diária no convívio com a criança nas escolas, o conhecimento das dificuldades econômicas por que passam as famílias em

(26) Vide a respeito dos pontos acima mencionados o item CONCLUSÕES do trabalho citado à nota nº 25.

(27) Embora não editados na primeira metade dos anos 70, dentro da mesma linha - a nível de diagnóstico - dos trabalhos acima destacamos: Pesquisa Sócio-Econômica Aplicada à Nutrição: uma proposição de temas de A.C.C. Campino e A Desnutrição e o Planejamento Econômico-Social de C.A. Monteiro.

sua maior parte, os resultados dos últimos inquéritos nutricionais da O.M.S., com sua marcante deficiência protéica e a necessidade de obter dados com os quais pudéssemos motivar as autoridades educacionais e de saúde |o grifo é meu - J.N.| o Governo |o grifo é meu - J.N.| ... na obtenção de meios para minorar o problema, levou-nos a procurar os dados nutricionais das crianças em duas classes sociais distintas, a de menor e a de melhor poder econômico" (28). Vale dizer, tal metodologia foi adotada para que as discrepâncias se evidenciassem e assim o governo tomasse atitude à dramática situação.

No que tange aos exercícios de correlação destacamos também a pesquisa de Costa, Duarte e Romeu que, como vimos, utilizaram-nos com as variáveis níveis de renda e medidas antropométrica (29). E ainda, a de Coelho que buscava provar a correlação que intitulava seu trabalho: Estado Nutricional e Condições Sócio-Econômicas (30).

No que se refere aos que recorrem à necessidade de se encarar a questão nutricional sob um prisma global, sistêmico, de certa forma, podem se incluir todos aqueles que a associaram às condições sócio-econômicas vigentes. Explicitamente, contudo, destacamos a pesquisa de Rosemberg (e outros). A esse respeito, diz ela: - "O reconhecimento das diferentes variáveis etiológicas possibilitou outros estudos em áreas não-

(28) Ibid nota (14), Introdução, pág. 11.

(29) Ibid nota (14).

(30) Ibid nota (20). Embora não verificado no período, nesta linha insere-se também o trabalho de Campino citado à nota nº 24 que enfatiza a estreita correlação entre renda e desnutrição protéico-calórica (pág. 1).

biológicas, permitindo um enfoque multidisciplinar aos problemas nutricionais, que vem sendo atualmente empregado na maioria dos centros de ensino e pesquisa no país. Esta nova abordagem constitui sem dúvida um grande avanço nos conhecimentos da malnutrição, abordagem essa que deve ser mantida, tanto em termos de diagnóstico quanto de intervenção, e inclusive expandida para interdisciplinas, o que não vem sendo feito sistematicamente, seja sob o ponto de vista do produto final, seja do lado da demanda por parte dos órgãos interessados" (31).

Por fim, dentre os que recorem à ortodoxia econômica, destacamos também o trabalho de Rosemberg (e outros) quando afirmam "que o critério de eficiência |o grifo é meu - J.N. | em gastos nutricionais está presente no comportamento do consumidor |o grifo é meu - J.N. | (32) ou quando destacam a velha máxima robbinsoniana dos recursos escassos e usos alternativos (33). Sobre tal recorrência, nestes moldes, duas ordens de comentários nos parecem pertinentes: a primeira, prende-se ao fato de se discutir se o consumidor é ou não racional a priori sem se investigar ou suscitar interrogações acerca das condições reais que condicionam a sua miséria e subnutrição (34) e a segunda, que invocar tese como a da escassez além de questionável, da forma como o fizeram - responsabilida

(31) Ibid nota (21), pág. 1.

(32) Ibid nota (21), pág. 4.

(33) Ibid nota (21), pág. 2.

(34) Cf. GODELIER, M. - Racionalidade e Irracionalidade na Economia Ed. Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário, nº 9, R.J. O cerne da idéia acima é que discutir racionalidade a priori sem se discutir as condições concretas que a condicionam constitui pugna ideológica que na da contribui cientificamente para o esclarecimento da questão.

de das autoridades governamentais e corpo técnico (35) - passa por cima das possibilidades que as próprias populações "afetadas" teriam de participar do processo.

De maneira geral, em suma, apesar das correlações mais atrás provarem o óbvio (36) e das várias pesquisas e ações concretas mostrarem que a questão da subnutrição não é essencialmente médica (outra obviedade), no que diz respeito aos propósitos desta dissertação, elas apontaram algo que nos parece central: a dramática situação social a que estavam submetidos vários segmentos da população brasileira, situação esta, legada - implicitamente - pelo padrão de desenvolvimento recente e, a volta do enfoque de carências e do privilegiamento do Estado como resolvedor da questão.

(35) A esse respeito vide trabalho de Rosenberg e outros citado à nota nº 21, págs. 1/2.

(36) Tomar variáveis como renda e desnutrição protéico-calórica ou desnutrição e grau de instrução da mãe (Boianovsky) e buscar a estreita correlação existente entre elas, constitui, a nosso juízo, um mero exercício estatístico e que pouco contribui em termos de esclarecimento. Em verdade, constitui "ação" que se move no preceito da técnica e pela técnica, e isto, porque não se atém ao fato de que ambas as variáveis, tanto num caso como no outro - como acima -, "brotam" da mesma realidade. Nestes casos poderíamos dizer também que a técnica é vista como um fim em si mesmo, e não como um instrumento que permite que se desemboque em conhecimentos científicos.

CAPÍTULO VII

O ANO DE 1976: o tema sai do nível do discurso e é contemplado pelo Estado com uma ação concreta - o Estado implanta o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

Nos capítulos precedentes (1930/75) pelo que pudemos observar, apesar dos vários movimentos observados, julgamos que não se verificou - talvez exceção do período 37/46 - no interior das estruturas governamentais de poder, debate significativo e nem tão pouco, algo que se pudesse definir como uma linha específica de política alimentar-nutricional no país.

Em realidade, como vimos, não surgiu em todos estes anos nenhum programa de porte que atuasse sobre a questão (des) nutricional de forma ampla e significativa.

Assim, essencialmente, o que temos tido são eventos epifonêmicos que não se definem de per si, mas apenas se temos em conta as várias conjunturas vivenciadas em nossa sociedade. Nesse sentido, em outras palavras, pode-se dizer que inexistiu em todos esses anos examinados um curso de política alimentar-nutricional articulado e delineado no interior do Estado.

Em suma: a história do tema tem-se constituído no Brasil em uma história de descontinuidade.

No capítulo anterior, como foi visto, registraram-se várias pesquisas - muito mais que ações concretas - atinen-

tes ao tema. Apontaram as precárias condições alimentares-nutricionais e de miséria como determinadas pelas condições sócio-econômicas (identificadas como baixa renda). Subliminarmente aparecia como proposta geral, na ponta do enfoque carencial o chamamento ao Estado para que adotasse uma postura mais incisiva sobre o problema, que atuasse como resolvedor da questão.

Em 1976, contudo, o que até aí era mero debate e um tanto quanto restrito a pesquisadores especializados e agências do Estado da área de saúde, ganha concretude: o Estado lança o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). O tema ressurge concretamente no âmbito do Estado.

O PRONAN foi aprovado pelo Presidente da República em 06/02/76 com foros de projeto "mais audaciosos do governo na área social". (1) - segundo suas próprias palavras - e consoante a linha de projetos impactos do governo de então; chegou a contar em seu lançamento com a presença de oito ministros de Estado e de vários presidentes de órgãos federais.-

Examiná-lo e perquerir acerca dos motivos que levaram o Estado a implementá-lo é o norte das seções que seguem.

7.1 - O PRONAN e o diagnóstico - radical - explícito do padrão de crescimento anterior.

Em trabalho denominado Sugestões para a participação da FINEP na política de nutrição do país (2) encontramos ,

(1) Cf. O MOVIMENTO, 09/02/76

(2) Cf. DOCUMENTAÇÃO FINEP - Sugestões para a participação da FINEP na política de nutrição do país (mimeo)

apesar do caráter oficioso do documento, quiçá, pela primeira vez, uma instituição do Estado fazendo uma série de constatações acerca da dramática situação nutricional da população brasileira.

Em sua segunda página lemos o seguinte: "A subnutrição está presente em todas as regiões brasileiras, mesmo nas mais industrializadas como São Paulo, atingindo principalmente a população que tem rendas mais baixas |o grifo é meu - J.N.| ... A desnutrição protéico-calórica atinge a maior parte da população brasileira, sobretudo as crianças até 4 anos... Assim, a deficiência alimentar, em todo o Brasil, não é só devido ao baixo consumo de proteínas, mas também à falta de calorias" (3). Mais adiante enuncia que: "a Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância, programa patrocinado pela OMS, encontrou provas de desnutrição de 2º e 3º graus em 31,5% das mortes de crianças com menos de 5 anos na cidade de São Paulo e 49% em Recife |; na| cidade de São Paulo, a taxa de mortalidade infantil é maior hoje de que há 20 anos atrás. tendo passado de 71/1.000 para 84/1.000, sendo que 39% das crianças mortas antes de um ano e 55% das que morrem entre 1 e 2 anos são subnutridas |; em| Recife são subnutridas 40% das crianças que morem com menos de 1 ano e 70% das que morrem entre 1 e 2 anos de idade |; a| maior parte das crianças que conseguem passar do primeiro ano de vida continuam subnutridas |;| 65% das crianças de 0 a 5 anos da Zona da Mata-Sul pernambucana sofrem desnutrição protéico-calórica, sendo que 20% de grau avançado (2º e 3º)" (37).

(3) Ibid nota (2), pág. 2.

(4) Ibid nota (2), págs. 2/3.

Afirma ainda que "a maioria das doenças de que são vítimas as crianças de famílias pobres [o grifo é meu - J.N.] é devido às más condições sanitárias e [que] isso é agravado pelo fato de elas serem mal alimentadas e não terem tratamento adequado. E continua: - "Na cidade de São Paulo, por exemplo, 36% das mortes de crianças de um ano de idade são causadas por doenças infecciosas, sendo que em 60% delas ocorre desnutrição [e que quanto] à população em geral (não apenas as crianças), os dados da Fundação Getúlio Vargas sobre a dieta alimentar da população urbana do Nordeste, mostram que 65,9% das famílias têm deficiências protéico-calóricas", etc. (5).

Tais citações enunciam, em verdade, aquilo que já havia sido apontado pelas ações concretas e pesquisas examinadas no capítulo anterior; isto é, que a situação nutricional assumira no Brasil, na primeira metade dos anos 70, configuração dramática.

Contudo, não foi apenas "As Sugestões..." que se deu conta de tal problemática. O Doutor Mozart de Abreu e Lima em trabalho sob a chancela do Ministério da Saúde e Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (6) coloca que "[o] problema alimentar ... atinge expressivo contingente de nossa população" (7). O próprio PRONAN destaca que "objetiva", de forma concreta e realista, o equacionamento do grave problema da

(5) Ibid nota (2), págs. 3/4.

(6) Cf. LIMA, M. de A.C. - Experiência do Brasil: o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição. MS-INAN/Brasil, apresentado no XI Congresso Internacional de Nutrição/ Sessão Plenária: Planejamento e Implementação de Políticas e Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição.

(7) Ibid nota (6), pág. 1.

desnutrição no País" (8). Verificam-se também vários seminários promovidos ou com participação de técnicos do INAN e o tom é sempre o mesmo: a situação (des)nutricional é grave (9).

E como explicam tal situação? Fundamentalmente devido ao incipiente "poder aquisitivo da população frente aos bens transacionados no mercado" (10). Sobre tal incipiência, o Doutor Lima no trabalho já citado, mostra os seguintes dados: - "mais da metade das famílias brasileiras (cerca de 57%) tem renda compreendida no estreito intervalo de 0 a 2 salários mínimos, não dispondo de condições satisfatórias de acesso aos alimentos básicos; |a| ração essencial mínima, dieta alimentar individual definida pelo decreto-lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que criou o salário mínimo; com os preços de seus componentes atualizados a junho de 1975, atingia nesta data o valor de 50% do salário mínimo; a família média brasileira é composta de aproximadamente 5 pessoas, as quais, para se alimentarem, segundo os padrões mínimos estipulados pela "ração essencial", necessitariam de uma renda familiar de cerca de 2,5 salários mínimos (11). Em síntese, tendo em conta seus comentários mais

(8) Cf. REIS, O.G. - Papel da soja nos Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição(mimeo). INAN, Diretrizes do PRONAN, 1, pág. 1 e cf. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - PRONAN, 1976/79. INAN - 06/76, Documento Técnico, orientação Social, pág. 2.

(9) Dentre estes destacamos: Ação Interinstitucional e Inter-setorial do PRONAN - Mecanismos de Aperfeiçoamento na VI Conferencia Nacional de Saúde apresentado pelo Doutor Bertoldo K.G. de Arruda, Presidente do INAN, em Brasília a 03/08/77; População e Alimentação no Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra em 09/06/78 também pelo Doutor Arruda; O Problema Alimentar e Nutricional e o PRONAN na Comissão de Saúde da Camara dos Deputados em 03/05/78 (pelo Presidente do INAN, o Doutor Bertoldo K.G. de Arruda; etc).

(10) Ibid nota (2), Nota Prévia.

(11) Ibid nota (6), pág. 4.

acima, ele constata que o problema básico é o da pobreza e sua conseqüente repercussão ao nível do acesso aos gêneros alimentícios de primeira necessidade.

Na mesma linha de interpretação de "As Sugestões..." - isto é, de que "A desnutrição está ligada à capacidade aquisitiva da população" (12) - encontramos nos Marcos de Referência do Plano Nacional de Alimentação e Nutrição (PLANAN) (13) explicitada a tese de que a subnutrição seria mantida enquanto não fossem "introduzidos mecanismos de correção na distribuição da renda direta, capazes de assegurar o repasse dos frutos do crescimento econômico a toda população" (14).

A esse respeito, o Doutor Lima, ao apresentar os antecedentes do PRONAN, coloca de forma categórica:- "O PRONAN fundamentou-se para sua realização no reconhecimento de que as precárias condições de alimentação e nutrição do País decorrem principalmente do nível de renda da população e do perfil de sua distribuição" (15).

Em suma, o diagnóstico é o seguinte: subnutrição e miséria atingem vastos contingentes da população, a baixa renda responde precipuamente por tais mazelas; e cabe ao Estado

(12) Ibid nota (2), pág. 3.

(13) Cf. PROJETO: PLANO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. Ofício nº 504/75/Bsb de 17/07/75 (mimeo). Tal projeto foi apresentado pelo Doutor Bertoldo Kruse G. de Arruda - então Presidente do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) - ao Ministro da Saúde, o Doutor Paulo de Almeida Machado, em 17/07/75. A apresentação de tal projeto pelo INAN e em consonância com a Estratégia de Desenvolvimento Social (cap. VI do II Plano Nacional de Desenvolvimento) foi previsto na criação do Sistema Nacional de Saúde.

(14) Ibid nota (13), pág. 6.

(15) Ibid nota (6), pág. 4.

agir incisivamente de modo a corrigir as "imperfeições" nos mecanismos distributivos que não asseguram automaticamente que o crescimento econômico garanta melhoria das condições de vida.

Tal diagnóstico, ao privilegiar a variável renda nos chama atenção para fatos interessantes, por exemplo, como o da oferta de alimentos que, ao que parece, teria se agravado no Brasil dada a estagnação de sua produção (16) na última década. Segundo o trabalho do Doutor Lima - recorrentemente citado - a redução da oferta frente à pressão de demanda, elevada pelo crescimento do mercado consumidor, teria feito subir os preços e agravado a situação alimentar no país (redução da disponibilidade per-capita).

Contudo, suas citações anteriores atestam, e o próprio Presidente do INAN, Doutor Kruse, em trabalho intitulado População e Alimentação apresentado em conferência no Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra, afirma que o problema alimentar não reside numa suposta escassez de recursos naturais ou de produção de alimentos (17).

Outro ponto interessante ao se privilegiar a variável renda é o confessoramento explícito de que a subnutrição também não se explica fundamentalmente por problemas de qualidade dos alimentos ingeridos.

Sobre esses dois últimos pontos, n' "As Sugestões...", de forma conclusiva encontramos a seguinte colocação: - "No Brasil ... segundo o Balanço Alimentar feito pela Comissão Nacio-

(16) Ibid nota (6), pág. 5.

(17) Ibid nota (9), pág. 26.

nal de Alimentação, a produção total de alimentos é satisfatória e a desnutrição existe não por uma insuficiência per-capita de alimentos em quantidade e qualidade" (18)

Também interessante, ao se privilegiar a variável renda, é a demonstração de que a velha e escapista tese educacional, na verdade, responde de forma insignificante à dramática situação nutricional do país.

Enfim, consideram os vários trabalhos publicados à época e o PRONAN em especial, metodologicamente, que atuar ao nível da renda da população e do perfil de sua distribuição envolve ação incisiva e abrangente, dada a dimensão social mais ampla e dramática que a envolve. De certa forma, a própria possibilidade com que foi implantado o PRONAN, a quantidade de trabalhos e seminários que foram realizados (19), o envolvimento de instituições como o INAN, Ministério da Saúde, Fundação IBGE, FINEP, COBAL, CIBRAZEN, EMBRATER, etc., o atesta. E mais:

(18) Ibid nota (2), pág. 5.

(19) Sugestões para a participação da FINEP na política de nutrição do país (FINEP/Ministério do Planejamento); População e Alimentação (Bertoldo K.G. de Arruda - Presidente do INAN, Conferência Proferida no Ciclo de Extensão da Escola Superior de Guerra em 09/06/78); Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - PRONAN, 1976/79 (Documento Técnico - 06/76); Nutrição: Política e Planejamento (Instituto de Tecnologia de Alimentos); Relatório suscinto da reunião realizada pelo INAN em Brasília, em 25 e 26 de setembro de 1974 (com participação de técnicos convidados da Fundação IBGE); O problema alimentar e nutricional e o PRONAN (Bertoldo K.G. de Arruda - Presidente do INAN, Conferência Proferida na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados em 03/05/78); Relatório Quadrienal - 1975/1978, Área: Alimentação e Nutrição (INAN, Documento Técnico-16/78, Brasília, Maio/78); Mecanismos de Aperfeiçoamento no Painel Ação Interinstitucional e Intersectorial do PRONAN (Bertoldo K. G. de Arruda - Presidente do INAN, VI Conferência Nacional de Saúde em 03/07/77); Papel da soja nos Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição (Eng. Agr. Osmar Goeden Reis, Coordenador de Orientação Técnica/INAN); etc.

um certo tom crítico - mas velado - ao padrão de crescimento anterior que não assegurou fossem distribuídos os frutos criados.

7.2 - O PRONAN: uma disceptação teórico-ideológica acerca de seus marcos conceituais e de reflexão.

É à luz do discurso examinado na seção anterior que o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) surge.

Como vimos também, localizou-se a variável renda como variável causal-explicativa da situação de miséria e subnutrição apontadas. Agora, vejamos como o PRONAN se coloca como proposta à resolução dessas questões e particularmente da última. A esse respeito, diz o Doutor Kruse, Presidente do INAN à época: - "Do mesmo modo que nas versões que vêm sendo discutidas desde dezembro p. passado |-ele se refere a dezembro de 1974-|, suas ações procuram atingir, integradamente |o grifo é meu - J.N.|, os campos relativos às três macrovariáveis intervenientes na problemática da Nutrição - a oferta, a demanda e a utilização biológica de alimentos. Mas agora se adota uma nova abordagem, concentrando-se a atuação em três grandes linhas: a suplementação alimentar, a racionalização do sistema produtor de alimentos, com ênfase no estímulo ao pequeno agricultor, e atividades complementares de apoio, particularmente as de combate às carências nutricionais específicas, de apoio a estudos e pesquisas inclusive tecnológicas e de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos" (20). Como consta do próprio PRONAN,

(20) Ibid nota (13), pág. 01.

reconhece-se assim o "amplo contexto econômico político e social" (21) que embasa a questão alimentar-nutricional no país, razão pela qual se busca fugir dos enfoques e ações ortodoxos "caracterizados pela baixa cobertura, atenção exclusiva aos grupos biologicamente vulneráveis e atuação restrita aos sistemas de educação e saúde" (22). E mais: a necessidade de que a ação desenvolvida nesses vários níveis se faça em consonância com a política de desenvolvimento social vigente" (23).

Vê-se, portanto, que tanto o PLANAN quanto o PRONAN se pretendem descontinuidades em relação às várias reflexões e ações que os precederam, e críticos, principalmente, a experiências do tipo projetos-pilotos verificadas durante o período 1970/75. Tais críticas, em verdade, se colocam como derivação da própria proposta de atacar a questão de forma integrada: vale dizer, atacar o problema da perversa distribuição da renda envolve ação sobre todos os vetores que a conformam. A esse respeito, em "As Sugestões..." encontra-se a seguinte consideração: - "É preciso considerar também que a distribuição da renda está ligada à distribuição dos serviços sanitários e médico-hospitalares, entre outros, e às condições de habitação, que agravam os problemas causados pela má nutrição e, às condições da produção de alimentos e sua distribuição..."(24). Em outro documento do INAN encontramos a mesma linha de argumentação; nele, lê-se o seguinte: - "As diretrizes do PRONAN

(21) Cf. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO. INAN, item I.1 (Orientação de Política Social), pag. 2

(22) Ibid nota (21), pág. 2.

(23) Ibid nota (13), pág. 1.

(24) Ibid nota (2), pág. 3. Outro trabalho também oficial no qual se pode ler tal tese é o Nutrição: Política e Planejamento (mimeo) do Instituto de Tecnologia e Alimentos, pag. 1.

foram estabelecidas a partir da ótica de que as medidas de desenvolvimento social não se devem restringir a uma área estanque e residual, onde apenas se trataria de minorar os danos que, muitas vezes, decorrem do livre curso do processo de crescimento econômico |o grifo é meu - J.N.|" (25). Detenhamo-nos um pouco neste último discurso.

Em primeiro lugar, sublinhe-se o caráter reiteradamente crítico aos projetos pilotos caracteristicamente estanques, residuais e não abrangentes (26) e a ênfase à visão de que - sistemicamente - a questão da desnutrição e a distribuição da renda - enquanto determinante - envolvem inúmeras variáveis que devem ser agrupadas para que se possa ter uma vi-

(25) Cf. RELATÓRIO QUADRIENAL - 1975/78, ÁREA: Alimentação e Nutrição. INAN, Documento Técnico 16/78, Brasília, Meio/78. (mimeo), Marcos Conceituais, pág. 1.

(26) N'As Sugestões para a participação da FINEP na política de nutrição no país encontramos o mesmo tom crítico. Afirma-se o seguinte:- "Os programas de interferência direta na alimentação das famílias subnutridas, tais como CNAE, Centros de Recuperação Nutricional etc., têm pouca eficácia, e não devem ser consideradas como solução única, pois só atingem a algumas pessoas e ainda assim, temporariamente. Tratam a subnutrição como um problema alimentar, deixando de lado seus aspectos econômicos e sociais que são na verdade as suas causas básicas.

A política deveria estar baseada antes de tudo na multidimensionalidade do fenômeno tratado. Deveria dar possibilidades aos grupos subnutridos ou com riscos, não só de se alimentarem melhor, mas de terem também melhores condições de vida (saúde, habitação, serviços sanitários e médico-hospitalares, etc.)" (pág. 14).

O próprio Doutor Kruse em trabalho apresentado na VI Conferência Nacional de Saúde denominado Ação Interamericana e Intersectorial do PRONAN - Mecanismos de Aperfeiçoamento também defende a mesma concepção. Deixemo-lo explicar: - "Na concepção do PRONAN não foi aceita a diretriz de atuação "experimental", com pequenos contingentes de indivíduos escolhidos entre o total dos necessitados. Claramente foi rejeitada a metodologia enganosa e discriminatória dos projetos que se eternizam como "pilotos, uma vez que se constituem em custosos experimentos, difíceis de serem generalizados" (pág. 05).

são de conjunto e conseqüentemente, atuação eficaz. Tal visão - retirando a pré-concepção mecânica de que a totalidade social é o resultado da agregação das várias variáveis - é interessante num certo sentido, qual seja: o de que a questão é realmente ampla e complexa.

Em segundo lugar a recorrência à ortodoxia econômica como no caso da expressão livre curso do processo de crescimento econômico. Esta ótica de análise confere ao desenvolvimento capitalista uma dupla face: crescimento econômico e desenvolvimento social (27).

O primeiro é concebido com um "deus ex-machina" de vida própria e autônoma, que independe da vontade dos homens e goza de certa liberdade frente aos vários segmentos sociais. Em suma, seria quase que incontrollável e não se submeteria às deliberações técnicas. O segundo, o desenvolvimento social, está na dependência da ação profícua do bom-Estado frente às manifestações espontâneas do primeiro; este seria o caso do governo Geisel.

(27) Outra não é a colocação do Doutor Bertoldo Kruse G. de Ardua em trabalho intitulado População e Alimentação e apresentado em Conferência no Ciclo de Extensão da ESG (09/06/78). Diz ele: - "Vê-se, então que o processo de desenvolvimento econômico e social propende a ser obstaculizado por alguns fatores" (Introdução, pág.02). Quais? Segundo ele pelos grandes contingentes populacionais, pela desnutrição e mortalidade. Qual a lógica desta argumentação? É simples, ela lista alguns elementos como se estes fossem "externos" ao processo de desenvolvimento econômico e não como manifestações da natureza e lógica deste mesmo desenvolvimento. Em verdade, no limite, é um raciocínio da mesma linhagem do círculo vicioso da pobreza e tanto, que na hora de romper a tautologia ele busca sair pelo elo mais fraco, ou seja, os próprios afetados e não a natureza francamente excludente de nosso capitalismo. Uma saída para este tipo de análise seria que se confirmasse o declínio da taxa de natalidade, como se a questão fosse de excesso populacional e não de problemas de nossa organização social. É o ataque pelo elo mais fraco (Introdução, págs. 01/08).

Contudo, como sabemos, o que existe é o desenvolvimento capitalista e este, por sua vez, deve ser pensado na sua concreção particular em cada formação social. Aprofundando um pouco mais, deve-se ter em conta que tal desenvolvimento, nessa sua particularidade, exprime um conjunto de interesses existentes na formação social e relações dinâmicas gerais e específicas com o externo. Ora, se assim o é, inconcebível pensá-lo tão esquematicamente: o crescimento próprio é independente das estruturas sociais e o desenvolvimento social como estando na estrita dependência do bom-Estado que visará a corrigir os "defeitos" e "imperfeições" do primeiro.

Queremos dizer com tais comentários, em sintese, que as políticas sociais não podem ser desconectadas das estruturas sociais e de seus momentos históricos, pois, caso o façam, se furtam à discussão da natureza (exemplificando) do desenvolvimento capitalista em nosso país e da do regime político prevalente nos anos anteriores.

Outro ponto interessante do estilo de reflexão da política alimentar-nutricional pós-75 refere-se ao fato de no próprio PLANAN falar-se em "política de desenvolvimento vigente" e de o próprio PRONAN se colocar em sua linha de frente adicionando, contudo, que os mecanismos distributivos diretos devem ser introduzidos a fim de que os frutos do crescimento econômico sejam efetivamente repassados. Nesse sentido, em que pese propor-se a integrar o PRONAN no conjunto da política de desenvolvimento social vigente, reconhece que constitui, em verdade, um programa emergencial. De outro lado, afirma-se em documentos oficiais do próprio INAN a expectativa de que, pelo menos em médio (ou mesmo longo) prazo esta séria problemática possa estar resolvida pela ação eficaz do Programa.

Como se opera tal contradição? O Doutor Lima a explica da seguinte forma; diz ele:- "propôs-se o PRONAN a atuar conjugada e simultaneamente em duas linhas principais:

A primeira, de curto prazo, sabido que as diversas medidas de modificações dos insatisfatórios níveis e graus de distribuição de renda, citadas na Estratégia de desenvolvimento Social do governo brasileiro, não podem lograr resultados imediatos, objetivava uma atuação de natureza emergencial e transitória: a suplementação alimentar. Esta, sem constituir solução para os fatores geradores da desnutrição como fenômeno social, poderia, no entanto, contribuir para minorar suas consequências...

A segunda, de médio/longo prazo, definida a partir da decisão de realizar o abastecimento dos programas de suplementação, preferencialmente com aquisições diretas aos pequenos produtores, responsáveis pela produção de cerca de 60% dos alimentos básicos: estímulo à racionalização de sistemas de produção e comercialização dos alimentos básicos consagrados pelos hábitos alimentares das populações de baixa renda" (28).

"Esse enfoque global |o grifo é meu - J.N.| parte do princípio de que a melhoria das condições nutricionais de uma população depende da redução dos custos da produção e comercialização dos alimentos básicos e da melhor distribuição da renda" (29).

Em suma, dado o diagnóstico acima - global - fica patente a concepção de que a questão não só é grave e que na

(28) Ibid nota (6), págs. 1/2.

(29) Ibid nota (21), Orientação de Política Social, pág. 4.

medida que complexa, obriga a adoção de medidas emergenciais (de curto prazo) e de outras, cujos resultados serão obtidos em prazo mais demorado.

Interessante também examinar a concepção acerca da insuficiência da renda. Tal questão, como temos visto, tem sido colocada como determinante maior das mazelas que afligem os vastos contingentes da população brasileira e isto, devido ao seu perfil distributivo. Vale dizer: tais mazelas se apresentam como resultado de problemas nos mecanismos da partição social da riqueza criada.

Esta opção analítica, contudo, implicitamente, se traduz num certo deslocamento da questão central. Isto, porque ao localizar ao nível do diagnóstico acima, a citada problemática na órbita da circulação à jusante à tese do livre curso do crescimento econômico, permite-se negligenciar mais uma vez a "perversa" história brasileira recente - embora, registre-se, ao nível das propostas mencione a questão da produção de alimentos, comercialização, monopólio e monopsonios que atuam na área, etc. (30).

Explicando melhor, o que queremos dizer é que a renda é apenas a manifestação última de inserções determinadas dos vários agentes sociais nas atividades econômicas e que são exatamente essas inserções que em verdade devem ser explicadas e não suas exteriorizações.

Dentro da mesma linha do negligenciamento acima, coloca-se que a "curva de distribuição de alimentos acompanha

(30) Ibid nota (6), págs. 5/6.

muito de perto - com forte correlação - a curva de distribuição de renda" (31) como se tal fato dispusesse efetivamente de maior capacidade explicativa. Esquece-se nestes casos de dizer que tal fato - e sua obviedade - são manifestações/criaturas da mesma realidade social. Nesse sentido, o apelo a essa técnica redonda praticamente nulo do ponto de vista que se deveria perseguir, isto é, explicar a questão.

Acreditamos que tal enredamento, em verdade, demonstra um certo gosto do uso da técnica pela técnica (como um fim em si mesmo) e não como instrumento de explicação. Sobre esse aspecto, destaque-se ainda, que com explicações nesta linha, acaba-se por mistificar o real, ao invés de eludí-lo. E o que é pior, sob as veste ilibadas do aparente cientificismo; surpreendente, entretanto, não fosse assim (como dizia um célebre alemão do século passado ao comentar o fato de que as ciências sociais só se afirmam na medida que a essência e aparência das coisas não se confundem).

Outra interpretação que merece destaque nos é apresentada pelo então Presidente do INAN quando diz que "saúde, nutrição e desenvolvimento econômico-social são conceitos estreitamente vinculados" (32). Com mais detalhes coloca: "Em sendo o homem o objetivo maior de todos os planos de desenvolvi-mento do nosso país, em torno dele deve girar qualquer intento que vise lograr modificações que conduzem à sua sobrevivência eficiente e produtiva. E se o fundamental para o desenvolvi-

(31) Ibid nota (13), Marcos de Referência, pág. 06.

(32) Cf. GRANDE, ARRUDA, B.K. - Ação Interinstitucional e Intertersetorial do PRONAN - Mecanismos de Aperfeiçoamento. INAN/Ministerio da Saude, VI Conferencia Nacional de Saú-de, Brasília, 03/08/77, pág. 01.

mento é o homem, a nutrição é o meio indispensável para alcançá-lo, de vez que a capacidade do homem para desenvolver energia física e mental está subordinada ao valor energético da dieta que ingere" (33). Ou seja, o homem subnutrido é obstáculo ao desenvolvimento econômico; em outras palavras, é o responsável pelo "atraso".

Razoavelmente claro que tal concepção, de forte ranço conservador, cruza-se com matrizes de mesma linhagem como as do círculo vicioso da miséria e capital humano. Tais matrizes, como sabemos, têm sido objeto de inúmeras críticas no plano teórico e de demonstrações da própria realidade de sua falaciosidade e ridículo, razão pela qual não nos ateremos aqui a elas (34).

Acreditamos, em suma, que esses são os marcos conceituais e de reflexão que permearam o debate do período durante o qual o PRONAN foi o grande destaque. Por fim registre-se no período, a recorrência a alguns dos veios analíticos que já haviam sido enunciados na primeira metade da década.

(53) Ibid nota (32), pág. 02.

(34) Tais concepções têm valido muito mais como justificativa de "status quo" e o que é pior, de imputação aos que mais sofrem as injustiças sociais, a responsabilidade pela situação por que passam. Para fazê-lo, contudo, como é óbvio, vêem o subdesenvolvimento como etapa, desconsideram as análises mais sérias sobre a formação e desenvolvimento das estruturas sociais e de poder que dão conteúdo e significado ao tecido social: em suma, com os ideólogos que defendem tais posições - salvo raríssimas exceções, inúteis argumentos científicos; a eles, lhes bastam as recompensas por defendê-las. Críticas bastante pertinentes sobre as concepções acima podem ser encontradas no trabalho Desnutrição e Estrutura Social Brasileira - um ensaio de interpretação de Luci Moreira da Silva, Tese de Doutorado, Departamento de Medicina da Fac. de Med. da USP, S.P., 1979, cap. I, item 3.2 e 3.3.

7.3 - o PRONAN e suas linhas de ação: alguns comentários - o diagnóstico implícito.

As linhas de ação constantes do PRONAN são três: a suplementação alimentar, a racionalização dos sistemas de produção de alimentos, com ênfase no estímulo ao pequeno produtor e às atividades de complementação e apoio (35).

A suplementação alimentar se orienta às gestantes, nutrízes, crianças de 0 a 6 anos, escolares de 7 a 14 anos e trabalhadores através de seus vários sub-programas (36). Ou como diz o próprio PRONAN, ela se orienta aos "grupos socialmente vulneráveis" entendidos como aqueles com renda situada abaixo de dois salários mínimos.

Tal linha, em verdade, significava o marco maior do reconhecimento da vasta miséria e subnutrição a que estava afetada a grande maioria dos brasileiros, que, como se sabe, ganham exatamente menos que aquele valor. Fica reconhecido assim, mais uma vez, quão dramática é a situação nutricional (e de miséria) à época no Brasil. Reforçando ainda mais tal diagnóstico, vale lembrar que do total de recursos do PRONAN para o quadriênio 1976/1979, 30,7 bilhões, 19,9 estavam previstos para serem gastos nos sub-programas de suplementação alimentar.

Em síntese, a suplementação alimentar (como foi dito no item 7.2 deste capítulo) constituía no interior do PRONAN, a proposta - posto que emergencial - de curto prazo que operaria no sentido de evitar que o progressivo estiolamento do po-

(35) Vide ANEXO

(36) Ibid nota (35).

vo brasileiro tivesse curso.

Como fazê-lo, contudo, efetivamente? Comprando os 19,9 bilhões de cruzeiros junto aos pequenos e médios produtores que, em conjunto, constituem os grandes ofertantes de alimentos para o consumo interno, chegando mesmo, a serem "responsáveis" pela produção de cerca de 60% dos alimentos básicos" (37).

Não bastaria, entretanto, segundo o PRONAN, apenas comprar alimentos aos pequenos e médios produtores e repassá-los aos "grupos socialmente vulneráveis". Era preciso mais; era preciso criar condições para que tal oferta se realizasse em maior escala, com preços menores e melhor qualidade de tal modo que as duas misérias - urbana e rural - fossem resolvidas de forma significativa.

No que se refere à segunda linha, vejamos como o próprio PRONAN a ela se refere: - "Os alimentos básicos de interesse fundamental do PRONAN são produzidos; em grande parte, pelos pequenos e médios produtores rurais, precisamente um dos segmentos menos protegidos e organizados do sistema econômico-social brasileiro.

As políticas adotadas no País, como vistas ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, estão voltadas prioritariamente para a maximização da produção de matérias-primas exportáveis e de produtos destinados aos grandes centros urbanos. Com efeito, o crédito agrícola está organizado para atender quase que exclusivamente ao grande proprietário e a assis-

(37) Ibid nota (6), pág. 2.

tência técnica não se estende eficazmente ao pequeno produtor...

Privados de apoio técnico e financeiro, dispersos, socialmente desorganizados e desencorajados pelas dificuldades de comercialização dos seus excedentes, os pequenos produtores limitam cada vez mais a sua atividade às culturas de subsistência, além de terem sua capacidade de produção prejudicada pelo uso inadequado dos solos a que têm acesso.

Este quadro precário, que caracteriza o baixo nível de vida da classe rural, tem consequências diretas na sua alimentação insuficiente e desequilibrada, além de prejudicar o abastecimento geral do mercado de alimentos, sujeito a variações imprevisíveis das ofertas estacionais, com a consequente flutuação dos preços, controlados apenas pelos agentes comerciais de intermediação" (38).

Reitere-se, portanto, a visão do PRONAN de que atuando sobre as variáveis acima (crédito, assistência técnica e financeira, etc.) possibilitaria, no curto prazo, conter o estio lamentado mencionado, ao mesmo tempo que a adoção de medidas na linha segunda garantiria a obtenção dos resultados mais profundos.

Detalhando um pouco mais a proposta acima, nos parecem esclarecedores os comentários desenvolvidos pelo Doutor Lima a respeito disso, diz ele que assim, ter-se-ia estabelecido uma equação que liga os mais pobres do campo aos da cidade na

(38) Ibid nota (21), págs. 21/22.

medida que o PRONAN "atuaria nos dois membros desta equação: comprando alimentos diretamente aos mais carentes do campo, sem intermediações, pagando preços estimulantes, aumentando assim suas possibilidades de desenvolvimento econômico e possibilitando que os alimentos cheguem ao destino final (o mercado geral e as instituições de suplementação alimentar) a preços menores" (39).

Visar-se-ia deste modo, prossegue ele, "promover a desconcentração da renda na mesma fase em que esta é gerada (comprando os alimentos que são utilizados nos subprogramas de suplementação alimentar diretamente aos pequenos e médios produtores de regiões deprimidas); promover aumentos reais na renda direta de toda população (através de sua proposta de estimular a produção e racionalizar a comercialização dos alimentos básicos, torna-se-ia possível uma oferta mais abundante destes e ainda, pela diminuição dos elos de intermediação seria factível atuar favoravelmente na formação de preços); e realizar atividades emergenciais e transitórias voltadas à suplementação alimentar de grupos socialmente vulneráveis, como uma resposta considerada válida, durante a maturação de transformações efetivas das condições sociais prevalecentes" (40).

Em síntese: urge medidas emergenciais (a suplementação alimentar), os pequenos e médios produtores estão totalmente abandonados, a adoção do Programa implicará a melhoria dos níveis de renda de toda a população, combater-se-ão os "intermediários inescrupulosos" (41), alterar-se-ão mecanismos de for-

(39) Ibid nota (6), pág. 2.

(40) Ibid nota (6), pág. 3.

(41) Ibid nota (13), pág. 3.

mação de preços, etc.

Uma primeira ordem de comentário prende-se à concepção da dinamização da economia a partir da maior oferta, queda nos preços e liberação de poder de compra. Esta versão otimista - é bastante esdrúxula, pois além de advogar preços flexíveis para baixo, dado uma maior oferta numa fase completamente diferente da do capitalismo do século XIX, ainda incorpora o Estado, como "entidade" que garantiria o livre funcionamento de tal mercado.

Outro ponto interessante é a crítica explícita ao caráter "perverso" e excludente do padrão de desenvolvimento anterior, destacando a penosa situação dos pequenos produtores e a política econômica que privilegia os monopsonios que atuam na economia brasileira e os produtos exportáveis.

Sublinhe-se da estratégia central a ênfase irrealista da dinamização do mercado interno através da liberação de poder de compra das camadas médias de rendas ao se baratear o preço dos gêneros de primeira necessidade; ênfase esta, aliás consoante com o próprio II PND (42).

Por fim, vale a colocação da indagação acerca de o PRONAN ter como proposta básica a atuação sobre as camadas mais baixas de renda, tanto urbanas quanto rurais. Por que a preocupação com as massas miseráveis se coloca de forma tão destacada no âmbito do Estado no governo Geisel?

Antes de tratarmos, contudo, da questão acima, um breve comentário sobre a terceira linha de ação do PRONAN, as

(42) Cf. LESSA, C. - A Estratégia de Desenvolvimento 1974-1976 - Sonho e Fracasso. Tese de Titular, FEA/UFRJ, R.J., 1978, cap. primeiro, em especial o item 2.

atividades de complementação e apoio. Estas eram as seguintes: combate às carências nutricionais específicas, através de enriquecimento de alimentos; desenvolvimento de tecnologia de alimentos de baixo custo e adequado valor nutricional e incentivos à sua industrialização e consumo; estudos e pesquisas em alimentação e nutrição; capacitação de recursos humanos; e implantação e implementação da rede de postos de distribuição dos projetos de suplementação alimentar (43).

Conforme consta acima, na "área da pesquisa destaca-se a investigação visando o desenvolvimento de tecnologia para obtenção de alimentos de baixo custo e elevado valor nutricional" (44). Objetivava-se também que "os hábitos alimentares já estabelecidos" (45) fossem respeitados. Contudo, no item 2.4 das "Atividades de Complementação e Apoio" (46), encontramos expresso que a "Estratégia" a ser adotada "apóia-se no pressuposto de que a moderna tecnologia de processamento e industrialização de alimentos permite oferecer alternativas de fabricação, enriquecimento, concentração e comercialização, a baixo preço, de alimentos capazes de contribuir na modificação de hábitos alimentares e, conseqüentemente, na elevação dos padrões nutricionais da população" (47). Contradição à parte, reitera-se a argumentação de que a elevação da produtividade na etapa monopólica do capitalismo tenha como contrapartida queda de preços.

(43) Ibid nota (21), Sumário

(44) Ibid nota (21), pág. 5.

(45) Ibid nota (13), pág. 33.

(46) Ibid nota (13), pág. 35.

(47) Ibid nota (13), págs. 35/36.

Feitos estes comentários, voltemos à indagação feita mais acima: por que a preocupação com as massas miseráveis se coloca de forma tão destacada no âmbito do Estado no governo Geisel chegando a ser contemplada com a edição de um programa como o PRONAN?

Como ficou evidenciado no item anterior desta seção o PRONAN, em certa medida, é o enfeixe de alguns verios analíticos que vêm de antes, tais como: Estado enquanto resolutor da questão social, questão social identificada com problemas nos mecanismos da distribuição da renda, abordagem sistêmica e multidisciplinaridade, crítica ao padrão de crescimento anterior, etc.

Como foi dito - também no item anterior desta seção - pelo próprio Doutor Kruse a questão da subnutrição - e também pelo PRONAN - não se deve à diminuição per-capita da oferta de alimentos e nem à qualidade dos gêneros alimentícios ingeridos.

De onde estão provém a causa explicitada do PRONAN? Que razões teriam levado a que uma proposta surgida nas mãos de tecnocratas fosse assumida pelo Estado e implementada? A nosso juízo, tais razões devem ser buscadas num certo movimento do Estado. Recuperemos então esse movimento.

Conforme sabemos, no governo Costa e Silva, desenvolveram-se críticas aos programas de estabilização e a confiança incontida do ex-ministro Roberto Campos no funcionamento das livres forças de mercado. De certa forma, implicitamente, o que se estava dizendo é que aqueles programas falharam (não resolveram sequer a questão do controle de preços) e que o mercado livre não é garantidor do desenvolvimento econô

mico nem da estabilidade social. Fala-se aí em "humanização da revolução", que o "desenvolvimento econômico pressupõe consenso e consulta a todos os segmentos sociais", etc.

Em síntese: que uma economia sólida não se constrói na linha vigente no período 1964/66 e que muito menos uma nação politicamente estável; em vista disso, que o Estado é o fiador da consecução de tais fins.

Com o governo do General Médici (1968/73), o A.I.-5 e o "milagre econômico" novos contornos se delineiam; a partir daí, o Estado delega ao expansivismo o papel de resolvidor da questão social. Contudo, o caráter excludente do "modelo" de então - é sabido - não só não resolveu a questão social, como a dramatizou sobremodo.

Ora, o que herda neste sentido o governo Geisel (1974/79)? No plano social, uma realidade reconhecidamente dramática, fruto - segundo o governo Geisel - de uma imperiosa priorização de crescimento econômico como a verificada no período anterior; no plano econômico, a reversão do ciclo expansivo anterior e no plano político, descontentamentos vários, atinentes à excludência e elitismo do chamado sistema.

E a que se propõe o governo Geisel neste quadro? Simplesmente "atualizar as potencialidades da nação presidindo seu último salto para o ingresso definitivo no reduzido elenco de economias desenvolvidas" (48). Segundo Lessa - a quem seguimos para as afirmações adiante - neste momento, o Estado brasileiro busca, em verdade, retomar o velho sonho do projeto

(48) Ibid nota (42), Apresentação.

nacional-burguês dos anos 50, só que agora numa perspectiva autoritária. Isto é, caberia ao Estado, segundo a rationale expressa de forma sistematizada no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), construir o capitalismo em moldes nacionais para o povo e sem o povo.

No plano econômico, pretendia-se um novo padrão de industrialização e a correção dos desbalanceamentos da organização industrial. Em outras palavras: conferir o papel de centro motor da dinâmica capitalista no Brasil à grande empresa nacional e, em simultâneo, internalizar o desenvolvimento tecnológico e interiorizar o desenvolvimento econômico por outros centros que não São Paulo.

No plano político tal intenção poderia ser lida como a expressão acabada do arbítrio que estava no ar de há muito; tanto que chega a desconsiderar os interesses maiores do grande capital internacional numa economia já totalmente internacionalizada (49). Construir a nação era a tarefa maior do Estado.

E por último, no plano social, construir a nação significaria construir o próprio homem brasileiro. Fazendo isso, legitimava no presente a si mesmo, Estado, ao mesmo tempo que a estabilizava, a nação, para o futuro.

A nosso juízo, é no interior deste quadro que o PRONAN, como uma das pontas do futuro, ganha sentido e se mostra, definitivamente, como enfeixe do movimento político e das reflexões teóricas examinados.

(49) Ibid nota (42), Apresentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos de reconstituir a história das reflexões e/ou ações registradas no âmbito do Estado acerca da problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora. Longo foi o período examinado. Várias as conjunturas (periodizações) delineadas. Diversos os "fios" analíticos propostos.

Nestas considerações finais, cremos ser necessário, de forma sintética, recuperar os principais pontos desenvolvidos no decorrer do estudo. Tal recuperação permitirá que realcemos, sistematicamente, alguns aspectos até aqui não explicitados.

O nosso ponto de partida foram os anos 30. Foi neles que localizamos os primeiros registros na agenda do Estado sobre a problemática alimentar-nutricional da classe trabalhadora.

Contudo, à medida que íamos localizando e analisando tais registros, uma questão foi se colocando: por que só nos anos 30 a citada problemática foi contemplada pelo Estado (ou melhor, por algumas de suas agências)? A resposta, fomos buscá-la na sociedade brasileira do período 1880-1930.

Para tal, inicialmente, centramos nosso foco de análise na dinâmica de acumulação de capital característica desses anos. Mostramos então, que tal acumulação - comandada pelo capital mercantil -, pela sua própria especificidade, impunha limites precisos e intransponíveis a si mesma e, conseqüentemente, ao próprio padrão de desenvolvimento do qual era substrato.

À luz desta dinâmica, apontamos ainda o processo de constituição e diferenciação de um circuito industrial - subordinado - e, na "ponta" deste, para o aparecimento da burguesia industrial e do proletariado. Vimos ademais que a expansão da economia cafeeira e a urbanização - parte desta não explicada, pelo menos diretamente, por aquela expansão - implicaram uma crescente transformação e diversificação do tecido social brasileiro que se materializou na apresentação à arena política de novos atores sociais, tais como: os profissionais ligados às atividades do Estado, civis e militares; os empregados em serviços e profissionais liberais não ligados à exportação; as massas miseráveis rurais; etc. Além destes, em vista do processo apontado mais acima, reitera-se que na arena política mencionada estão também presentes a própria burguesia industrial e o proletariado.

Tendo em conta estes fatos (ou seja, a dinâmica de acumulação de capital e a transformação e diversificação do tecido social brasileiro), analisamos dois outros pontos: as quebras horizontais no pacto oligárquico e a exteriorização de conflitos verticais. O primeiro desses pontos foi explicado a partir da referida dinâmica. A argumentação desenvolvida foi a de que a impossibilidade da reconversão crescente das massas de capital - dinheiro em novos plantios e mesmo em capacidade industrial - expressão da natureza do processo de acumulação de capital - impeliu as várias frações da burguesia cafeeira, ao buscarem resolver isoladamente os problemas concretos da valorização de seus capitais junto ao Estado, a romperem com o sistema de alianças que lhes consagrava hegemonia.

Foi a este processo que denominamos quebras horizontais no pacto oligárquico. E foi no seu bojo, como vimos

no CAPÍTULO I, que, dada a maior complexidade do tecido social brasileiro, abriram-se os espaços para uma clara contestação da hegemonia da burguesia cafeeira e para que conflitos verticais - o segundo dos pontos acima se exteriorizassem.

Posteriormente, mostramos que tal exteriorização, por sua vez, desglosou uma questão da maior relevância para efeito desta dissertação: a apresentação à arena política das massas trabalhadoras urbanas. E a seguir, que em 1930, o Estado reconhece essas massas como ator político e conseqüentemente, a sua problemática social.

No que tange ao reconhecimento referido - dada a sua complexidade analítica e a impossibilidade de enquadrá-lo nos limites deste trabalho -, nos pareceu, preliminarmente, como apontamos no capítulo em pauta, que razões de ordem política o explicaram. A idéia central, como vimos, foi a de que com a ausência de hegemonia aberta em 1930, o Estado varguista, como se fora um "Estado de Transição", considera a presença das massas trabalhadoras urbanas na arena política, não pela força destas (em verdade, encontravam-se politicamente frágeis e sob os rigores de uma crise), mas sim, porque sua participação "não podia se ampliar sem transformar-se rapidamente em ameaça a uma ordem precariamente mantida". Finalmente, apontamos para as legislações trabalhistas como expressões-síntese da ação do Estado à luz desse quadro. Isto é, como a ação que o Estado privilegia para fazer frente à questão social das massas trabalhadoras urbanas e, em simultâneo, para fixar limites precisos às ações destas. Nesse sentido, a natureza dúplice das legislações trabalhistas ao conceder vantagens reais de modo a cooptar suas ações, mais do que revelar sua própria natureza, teria revelado a própria natureza intrincada do jogo político en

tão travado.

De qualquer forma, em 1930, na agenda do (novo) Estado, um inegável problema social: o das massas trabalhadoras urbanas.

Feito este "pêriplo" voltemos ao que é o nosso objeto central de análise.

Nos anos 30, é verdade, as legislações trabalhistas foram o meio privilegiado pelo Estado para fazer frente à problemática social das massas trabalhadoras urbanas. Contudo, apesar do peso de tais legislações à época, foi também nesses anos que localizamos os primeiros registros sobre a problemática em exame.

Como vimos, tais registros foram localizados no interior de alguns inquéritos sobre condições de vida realizados por agências do Estado junto a segmentos da população trabalhadora urbana.

As conclusões apresentadas por esses inquéritos foram as seguintes: a situação de vida dos grupos examinados e possivelmente dos trabalhadores em geral, era das mais dramáticas; reconhecimento da primacialidade determinativa sobre tal situação das "restrições econômicas" enfrentadas pelos trabalhadores, embora, ao mesmo tempo, conferissem certo privilégio à tese da ignorância destes quanto aos princípios básicos de alimentação e higiene; referidos basicamente ao pólo de maior dinamismo da economia brasileira, São Paulo, e portanto, de maior concentração da população trabalhadora: e, chamamento ao Estado como "entidade" única que poderia "contrarrestar" as péssimas condições de vida exteriorizadas nos itens

examinados.

Apontamos então, que embora como um desses itens, a questão alimentar-nutricional da referida população não chegou a ser recortada de modo a ganhar individualmente temática; ao contrário, que apareceu diluída dentre aqueles itens. E também, que à luz da enorme efervescência e transformação sociais que marcaram a subida de Getúlio ao poder não era de estranhar que a questão da alimentação do trabalhador não tivesse sido contemplada. Em verdade, no que tange ao trabalhador, as preocupações básicas do Estado eram as de adotar medidas que o cooptassem e controlassem e estas, naquela conjuntura, como foi examinado, não passavam pela questão de sua alimentação. Em suma, que seria errôneo esperar que o Estado que emerge com Getúlio fosse se ocupar com esta questão: a edição de legislações trabalhistas regulamentando as relações entre compradores e vendedores de força de trabalho, na linha da cooptação e controle destes últimos, era muito mais relevante para o citado Estado.

E por último, à luz desse quadro, que a natureza claramente epifenomênica dos inquéritos realizados apontaram também, em algum grau, ao nível do Estado, para uma certa curiosidade - "pari passu" a adoção de medidas de controle - em investigar as massas trabalhadoras urbanas e sua problemática social - registradas em sua agenda - de modo a conhecê-las melhor para efeito de uma ação mais "eficaz" sobre elas.

A partir do final dos anos 30, entretanto, a questão alimentar-nutricional do agente social acima ganha novos contornos. O Estado adota algumas medidas específicas. O enfoque das reflexões e/ou ações verificadas é mais abrangente e

seu "locus" menos determinado espacialmente. No período precedente, como descrevemos, a única linha registrada no âmbito do Estado foram as pesquisas sobre condições de vida; nesse, as linhas de reflexão e de ação se ampliam consideravelmente.

Em verdade, como vimos no capítulo III, a partir aproximadamente de 1937, não somente o tema ocupa espaço na agenda do Estado, como ganha peso e estatuto autônomo. Contudo, que ainda assim, os resultados obtidos do ponto de vista estrito das populações referidas/afetadas ficaram bastante aquém, relativamente, do que poderia sugerir a simples leitura da retórica discursiva dos inúmeros trabalhos publicados na época.

À luz dos comentários acima, apontamos três níveis de determinação que explicariam o porquê do destaque do tema no período: a economia de guerra, a complementação/disciplinarização da força de trabalho "prioritária" e o discurso nacionalista.

No que se refere ao primeiro, mostramos que, com a guerra, os fluxos do comércio internacional ao se alterarem, afetaram drasticamente a economia brasileira, criando, dentre outros, sérios problemas de abastecimento; problemas estes, atinentes não só aos grandes centros urbanos, como também às indústrias civis e militares.

Ora, se temos em conta a própria guerra, o estreitamento das relações do Brasil com os EUA, o projeto modernizante da ditadura varguista e o peso da corporação castrense ao nível do Estado naquela conjuntura, fica claro que aqueles problemas teriam de levá-lo - como levou - a adotar medidas concretas.

Para tal, sublinhamos o papel exercido pela Coordenação da Mobilização Econômica que, como super-ministério, controlava preços, racionalizava a produção e o uso de bens de consumo, e em especial, dos gêneros alimentícios, bem como de materiais à indústria (particularmente, a bélica), de modo a garantir um abastecimento satisfatório. Ou seja, suas preocupações e ações se orientavam para a criação de condições tais que impossibilitassem uma grave desorganização de vida econômica do país e para o atendimento das necessidades de defesa nacional - aspecto este, o último, que suspeitamos lhe fosse o essencial.

As Missões americanas que vieram ao país nos anos de guerra também se referiram ao problema do abastecimento. Neelas encontramos inclusive algumas referências, se bem que marginais, acerca da questão alimentar e de fornecimento de víveres de primeira necessidade. Contudo, claramente, não eram estas as suas preocupações centrais. Fundamentalmente, objetivavam criar algumas condições e fornecer "ajudas" que acelerassem a nossa "industrialização" e atenuassem, em curto prazo, os problemas decorrentes da situação emergencial de guerra, de tal modo que a capacidade ofensiva dos dois países não se visse prejudicada. Este foi o aspecto central das preocupações americanas com o Brasil ao nível das Missões.

A circunstancialidade delas ficou provada com o fim da guerra. Com ele, os interesses e preocupações americanas desapareceram; a reconstrução européia lhes era infinitamente mais importante.

Para o governo brasileiro, entretanto, apesar das possíveis preocupações centrais da Coordenação da Mobilização

Econômica e dos aspectos contemplados pelas Missões não privilegiarem a questão da alimentação popular, não tinha ele - governo - como desconsiderá-la. A economia de guerra, ao salientar o problema do abastecimento interno, em simultâneo, por si só, desglosa a questão do abastecimento alimentar, principal - mente, ao meio urbano.

O fato das reflexões e/ou ações acerca da referida questão terem ficado concentradas ao nível da efêmera Coordenação, mostrou também a transitoriedade delas. Mostrou ainda, por outro lado, dada a importância da citada Coordenação à época, que as acentuadas privações inflingidas ao povo brasileiro foram reconhecidas oficialmente.

Este foi o primeiro dos níveis de determinação/explicação acerca da importância do tema da alimentação da população trabalhadora na agenda do Estado no período.

No que se refere ao segundo nível de determinação, a complementação/disciplinarização da força de trabalho "prioritária", como apontamos, o meio utilizado para tais fins foi o dos serviços de restaurantes instalados pelo Estado ou de refeitórios pelas fábricas. Como desenvolvemos, a nosso juízo, eles não tiveram importância apenas pelo lado da alimentação do trabalhador. Em realidade, contribuíram também para a disciplinarização e "normalidade" do processo de trabalho.

Tais serviços e refeitórios, ao atuarem ao nível da canastra básica de consumo dos trabalhadores lhes propiciava uma alimentação mais barata e quiçá, mais racional. No mesmo movimento, e isto nos parece decisivo, operavam no sentido de criar - ao interpelar os trabalhadores no seu universo básico, a fábrica - uma espécie de cultura fabril. Vale dizer, a par

de se intentar alimentar ao trabalhador no interior da fábrica, operava-se, em simultâneo, no sentido - sem entrar no mérito da intencionalidades - da construção de certos valores que o compromissasse com o mundo da indústria e que a associasse com desenvolvimento econômico, melhoria das condições de vida e nação.

Por detrás disto, obviamente, revelava-se a concepção de "modernização autoritária". Isto é, na medida que o Estado se pretendia sujeito do processo social e o proletariado, o objeto a ser por ele, Estado, construído.

Do ponto de vista do Estado, o fortalecimento dessa linha, assistencialista e de caráter proto-populista, cruzava-se com a idéia de controle da massa operária. Vale lembrar nesse sentido a existência de alguns conflitos verticais latentes na base da sociedade, os ecos ainda ressonantes ao nível do Estado do evento conhecido como Intentona Comunista e a própria ascensão do movimento de massas promovido na linha do integralismo.

Do ponto de vista do capitalista, a alimentação seletiva cumpria papel de normalizar as relações entre compradores e vendedores de força de trabalho ao nível da fábrica, na medida que à luz dos argumentos acima efetuados, os trabalhadores se sentiam mais aprisionados/compromissados com o que nela faziam. Não se tratava, é bom que se saliente, de preocupações do tipo redução do custo de reprodução da força de trabalho. Insistimos pois que o aspecto central era o da normalidade do processo de trabalho: era o de evitar que o trabalhador, ao ter que almoçar fora da empresa, perdesse tempo, desviasse a atenção de seu "templo" e ainda, se alimentasse mal; era evi-

tar a constante rotação da força de trabalho que para aquele estágio do capitalismo brasileiro não lhe era nada agradável. Era, em última instância, conduzir a economia rumo a um desempenho satisfatório, a sociedade a um clima de estabilidade e propiciar a ele, Estado, sua legitimação.

Este foi o segundo nível de determinação da problemática em exame na agenda do Estado: a luz dele, parte de sua importância no período foi explicada.

No que se refere ao terceiro nível de determinação, o discurso nacionalista, mostramos como ele se cruzava com a retórica antropocêntrica e anti-imperialista então em voga. Este nível, como analisamos, sublinhava - o que no segundo já apontara - de forma cristalina a concepção de que cabia ao Estado a tarefa de "construir" o homem brasileiro. "Homem", que educado, alimentado, em suma, aflorado, construiria uma verdadeira nação "civilizada".

Tais peças de retórica evidenciavam, assim, toda uma praxis de "domesticação" da classe trabalhadora de modo a mantê-la dentro de limites que, não só não instabilizasse a ordem mantida, como reforçasse e apoiasse o processo de crescimento industrial verificado. Assim, permitindo que a nação em potência se efetivasse e em simultâneo, como no nível anterior, o próprio Estado se legitimasse.

Tudo isto, em síntese, tinha a clara idéia da construção da nação politicamente estável e da economia sólida através do Estado demiúrgico. Nesse quadro, construir o povo, alimentando-o, inclusive, colocava-se como uma peça relevante de análise, embora estivesse apenas no nível retórico. Este, con-

tudo, mesmo quando não se efetiva, sempre permite, através da leitura crítica, desvelar um certo "estado das artes". Esta, a importância deste terceiro nível de determinação.

No capítulo seguinte, o de número quatro, examinamos a conjuntura que abrangeu o governo Dutra (1946/50). Tal período foi apresentado como o momento do auge da questão da alimentação do trabalhador na agenda do Estado.

A idéia de auge se colocou por duas razões. A primeira, porque a citada questão chegou a constar emblematicamente como uma das quatro prioridades do Estado, como constava do Plano de Governo de então, o SALTE (leia-se, Saúde, Alimentação, Transporte, e Energia). A segunda, porque como em todo auge, nele também se inclui a reversão. Reversão esta, por sua vez, constatada pelo fato dos itens assistencialistas (alimentação e saúde) não terem sido verdadeiramente privilegiados ao nível da dotação orçamentária a eles destinadas, bem como, por não ter o SALTE saído do papel. Ápice e descenso, estiveram assim, em simultâneo, presentes no referido Plano.

Mas não apenas. Outras idéias também "paradoxais" estiveram presentes como as de continuidade e rompimento. Continuidade: pelo fato de o tema continuar registrado na agenda do Estado; pelo fato de se reconhecer que o povo está agredido pela fome (embora, aí, se aponte a incipiência da produção de alimentos); e por último, por se destacar a primacialidade do Estado para a resolução da questão. E rompimento: pelo início da desmontagem das instituições criadas no Estado Novo e por se "delegar" a estratégia central a responsabilidade de solucionar a citada questão (o que representou objetivamente no abandono da questão).

Destacamos, contudo, que a presença da questão da alimentação na agenda do Estado, no período, não se deveu a razões de ordem populista ou de "pagamento de homenagens" a um tema que tivera importância na conjuntura anterior.

Como foi examinado, o governo Dutra pretendia promover a agricultura à posição de "carro chefe" de nossa economia através da mecanização e com ela, resolver todos os nossos problemas. Explicando melhor: pretendia-se via mecanização da agricultura resolver os problemas econômicos considerados essenciais, os de abastecimento interno e o da geração de excedentes exportáveis que resolvessem, por sua vez, o do balanço de pagamento e como subproduto, o da grave situação social expressa no custo de vida. Sobre este último aspecto acreditava-se que - numa clara influência do "liberalismo" americano em voga - a maior produtividade com maior oferta reduziria os preços dos produtos agrícolas e, conseqüentemente, o custo de vida.

De outra forma: a questão da alimentação se fazia presente porque objetivamente existia um problema de abastecimento interno. Entretanto, como vimos, isto não esgotava o SALTE. Em verdade, a prevalência dos ideais "liberais" no Brasil e a estratégia contida no Plano delinearam mais precisamente a sua natureza: a promoção do desenvolvimento econômico via um segundo "export drive" agrícola na esteira do quadro da divisão social do trabalho característico do século XIX, só que agora, sob a hegemonia americana. É nesse sentido, que o registro do tema no governo Dutra marcava uma clara dessemelhança em relação ao período anterior. Embora também se privilegiasse o Estado, apesar do quadro liberal, enquanto proponente;

fiador e conseqüentemente, "resolvedor" último dos problemas do país.

A conjuntura seguinte abrangeu o período 1950/64. Nesta, o processo de esvaziamento iniciado na conjuntura anterior é concluído.

É verdade que alguns registros em linhas destacadas no Estado Novo (como a educacional), a dos trabalhos de médicos militares ou publicações em revistas militares, trabalhos atinentes a grupos não-prioritários - exceções dos escolares dos centros urbanos mais dinâmicos do país - a da pesquisa, a assistencialista e algumas atividades das instituições criadas na conjuntura 1937/46) ainda se fizeram presente no período agora em pauta. Contudo, como mostramos, a sua presença em quantidade e importância nada mais teria confirmado do que o definitivo esvaziamento de tais eventos.

Entretanto, duas linhas ainda tiveram algum destaque nesse período: a assistencialista-educacional e a de abastecimento e controle de preço seletivos.

Ambos, apesar de buscarem apoio, em algum grau, junto aos trabalhadores dos centros economicamente mais dinâmicos do país, foram perdendo "ranking" crescentemente nestes anos.

Os argumentos apontados para que tal se verificasse foram os seguintes: a aceleração do crescimento que a tudo desconsidera, a não ser aqueles elementos que o obstaculizem; o desempenho satisfatório da produção agrícola de alimentos e das condições de suprimento aos centros economicamente mais dinâmicos do país; a elevação do salário real do trabalhador brasileiro e principalmente daqueles ocupados nos setores de "pon

ta" de nossa economia, para os quais, justamente as práticas populistas do Estado mais se orientavam; e por fim, a própria autonomia relativa que vai ganhando a questão trabalhista, em que pese a importância do jogo à populista então operado pelo Estado.

Dentro desse quadro, objetivamente, o enfoque assistencialista não tinha como colocar-se e foi passando para segundo plano. Cada vez mais, menos os trabalhadores conferiam-lhe importância. A questão central para eles era a salarial e não a de suprimento de carências.

Na entrada dos anos 60, como mostramos, o tema desa parece por completo. Vem à tona a chamada questão agrária, cru zando-se com variáveis economicistas (de oferta e de demanda) e políticas e nem aí, dada uma certa proximidade com a ques tão da alimentação, ela é destacada.

Se o Estado cooptador pré-1964 não passa pela ques tão, muito menos o Estado que emerge com o movimento de 31 de março do mesmo ano o faria. Nesta data rompe-se definitivamente o pacto populista e inicia-se o violento processo de retira da das massas trabalhadoras do cenário político. Foi com este cenário que iniciamos o sexto capítulo. Nele abrangemos os anos 1964/1975.

A partir de 1964 até 1970, como sabemos, as priori dades básicas foram as de combate à inflação, retomada do crescimento econômico, reestruturação institucional e reordena mento político sob a ótica do Estado autoritário. Foi nesse sentido que afirmamos da inexistência de maiores espaços para que uma questão como a da alimentação dos trabalhadores se colocasse; e ainda mais, se temos em conta que tal questão não

obteve maior relevância no período anterior.

Contudo, a bem da verdade, não se pode dizer que na da foi feito pelo Estado acerca da questão-alimentação. Nestes anos, algumas instituições voltadas para controle de preços, movimentação de safras, armazenamento e financiamento da produção foram criadas, consagrando definitivamente a questão da infra-estrutura agrícola que nos anos 50 já havia sido suscitada e que no Plano de Metas tivera algum destaque. Entretanto, não era a questão da alimentação popular que marcava a preocupação destas agências, o que aliás é óbvio, e sim, criar condições para que o crescimento econômico não fosse obstaculizado por problemas de suprimento agrícola.

A partir de 1970 o tema se coloca na agenda do Estado sob novas perspectivas. A publicação dos dados do Censo puseram a nua natureza "perversa" do chamado modelo brasileiro.

Nesse momento, o do auge do "milagre", ao que saibamos, aquela "perversidade" não chegou a ser explicitada como substantiva pelos "donos do poder". Contudo, o quadro dramático denunciado pela Fundação IBGE não passou alheio a todas as agências do governo. Como constatamos, algumas Universidades Federais, Secretarias de Estado etc. desenvolveram pesquisas junto, via de regra, à população contígua, atestando a situação de miséria de vastos contingentes da população brasileira e seu precário estado nutricional. É verdade que tais pesquisas foram marginais do ponto de vista da história daqueles anos. Contudo, do ponto de vista analítico, nos permitiram algumas observações que nos pareceram esclarecedoras. Vejamos.

Os trabalhos referidos (pesquisas e ações concretas), como dissemos, sublinharam alguns aspectos esclarecedo-

res sobre a realidade brasileira daqueles anos. Um deles, um certo tom de denúncia e de reconhecimento do caráter "perverso" do padrão de desenvolvimento (frise-se que a crítica era ao padrão e não ao governo) em curso. Outro, a situação de miséria como sendo determinada pelas condições sócio-econômicas identificadas como baixa renda. E por fim, que caberia ao Estado adotar uma posição mais incisiva sobre o problema e conseqüentemente, atuar como "resolvedor" da questão da dramática situação social então existente no país. De uma forma ou de outra: reconhece-se a dramaticidade social existente. Vejamos mais de perto este movimento da primeira metade dos anos 70.

No que tange às ações concretas (poucas), como foi analisado, elas se inscreveram na linha assistencialista-educacional de Centros de Educação e Recuperação Alimentar, atestando, dada a sua natureza emergencial, aquela dramática situação - já mencionada - dos grupos examinados.

Tais experiências, como dissemos no capítulo sexto, do ponto de vista da comprovação ou não da ciência da nutrição foram obviamente válidas e, dada a dramaticidade da questão alimentar nestes anos, até meritórias.

Em tese, contudo, suspeitamos de que experiências do tipo projetos-pilotos - como as realizadas através dos Centros - podem, com certa "naturalidade", desconsiderar aspectos essenciais da realidade social sobre a qual se propõem a atuar. Em consequência disto, propor autoritária e irrealisticamente remédios - aos grupos - "objetos" - reconhecidamente - pelos próprios autores da proposta de Centros - emergenciais, descontinuos e ineficazes.

No que tange às pesquisas, examinamos o diagnóstico

efetuado e os veios analíticos explorados.

Ao nível do diagnóstico, como já dissemos, privilegiou-se as condições sócio-econômicas e particularmente, a baixa renda como determinantes da dramática situação social de vastos contingentes da população brasileira.

Ao nível dos veios analíticos explorados pelas pesquisas destacamos os seguintes: apelo ao governo para minorar o problema; exercícios de correlação; abordagem sistêmica; e recorrência à ortodoxia econômica. Veios estes, recuperados "in totum" pelo Programa mencionado no parágrafo que segue (voltaremos a estes veios mais adiante). Continuemos.

Em 1976, o que é até aí mero debate e um tanto quanto restrito a pesquisadores especializados e agências do Estado da área de saúde, ganha concretude: o Estado lança o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN).

Tal Programa foi aprovado pelo Presidente da República em 06/02/1976 com foros de projeto (mais audaciosos do governo na área social" e consoante a linha de projetos impactos do governo de então.

A análise do PRONAN foi o objetivo de nosso sétimo capítulo.

Numa primeira aproximação mostramos como o seu diagnóstico - até certo ponto radical - explicita pela primeira vez, oficialmente e de forma significativa, a natureza "perversa" do padrão de crescimento anterior que, ao não permitir uma melhor distribuição dos frutos criados, teria dramatizado, sobretudo, as condições de vida de vastos contingentes da população brasileira. Apontou-se aí, tal como nas pesquisas da pri-

meira metade dos anos 70, a baixa renda como fator responsável pelas mazelas dos contingentes referidos. E que em vista disso, caberia ao Estado agir incisivamente de modo a corrigir as "imperfeições" nos mecanismos distributivos que não asseguraram automaticamente que o crescimento econômico garantisse a melhoria das condições de vida.

Em linhas gerais, este foi o diagnóstico radical explicitado pelo PRONAN, como desenvolvemos na seção 7.1 deste capítulo.

Na seção seguinte, passamos então a examinar os marcos conceituais e de reflexão do Programa sob a perspectiva teórica e ideológica.

Sublinhamos então o seu caráter crítico em relação às experiências estanques, residuais e não abrangentes do tipo projetos-pilotos verificados na conjuntura anterior e a sua defesa da necessidade de atacar a questão alimentar de forma integrada, sistemicamente. Mostramos então que tal visão - retirando a pré-concepção mecânica de que a totalidade social é o resultado da agregação de variáveis separadas em seus pensamentos - é interessante num certo sentido, qual seja: o de atestar a real abrangência e complexidade da questão.

Depois analisamos a recorrência à ortodoxia econômica como no caso do uso - também recorrente - da expressão livre curso do processo de crescimento econômico. Como vimos, esta ótica de análise confere ao desenvolvimento capitalista uma dupla "face": crescimento econômico e desenvolvimento social. O primeiro, concebido como um "deus ex-machina" de vida própria e autônoma que independeria da vontade dos homens e gozaria de certa liberdade frente aos vários segmentos sociais. Em

suma, seria quase que incontrolável e não se submeteria às liberações técnicas. O segundo, o desenvolvimento social, por sua vez estaria na dependência da ação profícua do bom - Estado frente às manifestações espontâneas do primeiro (que no caso, o governo Geisel, tentaria "corrigir").

Ora, raciocinar assim é equivocado, pois o crescimento econômico não goza do caráter de neutralidade, e nem o Estado paira acima da formação social que circunscreve. Quisemos dizer com tais comentários, em síntese, que as políticas sociais não podem ser desconectadas das estruturas sociais e de seus momentos históricos. Fazê-lo, é furtar-se à natureza (exemplificando) do desenvolvimento capitalista em nosso país e do regime político prevalente nos anos anteriores.

Examinamos também a concepção mencionada mais acima acerca da incipiência da renda. Tal questão, como temos visto, foi colocada como determinante maior das mazelas que afligiam os vastos contingentes da população brasileira, dado o seu perfil distributivo. Vale dizer: tais mazelas se apresentariam como resultado de problemas nos mecanismos da partição social da riqueza criada.

Esta opção, como analisamos, implicitamente, relega para segundo plano aspecto decisivo da questão. Isto, porque ao localizar ao nível do diagnóstico acima, a citada problemática na órbita da circulação à jusante à tese do livre curso do crescimento econômico, se permite negligenciar, mais uma vez, a "perversa" história brasileira recente.

Explicando melhor: o que quisemos dizer é que a renda é apenas a manifestação última de inserções determinadas dos

vários agentes sociais nas atividades econômicas e que são exatamente a peculiaridade de tais inserções nas formações sociais concretas, em momentos dados, que, em verdade, devem ser explicados, e não suas exteriorizações. Apontamos ainda, no PRONAN, outros veios também conservadores como o da chamada teoria do capital humano e do círculo vicioso da miséria.

Por fim, na última seção deste capítulo, através da análise das linhas de ação do Programa (suplementação alimentar, a racionalização dos sistemas de produção de alimentos, com ênfase no estímulo ao pequeno produtor e às atividades de complementação e apoio) procuramos prospectar o que denominamos de o diagnóstico implícito.

Tal diagnóstico partiu da colocação da seguinte questão: por que num momento de crise, ao apagar das luzes de um ciclo expansivo, o Governo Geisel, via PRONAN, orienta-se às capas miseráveis urbanas e rurais (aquelas segundo o Programa que ganham entre 0 e 2 salários mínimos)? Que razões teriam levado a que uma proposta surgida das mãos de tecnocratas fosse assumida pelo Estado e implementada? Apontamos então para um certo movimento operado ao nível do Estado como a "peça" central de explicação.

Com Costa e Silva, como vimos, foi feita uma crítica - implícita - que uma economia sólida não se constrói na linha liberal prevalente no período Castelo Branco e muito menos uma nação politicamente estável. Em outras palavras, que caberia ao Estado ser o fiador da consecução de tais fins.

Como o General Médici, o A.I. - 5 e o "milagre econômico" novos contornos se delinearam: a partir daí o Estado delega ao expansivismo o papel de resolvidor da questão so-

cial (!). Contudo, o caráter excludente do "modelo" de então - é sabido - não só não a resolveu, como a agravou, como ficou clara a partir do debate sobre a distribuição da renda verificado na entrada dos anos 70.

Ora, o que herda o governo Geisel? No plano social uma situação dramática, atestada, através dos dados do Censo publicados pelo IBGE. No plano econômico, um quadro de reversão cíclico. E no plano político, descontentamentos vários atinentes à excludência e elitismo do chamado sistema.

E o que se propõe o governo neste quadro? "Atualizar as potencialidades da nação" de tal forma que esta ingressasse" no reduzido elenco de economias desenvolvidas". Explicando: pretendia-se um novo padrão de industrialização e a correção de desbalanceamentos da organização industrial, conferindo o papel de centro motor da dinâmica capitalista no Brasil à grande empresa nacional de bens de capital e, em simultâneo, internalizar o desenvolvimento tecnológico e levar o desenvolvimento econômico a outros centros que não São Paulo. Neste último caso, pretendia-se esvaziar, via o econômico, o peso político do referido Estado. Como diz Carlos Lessa, no trabalho citado no capítulo sete desta dissertação; "não era pouco o que pretendia o II PND".

Nesse nível, o econômico, como analisamos, tal proposta constitui um movimento privilegiado de desvelamento do autoritarismo que estava no ar de há muito. Nele, pode-se captar a clara descolagem entre Estado e sociedade. Nele se pode captar até o "desconhecimento" do Estado autoritário dos interesses solidificados do grande capital internacional numa economia já totalmente internacionalizado. Em outros termos, como foi examinado, pretendia-se um retorno ao velho sonho dos anos

50, só que numa perspectiva autoritária. O "sonho e o fracasso" do II PND foram explicitados à luz deste quadro.

Sublinhe-se, contudo que ao recuperar o II PND não tivemos intenção de privilegiar o nível econômico do Plano e sim, através dele, o desvelamento da natureza autoritária do Estado de então. Esse último nível, o político, a nosso juízo, foi central ao entendimento do PRONAN.

Explicando: ele, o PRONAN, tornou-se intelegível a partir do fato de o Estado apresentar-se enquanto "entidade supra-social" (dado a sua natureza autoritária) que, mesmo na ausência de pressões sociais mais significativas, num ato grandiloquente, se propõe resolver os problemas de uma sociedade dilacerada e construir a nação. E que em vista disso, seu projeto político não era o da sua relegitimação no presente, mas sim, o da sua estabilização no futuro. Como? Construindo a nação. Doando ao país uma economia sólida, estável e não selvagem". Forjando o verdadeiro homem brasileiro, ensinando-lhe normas de higiene (relembremo-nos da figura do sugismundo e da idéia de que povo limpo é povo desenvolvido), e inclusive, alimentando-o.

Em síntese, as variáveis econômica (o projeto nacional-burguês dos anos 50), política (estabilização para o futuro) e social (coisa "social" como razão de Estado) comporiam o quadro privilegiado para o desvelamento da natureza do PRONAN e da importância dele no período: ou seja, ele aparecia como a "ponta do iceberg", do "iceberg" construção da grande nação e do "homem brasileiro", através do Estado autoritário. A "obra" iniciada em 1964 finalmente poderia ser considerada como terminada quando lograsse os fins acima.

Foi à luz deste quadro que analisamos a proposta

PRONAN. Assistencialismo, antropocentrismo, nacionalismo e autoritarismo voltaram à cena com o PRONAN.

Temos, portanto, uma visão de conjunto acerca da história do tema na agenda do Estado. Explicitemos então alguns aspectos ainda não clarificados.

Um desses aspectos é que os eventos registrados - reflexões e/ou ações - não se definiram de per si e sim, apenas quando tivemos em conta as várias conjunturas vivenciadas em nossa sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que inexistiu em todos esses anos algo a que se pudesse denominar de política alimentar-nutricional articulada e delineada no interior do Estado.

Em suma: a natureza epifenomêmica dos eventos examinados apenas confirmou que a história do tema, no Brasil, se constituiu em uma história de descontinuidade. Este o sentido das várias conjunturas.

Outro aspecto saliente nos vai-vem analisados é o fato de a colocação da questão alimentar-nutricional nunca ter se inscrito na agenda do Estado como demanda social. Como vimos, ela sempre apareceu como questão de Estado. E mais: que ela - a questão - ganhou maior relevância na citada agenda exatamente nos grandes momentos do autoritarismo. Isto é, no Estado Novo e no governo Geisel. Foi aí que a máxima de construir o povo e a nação, via Estado, para o povo e sem o povo atingiu seus pontos culminantes. A recorrência da idéia parece apontar para traço indelével do Estado brasileiro: o autoritarismo. Ou de outra forma: a fragilidade da chamada sociedade civil no Brasil.

Por fim, arriscaríamos a tese de que a ótica caren

cial-assistencialista-alimentar nunca conseguiu maiores respaldos as suas intenções manobristas ao nível da população trabalhadora "prioritária". Para esta, a questão principal sempre foi, de maneira geral, melhores salários. Suas lutas, nos momentos em que realizou seus maiores avanços, nunca foram por suprimento de carências. Tal "suprimento" também pouco as mobilizou. Para a "força de trabalho prioritária", principalmente para suas parcelas mais combativas, não há a identificação entre "esmola" e justiça social.

A N E X O I

Legislações (*)

1) Sobre Trabalho Urbano

- 1930 - Limita a entrada no território nacional, de passageiros de 3.^a classe, dispõe sobre a localização e amparo de trabalhadores nacionais, e dá outras providências (leis dos 2/3).
- 1931 - Estabelece novas modalidades para a concessão de férias.
- 1932 - Institui a Carteira Profissional
- Regula o horário para o trabalho no comércio
 - Regula o horário para o trabalho na indústria
 - Regula as condições do trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais
 - Institui a Convenção Coletiva de Trabalho
 - Estabelece as condições do trabalho dos menores nas indústrias.
- 1933 - Regula a duração do trabalho em bancos e casas bancárias.
- 1934 - Regula concessão de férias aos empregados sindicalizados da indústria.
- Regula a duração do trabalho dos empregados em armazéns e trapiches das empresas de navegação e estabelecimentos no Distrito Federal.
 - Regula a duração e condições do trabalho dos empregados da indústria frigorífica.
- 1935 - Promulga 4 projetos de convenção, aprovados pela Organi

zação Internacional do Trabalho da Liga das Nações, por ocasião da Conferência de Washington, 29/10/1919, a saber:

- Convenção relativa ao emprego das mulheres antes e depois do parto;
- Convenção relativa ao trabalho noturno das mulheres;
- Convenção que fixa a idade mínima de admissão das crianças nos trabalhos industriais;
- Convenção relativa ao trabalho noturno das crianças na indústria.

2) Sobre Previdência Social

1930 - Estende ao pessoal dos serviços de força, luz, bondes e telefones, a cargo dos Estados, Municípios e particulares e aos serviços de telegrafia, radiografia, mantidos por particulares, o regime do decreto 5.109, de 20/11/1926, que cria em cada uma das empresas uma caixa de Aposentadoria e Pensões, para os respectivos empregados.

1931 - Cria a Caixa de Subvenções, destinada a auxiliar estabelecimentos de caridade, de ensino técnico e os serviços de nacionalização do ensino.

- Declara caber às Caixas de Aposentadoria e Pensões o pagamento a seus contribuintes dos vencimentos de inatividade concedida pela lei 5.565, de 05/11/1928.

1932 - Aprova o Regulamento para a aquisição ou construção de casas pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões.

- Aprova o regulamento para a organização nas Caixas de

Aposentadoria e Pensões de uma carteira de empréstimos aos respectivos associados.

- Aprova o regulamento para a execução dos socorros médicos e hospitalares das Caixas de Aposentadoria e Pensões.
- 1933 - Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.
- 1934 - Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes.
- Cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos trabalhadores em Trapiches e Armazéns do Café.
 - Cria a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários estivadores.
 - Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.
 - Estabelece sob novos moldes as obrigações resultantes dos acidentes de trabalho e dá outras providências.
 - Institui a Previdência dos subtenentes e sargentos do exército.
 - Organiza sob novos moldes o Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos da União.
- 1935 - Regula a distribuição de subvenção a instituições de assistência, educação, educação e cultura.
- Cria o Instituto de Aposentadoria e Pensões das indústrias.
- 1938 - Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

3) Sobre Justiça e Trabalho

- 1931 - Regula a sindicalização das classes patronais e operárias (dec. 19.770 de 19/03/1931).
- 1932 - Institui as Juntas de Conciliação e Julgamento e regula menta suas funções. Alterado pelo dec. 24.742, de 14/07/1934.
- Reorganiza o Departamento Estadual do Trabalho e amplia suas funções.
- 1934 - Dispõe sobre os sindicatos profissionais (dec. 24.694 de 12/07/1934).
- 1935 - Assegura aos empregados da Indústria ou do Comércio uma indenização quando não existe prazo estipulado para o término do respectivo contrato de trabalho ou quando for despedido sem justa causa, e das outras providências (lei de indenização).
- 1937 - Dispõe sobre a execução dos julgados nos processos de conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, e dá outras providências.
- 1939 - Organiza a Justiça do Trabalho.
- Estende aos fiscais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões a atribuição de fiscalizar o cumprimento da legislação do Trabalho.
 - Regula a associação em sindicato (dec. lei 1.402 de 05/08/1939).

4) Do Ministério do Trabalho

- 1930 - Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- Dispõe sobre a primeira organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- 1931 - Organiza o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.
- Institui o Departamento Nacional do Trabalho (dec. 19.671-A, de 04/02/1931).
- 1932 - Cria Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e no Território do Acre.
- 1933 - Atribui ao Departamento Estadual do Trabalho, de São Paulo, em virtude do Convênio, o desempenho de encargos no território daquele Estado, relativo a Instituição da Carteira Profissional.

5) Constituição

- 1934 - Constituição de 16/07/1934 e em especial os artigos, 120 e 121.
- 1937 - Constituição de 10/11/1937 e em especial, os artigos 138 e 139.

(*) Apud Sindicato e Sociedade de Azis Simão (Dominus Ed., S.P., 1966, págs. 90/98) e Índice da Legislação Sanitária na Federal - 1889/1959 (R.J., 1964).

A N E X O II

Decreto-lei nº 1238 de 2 de maio de 1939.(*)

Dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores.

O Presidente da República,

Considerando a necessidade de assegurar aos trabalhadores, fora do lar, condições mais favoráveis e higiênicas para a sua alimentação e de lhes proporcionar, ao mesmo tempo, o aperfeiçoamento da educação profissional, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Nos estabelecimentos em que trabalhem mais de quinhentos empregados, deverá o empregador reservar-lhes local abrigado, higiênico e devidamente aparelhado, onde possam fazer as refeições do trabalho.

Parágrafo Único. Se o espaço ocupado pelo estabelecimento não comportar a instalação do refeitório, poderá ser feita em local próximo, acessível ao horário dos empregados.

Art. 2º - O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedirá as instruções necessárias, em que fixará os prazos e as condições para a instalação dos refeitórios, podendo conceder prêmios aos empregadores e determinar que lhes sejam fornecidos gratuitamente modelos e especificações.

Art. 3º - Os Institutos e Caixas de Aposentadoria e

Pensões poderão financiar a construção de refeitórios sob as condições que forem estabelecidas nas instruções de que trata o artigo anterior.

Art. 4º - Os estabelecimentos a que se refere o art. 1º manterão, igualmente, cursos de aperfeiçoamento profissional, para adultos e menores, de acordo com o regulamento cuja elaboração ficará a cargo dos Ministérios do Trabalho, Indústria e Comércio e da Educação e Saúde.

Art. 5º - Incorrerão na multa de 1.000\$000 (um conto de réis) a 10.000\$000 (dez contos de réis) os empregadores que deixarem de atender às obrigações estatuídas neste decreto-lei.

Art. 6º - O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1939, 118º da Independência e 51º da República.

- (a) Getúlio Vargas
- (b) Waldemar Falcão
- (c) Gustavo Capanema

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), pág. 194.

A N E X O III

Decreto-Lei nº 2.478 de 5 de agosto de 1940 cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. (*)

O Presidente da República

Considerando que os estudos efetuados pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no sentido de se melhorar a alimentação do trabalhador nacional, e consequentemente, sua resistência orgânica e capacidade de trabalho, mediante a progressiva racionalização de seus hábitos alimentares, demonstram a necessidade da criação de um organismo subordinado diretamente ao respectivo Ministro e encarregado da iniciativa e execução de medidas condizentes à realização daquele objetivo, socorrendo-se, para isso, da cooperação que podem dispensar os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões sob a jurisdição do aludido Ministério, cujos beneficiários compreendem a quais totalidade das classes trabalhadores, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Fica criado, com personalidade jurídica e sede na capital da República, o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS), diretamente subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e destinado principalmente a assegurar condições favoráveis e higiênicas a alimentação dos segurados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados aos respectivos Ministros.

Art. 2º - Para propiciar aos trabalhadores alimenta

ção adequado e barata, o serviço promoverá:

- I - Ampla divulgação, nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador de se alimentar convenientemente, bem como da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna.
- II - A propaganda dos órgãos de Serviço encarregados do fornecimento de refeições aos trabalhadores.
- III - A formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação.
- IV - A Instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores.
- V - O fornecimento de alimentos, por parte das empresas, nos refeitórios de que tratam os artigos 1º e 3º do Decreto-lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939.
- VI - A seleção de gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços.
- VII - O funcionamento dos órgãos necessários a integral execução dos seus trabalhos, conforme determinar o regulamento deste Decreto-Lei.

Art. 3º - A receita do Serviço será constituída pelo seguinte:

- a) renda resultante do funcionamento dos restaurantes estabelecidos pelo Serviço;
- b) renda resultante da venda de gêneros alimentícios a empregados que tenham em suas fábricas restaurantes próprios;
- c) aluguéis das partes dos prédios do Serviço por este não ocupados;

d) rendas eventuais.

Art. 4º - Para a construção ou aquisição dos edifícios necessários ao Serviço de Alimentação da Previdência Social cada Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões cujos segurados devem ser beneficiados pelo mesmo Serviço concorrerá com uma quota proporcional ao número desses segurados, de acôrdo com estimativa feita previamente pelo Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e aprovada pelo respectivo Ministro.

§ 1º - Os imóveis construídos ou adquiridos na conformidade dêste artigo serão de propriedade dos Institutos e Caixas que houverem concorrido para a sua construção ou aquisição, na proporção das quotas com que contribuíram.

§ 2º - O Governo Federal assegurará ao capital dos Institutos e Caixas empregados de acordo com êste artigo um rendimento nunca inferior a 6% (seis por cento) ao ano.

§ 3º - Se a receita líquida do Serviço apurada no fim do exercício financeiro, não for suficiente para o pagamento do juro estatuído no parágrafo anterior, o Governo, ouvido o Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, indenizará os Institutos e Caixas pela diferença apurada, o que fará mediante a emissão de apólices nominativas da Dívida Pública Interna, a juros de 5% (cinco por cento) ao ano, pagos semestralmente, as quais serão entregues àquelas instituições pelo valor da cotação do dia.

§ 4º - Quando a receita líquida do Serviço, apurada no fim do exercício financeiro, exceder a importância necessária para o pagamento dos juros estipulados no § 2º, ouvido a

respeito o Conselho Atuarial, serão restituídas ao Governo, pelos Institutos e Caixas na base da cotação do dia, tantas apólices quantas forem precisas para integralizarem a importância recebida em excesso, sendo tais apólices devidamente canceladas.

§ 5º - Os resíduos inferiores ao valor de cotação de apólice e resultantes das operações estatuídas pelo §3º e §4º serão levadas a conta do exercício financeiro seguinte.

§ 6º - A obrigação estatuída no §2º, em relação do Instituto ou Caixa que houver conseguido realizar para suas reservas, durante os três exercícios financeiros imediatamente anteriores, uma taxa efetiva de juros que exceda de 1% (um por cento), a taxa da avaliação atuarial, enquanto permanecer essa situação.

Art. 5º - Para as despesas de instalação, aparelhamento e início de funcionamento do Serviço de Alimentação da Previdência Social, cada Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões cujos segurados devem ser beneficiados pelo mesmo Serviço concorrerá com uma quota proporcional ao número desses segurados, de acordo com estimativa previamente feita pelo Conselho Atuarial e aprovada pelo Ministro.

Parágrafo Único - As importâncias adiantadas ao Serviço pelos Institutos ou Caixas serão pagas com o produto da renda apurada segundo plano elaborado pelo respectivo Conselho Diretor, ouvido o Conselho Atuarial do Ministério.

Art. 6º - No preço das refeições e dos gêneros alimentícios fornecidos, o Serviço incluirá uma quota destinada a atender a depreciação dos imóveis e ao juro e amortização das

despesas de instalação, aparelhamento e início de funcionamento.

Parágrafo Único - O produto da quota a que este artigo alude será entregue pelo Serviço, aos Institutos e Caixas, no fim de cada exercício financeiro e proporcionalmente às somas adiantadas.

Art. 7º - A direção do Serviço de Alimentação da Previdência Social será exercida por um Conselho Diretor, composto de um presidente e quatro membros e diretamente subordinado ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo Único - O presidente e os outros membros do Conselho Diretor serão nomeados pelo Presidente da República dentre os profissionais particularmente familiarizados com os assuntos relativos à alimentação.

Art. 8º - A execução dos trabalhos do Serviço de Alimentação da Previdência Social ficará a cargo de um superintendente geral, nomeado pelo Presidente da República.

Art. 9º - Os cargos de presidente e de membros do Conselho Diretor e o de superintendente geral, bem como os de categoria imediatamente inferior a este último, são de confiança e deverão ser exercidos em comissão.

Art. 10º - Ao presidente cabe a suprema direção administrativa do Serviço, sem prejuízo das atribuições do Conselho Diretor a cujas reuniões presidirá, coordenando seus trabalhos e deliberações e fazendo cumprir suas decisões.

Art. 11º - São atribuições do Conselho Diretor:

I - Orientar e fiscalizar os trabalhos do Serviço, expedin-

do as necessárias instruções;

- II - Expedir instruções para admissão de pessoal na fase de organização do Serviço;
- III - Tomar as medidas que se tornem indispensáveis à organização e funcionamento do Serviço;
- IV - Elaborar o ante-projeto do regulamento deste decreto - lei.

Art. 12º - Ao superintendente geral competirá a administração do Serviço, na forma que o regulamento determinar.

Art. 13º - Os funcionários públicos poderão ser comissionados em cargos do Serviço, perdendo nesse caso, a remuneração do efetivo, sendo-lhes entretanto, assegurados todos os direitos e vantagens inclusive a contagem do tempo na classe e no serviço público.

Art. 14º - Os cargos técnicos do Serviço que não forem de confiança serão providos mediante contratos, sendo imprescindível para tal provimento o concurso ou prova de habilitação a que se procederá pela forma determinada em regulamento.

Art. 15º - Cabe ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, resolver os casos omissos e dúvidas suscitadas na execução do presente decreto-lei e do respectivo regulamento.

Art. 16º - O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 17º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

rio.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1940, 119º da Independência e 52º da República.

Getúlio Vargas

Waldemar Falcão

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 195/198.

A N E X O IV

Decreto-Lei nº 2.988 de janeiro de 1941. (*)

Reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social
(S.A.P.S.)

O Presidente da República, usando da atribuição que
lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - O Serviço de Alimentação da Previdência
Social, criada pelo Decreto-lei nº 2.478, de 5 de agosto de
1940, passa a ter a organização constante deste decreto-lei.

Art. 2º - Para atender às despesas de aquisição ou
construção de edifícios destinados ao Serviço de Alimentação
da Previdência Social e à instalação e aparelhamento de seus
serviços, os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões ,
cujos segurados sejam por ele beneficiados, concorrerão com as
quotas necessárias, de acordo com a estimativa feita previamen
te pelo Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria
e Comércio e aprovada pelo respectivo Ministro.

Parágrafo Único - Os imóveis construídos ou adquirid
os na conformidade deste artigo serão de propriedade dos Ins-
titutos e Caixas que houverem concorrido para a sua constru-
ção ou aquisição, na proporção, das quotas com que contribuí-
ram.

Art. 3º - Para o custeio do Serviço de Alimentação
da Previdência Social, o Governo concorrerá com os excessos
porventura verificados, na arrecadação das quotas de previdên-
cia instituídas para atender à contribuição devida pelo Estado

aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões sujeitos ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, compreendidos nesse excesso os remanescentes de dotação orçamentária destinada a atender ao art. 6º da Lei 159, de 31 de dezembro de 1935.

Art. 4º - No preço dos gêneros alimentícios fornecidos pelo SAPS em seus próprios restaurantes e os das empresas que os mantenham, será cobrada uma taxa de administração, na qual se incluirá uma quota destinada não só ao pagamento dos juros devidos aos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, à taxa mínima de 6%, por suas contribuições, nos termos do art. 2º, mas também à depreciação dos imóveis.

Parágrafo Único - O produtor da quota a que se refere este artigo será entregue, no fim de cada exercício financeiro, aos Institutos e Caixas credores, proporcionalmente às somas por eles adiantadas.

Art. 5º - No preço das refeições fornecidas em seus próprios restaurantes, o SAPS incluirá uma quota especial destinada a amortizar as despesas feitas com o equipamento desses restaurantes, inclusive cozinha.

Art. 6º - No preço das refeições fornecidas pelas empresas em seus restaurantes, será facultada à inclusão de uma quota especial, fixada pelo SAPS, destinada à amortização das despesas de aquisição de equipamentos, inclusive cozinha, e à respectiva manutenção.

Parágrafo Único - O SAPS proporcionará às empresas as necessárias facilidades para aquisição e instalação de refeitórios e cozinhas, em condições econômicas.

Art. 7º - A receita do SAPS será constituída de

- a) renda resultante do funcionamento de seus restaurantes;
- b) renda resultante de uma taxa de administração a ser prevista em regulamento;
- c) aluguel das dependências dos prédios de sua propriedade que forem desnecessário ao seu próprio serviço;
- d) rendas eventuais.

Art. 8º - O SAPS terá a seguinte organização administrativa:

- a) Conselho Diretor
- b) Conselho Fiscal
- c) Divisão de Administração
- d) Divisão de Alimentação
- e) Seção de Estatística, Educação e Propaganda.

Art. 9º - O Conselho Diretor será constituído do Presidente e de quatro membros, nomeados pelo Presidente da República, e escolhidos entre profissionais de notória competência em assuntos relativos à alimentação e administração.

Parágrafo Único - Das reuniões do Conselho Diretor participarão também os Diretores das Divisões de Alimentação, sem direito de voto.

Art. 10º - O Conselho Fiscal será composto de três membros, designados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio dentre os membros da administração de Institutos de Aposentadoria e Pensões ou da Junta Administrativa de Caixas de Aposentadoria e Pensões que contribuem com quotas para o SAPS.

Art. 11º - O pessoal do SAPS será admitido mediante contrato em que se fixem os direitos e obrigações recíprocas ou mediante aceitação das normas estabelecidas para o pessoal.

Art. 12º - Os bens do SAPS, são equiparados aos da União Federal, no tocante à taxação ou à incidência de impostos de qualquer natureza, e são empenháveis.

Parágrafo Único - Os restaurantes instalados pelas empresas para seus empregados, quando inscritos no SAPS, não serão considerados estabelecimentos industriais ou comerciais para qualquer efeito de tributação.

Art. 13º - São isentos do imposto do selo:

- a) Os livros, papéis e documentos originários do SAPS e os contratos por este firmado com terceiros;
- b) quaisquer papéis que diretamente se relacionarem com os assuntos de que trata este decreto-lei.

Parágrafo Único - Excetuem-se da isenção de que trata este artigo as certidões e requerimentos de terceiros fornecidos pelo SAPS bem como os processos e documentos que lhe forem enviados.

Art. 14º - A correspondência postal e telegráfica do SAPS e o registro de seu endereço telegráfico e postal goza rão das concessões por lei outorgada às autarquias subordina - das ao Governo Federal.

Art. 15º - São extensivos ao SAPS os privilégios da Fazenda Pública, quer quanto ao uso dos processos especiais de que esta goza para cobrança de seus créditos, quer no concer - nente a prazos e regime de custos, correndo as ações de seu

interesse perante os Juízos dos Feitos da Fazenda Pública e sob o patrocínio de seus próprios representantes legais.

Art. 16º - No transporte de gêneros o SAPS gozará das regalias e direitos de que gozam os serviços de aprovisionamento do Exército Nacional e da Marinha de Guerra.

Art. 17º - O Governo concederá ao SAPS as facilidades e vantagens possíveis na aquisição de gêneros, facultando-lhe o suprimento por seus serviços de aprovisionamento.

Art. 18º - Os membros do Conselho Diretor e o pessoal do SAPS, quando em serviço gozarão das vantagens concedidas aos funcionários públicos federais, nos transportes fluviais, marítimos, ferroviários e aéreos.

Art. 19º - O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1941, 120º da Independência e 53º da República.

(a) Getúlio Vargas

(b) Waldemar Falção

(c) A. de Souza Costa

(d) João de Mendonça Lima

(e) J. P. Salgado Filho.

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 199/201.

A N E X O V

Decreto-Lei nº 4.859 de 21 de outubro de 1942. (*)

Cria uma Seção de Subsistência no Serviço de Alimentação da Previdência Social, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - O Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) criará uma Seção de Subsistência destinada a fornecer aos trabalhadores, em postos especiais, nos seus próprios restaurantes ou naqueles sob seu controle, ou ainda por intermédio dos Sindicatos, gêneros de primeira necessidade.

Art. 2º - Para o fim previsto no artigo anterior o Serviço de Alimentação da Previdência Social adquirirá esses gêneros à vista, nas fontes da sua produção, de preferência às cooperativas organizadas sob a assistência do Estado.

§ 1º - As cooperativas de produção fornecerão preferencialmente ao Serviço de Alimentação da Previdência Social os seus produtos.

§ 2º - Em caso de necessidade poderá o Serviço de Alimentação da Previdência Social requisitar diretamente os gêneros das cooperativas de produção, pago o preço de custo, com o acréscimo de 10 a 15%, conforme a situação, local e as condições econômicas da região.

Art. 3º - O fornecimento dos gêneros far-se-á pelo preço do custo, acrescido da taxa de 10% destinada à adminis -

tração, e das despesas de transporte.

Art. 4º - Poderão suprir-se nos postos de Subsistência do SAPS os trabalhadores que nele se increverem segurados das instituições de previdência social.

§ Único - Essa faculdade será extensiva aos servidores do SAPS e aos segurados do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Art. 5º - Para dar início à aquisição dos gêneros e montagem da Seção de Subsistência, as instituições cujos associados se beneficiarão dos favores estabelecidos no presente decreto-lei abrirão ao SAPS um crédito de 5000\$000 (cinco mil conto de réis).

§ 1º - O crédito a que se refer este artigo será distribuído pelos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, proporcionalmente ao número de seus associados inscritos nos serviços a que se refere o art. 1º e será reembolsado pelo SAPS em parcelas anuais de 10%, sem juros.

§ 2º - Verificando-se aumento no número de inscritos superior a 20% do total de inscrições por ocasião da vigência do presente decreto-lei, as instituições referidas no parágrafo anterior contribuirão com as quotas correspondentes ao aumento, na mesma base fixada inicialmente, devendo o novo crédito aberto ser reembolsado em parcelas iguais de 10% anuais, acrescidas às parcelas anteriormente devidas.

Art. 6º - O fornecimento de gêneros dar-se-á de acordo com as condições fixadas pelo Serviço de Alimentação da Previdência Social, dando-se preferência aos inscritos com família.

lia numerosa.

Art. 7º - Os sindicatos de trabalhadores poderão, em cooperação com o SAPS, instalar serviços de fornecimentos de gêneros aos próprios associados.

§ Único - Para esse efeito deverão depositar no SAPS a importância correspondente à quota idêntica à estabelecida no §1º do artigo 5º, por associado inscrito nesse serviço e que já não goze do benefício por intermédio dos institutos ou caixas de aposentadoria e pensões.

Art. 8º - Os pagamentos das faturas de fornecimento de gêneros apresentados pelo SAPS aos Sindicatos serão feitos no ato da entrega dos produtos.

Art. 9º - Os pagamentos dos gêneros distribuídos pelo sindicato aos trabalhadores dos seus respectivos quadros serão feitos no ato da entrega dos produtos e só excepcionalmente a critério da diretoria do Sindicato, será concedido um crédito por prazo que não poderá exceder de trinta dias.

Art. 10º - Será suspenso o fornecimento ao sindicato que deixar de satisfazer importâncias devidas, podendo, em caso de impontualidade, ser cassados os seus direitos sindicais.

Art. 11º - Ao SAPS incumbirá o contrôlo e a orientação dos serviços de subsistência a cargo dos sindicatos.

Art. 12º - Cabe ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio conhecer e decidir as dúvidas ou reclamações verificadas entre o SAPS e os Sindicatos com fundamentos na execução do presente decreto-lei.

Art. 13º - A estrutura administrativa do SAPS poderá

ser alterada por proposta do seu Diretor, aprovada pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 14º - Fica o Diretor do SAPS autorizado a admitir pessoal para atender aos encargos da Seção de Subsistência, e cuja efetividade se condiciona ao disposto no art. 28 do decreto-lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941.

Art. 15º - Os créditos estabelecidos deverão ser fornecidos pelos Institutos e pelas Caixas de Aposentadoria e Pensões a que se refere o parágrafo 1º do artigo 5º dentro de 15 dias após a publicação do presente decreto-lei.

Art. 16º - O SAPS terá, para todos seus serviços e seu pessoal as isenções e os privilégios próprios dos servidores da União Federal, inclusive franquias postal e telegráfica e abatimento em serviços de comunicação realizados por empresas privadas e em transportes de gêneros e de pessoal.

Art. 17º - O art. 6º do decreto-lei nº 3.709, de 14 de outubro de 1941, passa a ter a redação seguinte:

"No preço dos gêneros alimentícios utilizados nos restaurantes a que se refere o item 2º do art. 11, será incluída uma taxa de administração até 10 por cento, destinada a atender às despesas com a conservação dos imóveis, depreciação das instalações e ampliação dos serviços do SAPS nas várias regiões do território nacional".

Art. 18º - Os governos federais, estaduais e municipais cederão ao SAPS, a título precário, os terrenos disponíveis que forem pelo mesmo requisitados para instalação dos restaurantes de emergência nas localidades mais aconselháveis pela condição de precariedade econômica de sua população.

Art. 19º - Serão cedidas ao SAPS pelos governos fe
deral, estadual ou municipal, livres de quaisquer onus, áreas
de terras adequadas à cultura de legumes, verduras, frutas ou
cereais, cujos trabalhos ficam a cargo do SAPS com a assistên-
cia técnica e material do Ministério da Agricultura.

Art. 20º - O presente decreto-lei entrará em vigor
na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrá
rio.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1942, 121º da In-
dependência e 54º da República.

(a) Getúlio Vargas

(a) Alexandre Marcondes Filho

(a) A. de Souza Costa

(a) João de Mendonça Lima

(a) Apolônio Salles

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 202/204.

A N E X O VI

CAPÍTULO I DO ESTATUTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO. (*)

Verbis

Da Sociedade e seus fins

Art. 1º - A Sociedade Brasileira de Alimentação, instituição apolítica, civil, de caráter científico-educacional, com personalidade jurídica, fundada na cidade do Rio de Janeiro em 10 de outubro (de 1940), e composta de ilimitado número de associados das diversas classes sociais interessadas pelo problema da alimentação nacional, e terá as seguintes finalidades:-

- a) Estudar os alimentos, em todos os seus aspectos e especialmente sobre o ponto de vista da nutrição;
- b) Pugnar pelo progresso e desenvolvimento das idéias que se referem à boa e sã alimentação, podendo articular-se com sociedades congêneres existentes no país e com as instituições em geral;
- c) Colaborar com as autoridades públicas no estudo e solução dos problemas que, direta ou indiretamente se relacionem com os interesses da alimentação nacional;
- d) Ventilar conhecimentos ao povo sobre os preceitos da higiene e economia alimentares, pelos meios comuns da difusão educativa;
- e) Criar centros de pesquisas e de estudos, com aplicações sociais dos conhecimentos da alimentação e da nutrição;

- f) Realizar congressos, inquêritos, cursos e campanhas sobre alimentação;
- g) Manter um órgão oficial para divulgação de suas atividades.

Art. 2º - Para consecução dos seus fins a Socieda de Brasileira de Alimentação procurará obter a colocação de to das as entidades do país, científicas ou não.

Art. 3º - A Sociedade poderá promover, com regulamentos próprios, outras iniciativas não previstas nestes Estatutos e concernentes aos seus fins.

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 132/133.

A N E X O VII

REGULAMENTO DO SERVIÇO TÉCNICO DA ALIMENTAÇÃO NACIONAL,
APROVADO PELO COORDENADOR DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA EM
JANEIRO DE 1943 (*).

O COORDENADOR DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA, de acordo com o artigo 12º e seus parágrafos da ordem de serviço nº 1, de 5 de novembro de 1942. RESOLVE aprovar o regulamento abaixo, do SERVIÇO TÉCNICO DA ALIMENTAÇÃO NACIONAL (S.T.A.N.):

CAPÍTULO I

Da finalidade

Art. 1º - O Serviço Técnico da Alimentação Nacional diretamente subordinado ao Coordenador de Mobilização Econômica, tem por encargo realizar estudos, trabalhos e pesquisas concernentes ao problema da alimentação, sugerindo as medidas técnicas indispensáveis à melhoria das condições de nutrição do povo brasileiro.

CAPÍTULO II

Da organização

Art. 2º - O Serviço Técnico da Alimentação Nacional compreende uma Divisão Técnica e uma Divisão Administrativa.

Art. 3º - A Divisão Técnica (DT) compreende as seguintes Consultorias:

- a) Política Econômica da Alimentação;
- b) Produção Agrícola e Indústrias Alimentares;
- c) Investigações Biológicas;
- d) Propaganda Alimentar e Organização Social;

Art. 4º - A Divisão Administrativa (DA) compreende:

- a) Biblioteca;
- b) Expediente.

Art. 5º - O chefe do Serviço será auxiliado por um Secretário Técnico e um Secretário Administrativo, encarregados de superintender, respectivamente, os trabalhos das duas Divisões.

§ Único - O Chefe do Serviço organizará o seu Gabinete com os auxiliares que julgar necessários ao desempenho de suas funções.

Art. 6º - As Consultorias Técnicas ficarão a cargo dos Consultores Técnicos do Serviço, que deverão ser pessoas de reconhecida competência nos respectivos setores do problema da alimentação.

Art. 7º - Em cada Estado da União será organizada uma Delegacia Regional do Serviço; nos moldes da organização central e de acordo com as possibilidades e as exigências regionais de trabalho.

§ Único - De início, serão, sempre que possível, aproveitadas para esse fim instituições especializadas, cujos objetivos tenham afinidades com os do Serviço Técnico da Alimentação Nacional.

CAPÍTULO III

Da competência dos vários órgãos do serviço

Art. 8º - A Divisão Técnica tem por objetivo orientar tecnicamente a organização, planificação e ampliação dos recursos alimentares do Brasil, de forma que fique garantido o suprimento alimentar das coletividades, dentro dos princípios da ciência da nutrição, e de acordo com os dados científicos obtidos, através de suas várias Consultorias.

Art. 9º - Compete à Consultoria da Política Econômica da Alimentação (DT-A):

- a) investigar acerca das condições de vida, no que diz respeito à alimentação;
- b) obter dados censitários sobre a produção de gêneros alimentícios; e,
- c) orientar tecnicamente a distribuição e o consumo dos alimentos, dentro dos princípios da economia alimentar, sugerindo a necessidade e os limites de racionamento de certos produtos.

Art. 10º - Compete à Consultoria Técnica de Produção Agrícola e de Indústrias Alimentares (DT-B) orientar tecnicamente a produção agrícola e industrial de alimentos, de acordo com as necessidades da nutrição nacional:

- a) promovendo, dentro desse objetivo, os meios de seleção e de controle racional da produção agro-pecuária e desenvolvendo métodos racionais de comercialização de alimentos e,
- b) prestando assistência técnica a indústria de alimentos atra

vês do seu laboratório de tecnologia alimentar, onde serão processados estudos experimentais sobre alimentação em escala laboratorial e semi-industrial.

Art. 11º - Compete à Consultoria Técnica de Investigiações Biológicas (DT-C) proceder, através de seus laboratórios especializados, às pesquisas sobre a fisiologia da alimentação, nutrição e dietética, necessárias à obtenção dos seguintes elementos indispensáveis à solução do problema alimentar:

- a) conhecimento exato das necessidades nutritivas do homem brasileiro em função de suas condições de vida;
- b) determinação do valor nutritivo real das várias substâncias alimentares consumidas no país;
- c) conhecimento do teor em vitaminas dos produtos naturais e artificiais que sirvam ou possam servir como alimentos;
- d) fixação de métodos práticos e racionais de conservação, e preparo dos alimentos;
- e) conhecimento preciso das afecções patológicas resultantes das deficiências e dos desequilíbrios da alimentação e da nutrição brasileira;
- f) elaboração e fixação de tipos de regimes alimentares, coletivos para grupos das diversas categorias.

Art. 12º - Compete à Consultoria técnica de Propaganda Alimentar e Organização Social (DT-D):

- a) promover, por meio de publicações, irradiações radiofônicas e filmes cinematográficos, a divulgação dos conhecimentos básicos indispensáveis à boa compreensão popular do problema da alimentação, organizando, ainda, para esse fim, cur-

sos, museus, mostruários e certames de propaganda alimentar;

- b) traçar o plano geral de aplicação, ao campo social, das aquisições técnicas de toda ordem, obridas através dos órgãos de investigações do Serviço.

Art. 13º - À execução dos trabalhos acima referidos ficará a cargo dos Assistentes Técnicos, cujo número será fixado pelo Chefe do Serviço.

Art. 14º - A Divisão Administrativa (DA) terá a seu cargo os trabalhos de biblioteca, correspondência, comunicações portaria, arquivo e almoxerifado, que deverão ser executadas dentro das normas gerais adotadas no Serviço Público.

CAPÍTULO IV

Do Pessoal, seus deveres e atribuições

Art. 15º - O Serviço Técnico da Alimentação Nacional será lotado de Funcionários requisitados dos vários Departamentos da Administração Pública, pelo Coordenador da Mobilização Econômica, de acordo com o decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942.

Art. 16º - Ao Chefe do Serviço incumbe:

- a) coordenar e orientar a execução e fiscalização das funções e dos trabalhos a cargo do Serviço;
- b) corresponder com autoridades e particulares que tenham interesses a tratar junto ao Serviço, executadas as autoridades que, hierarquicamente, só devam manter correspondência com o Coordenador da Mobilização Econômica;
- c) entrar em entendimento com as Repartições federais, estaduais

ou municipais, com os institutos autárquicos e com associações de classe ou com quaisquer outras instituições, para a obtenção dos elementos informativos necessários aos estudos e pesquisas afetos ao Serviço;

- d) assinar toda a correspondência do Serviço, podendo, em casos especiais, delegar essa função aos Secretários Técnico e Administrativo;
- e) expedir as instruções de serviço necessárias à execução e bom andamento dos trabalhos do Serviço;
- f) exercer as funções de Conselheiro do Coordenador da Mobilização Econômica nos assuntos referentes à técnica da alimentação popular;
- g) propor ao Coordenador da Mobilização Econômica as medidas e providências necessárias ao melhor desenvolvimento do programa de realizações do Serviço;
- h) propor ao Coordenador da Mobilização Econômica os nomes dos funcionários a serem, requisitados para as diversas funções técnicas e administrativas;
- i) indicar o seu substituto em suas faltas e impedimentos eventuais.

Art. 17º - Ao secretário Técnico compete:

- a) examinar, orientar e promover os trabalhos da Divisão Técnica, encaminhando-os, devidamente informados, ao Chefe do Serviço;
- b) executar ou fazer executar os trabalhos que lhe forem distribuídos pelo Chefe do Serviço.

Art. 18º - Aos Consultores Técnicos compete:

- a) propôr ao Chefe do Serviço as providências, sugestões e medidas que, no setor subordinado à sua Consultoria, possam ser de interesse aos objetivos do Serviço;
- b) Organizar e submeter ao Chefe do Serviço o plano geral de trabalhos da Consultoria a seu cargo;
- c) dirigir os trabalhos das várias secções a seu cargo, tomando todas as providências para sua boa execução;
- d) manter a mais estreita colaboração entre as secções técnicas a seu cargo e as das demais consultorias.

Art. 19º - Aos Assistentes Técnicos compete:

- a) executar as ordens de serviço e os trabalhos que lhe forem distribuídos pela Direção do Serviço;
- b) apresentar sugestões sobre a oportunidade da realização de determinados estudos ou pesquisas, solicitando, para tanto, os elementos de que necessitarem;
- c) estudar e dar parecer sobre os diversos assuntos técnicos submetidos à apreciação do Serviço e encaminhados à Secção.

Art. 20º - Ao Secretário Administrativo compete:

- a) dirigir os trabalhos a cargo da Divisão Administrativa;
- b) propôr ao Chefe do Serviço todas as medidas que entender necessárias à boa marcha e regularidade dos trabalhos da Divisão a seu cargo;
- c) promover, mediante ordem do Chefe do Serviço, a aquisição do material necessário;

- d) providenciar para que toda a correspondência, publicações e documentos, depois de utilizados, sejam recolhidos no arquivo, ou à biblioteca, devidamente catalogados;
- e) controlar o serviço de expedição de toda correspondência e publicações do Serviço;
- f) executar ou fazer executar os trabalhos de Secretaria que lhe forem distribuídos pelo Chefe do Serviço;
- g) organizar e dirigir os serviços da biblioteca.

Art. 21º - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pelo Coordenador da Mobilização Econômica, por proposta do Chefe de Serviço.

(*) Apud A.M. de Castro. Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 210/214.

A N E X O VIII

DAS FINALIDADES DO I.T.A. (*)

- a) Realizar estudos, trabalhos e pesquisas de caráter experimental no campo da ciência da alimentação e nutrição;
- b) Procurar resolver cientificamente problemas de alimentação para cuja solução lhe seja solicitado o concurso por parte dos poderes públicos, empresas industriais ou particulares;
- c) Dar assistência técnica às indústrias de alimentos, promovendo a aplicação, no campo industrial, das modernas aquisições da ciência de nutrição;
- d) Trabalhar no sentido de serem estabelecidos padrões racionais e especificações científicas para alimentos produzidos no Brasil;
- e) Proporcionar, na medida de suas possibilidades, estímulo, amparo e recursos materiais a toda e qualquer iniciativa pública ou particular que vise melhorar o padrão alimentar do povo brasileiro;
- f) Difundir e divulgar os conhecimentos básicos da higiene alimentar no sentido de desenvolver uma sadia educação dos hábitos alimentares do país.

Em seus laboratórios, o I.T.A. se propunha a efetuar ensaios de rotina comuns na produção de alimentos, bem como pesquisas científicas concernentes a este ramo industrial como:

- a) Desidratação e compressão de alimentos. Contrôlê das substân

- cias nutritivas, sujeitas a perda nos processos utilizados;
- b) Enriquecimento de produtos alimentares por vitaminização e mineralização. Irradiação com o fim de ativar esteróis (pro vitamina D);
 - c) Preservação, conservação e acondicionamento de produtos alimentares;
 - d) Análise química de alimentos Ensaio de digestibilidade;
 - e) Determinação química de vitaminas. Ensaio biológico empregando animais de biotério próprio;
 - f) Estudos de nutrição e propriedades nutritivas de alimentos;
 - g) Estudo e planejamento de novas fórmulas de alimentos. Processos de fabricação;
 - h) Aproveitamento de sub-produtos e resíduos da indústria alimentar. Correção e balanceamento por meio de outros alimentos. Transformação em matérias-primas para a indústria em geral;
 - i) Estudos de sub-produtos da indústria alimentar que possam ser utilizados como forragem para o gado;
 - j) Orientação sobre indústrias alimentares, especialmente sobre as indústrias de hidratos de carbono, de óleos e gorduras, de fermentação e de conservas.

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 135/136.

A N E X O IX

Decreto-Lei nº 7.328 de 17 de fevereiro de 1945. (*)

Cria, no Conselho Federal de Comércio Exterior,
a Comissão Nacional de Alimentação.

O Presidente da República, usando da atribuição que
lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1º - Fica criada, no Conselho Federal de Comércio Exterior, a Comissão Nacional de Alimentação, destinada ao estudo de todos os assuntos que se prendem à alimentação da população brasileira.

Art. 2º - Essa Comissão, que será presidida pelo Diretor Geral do Conselho, compor-se-á de seis especialistas designados por decreto do Presidente da República, cabendo ao Diretor Geral encaminhar a indicação de nomes.

§ 1º - O mandato dos Membros da Comissão será anual, podendo ser renovado.

§ 2º - A função de Membros da Comissão não será remunerada, constituindo, porém, serviço relevante de interesse público.

§ 3º - Considerar-se-á resignatário o Membro da Comissão que, sem causa justificada, faltar a três reuniões consecutivas.

§ 4º - A Comissão disporá de um secretário, que terá direito a uma gratificação de função de Cr\$ 450,00 mensais.

Art. 3º - Deverão fazer parte da Comissão Nacional de Alimentação técnicos escolhidos nas repartições especializadas dos Ministérios da Educação, do Trabalho, Indústria e Comércio e da Agricultura, e dos serviços militares de Intendência.

Art. 4º - Sempre que houver necessidade, a Comissão poderá pedir a presença, às suas sessões, de diretores de serviços de alimentação, para que a sua atividade se caracterize como função realmente de coordenação de todos os esforços e trabalhos tendentes à melhoria de nosso padrão alimentar.

Art. 5º - Caberá a C.N.A. :

- a) Estudar e propor as normas de política nacional de alimentação;
- b) Estudar o estado de nutrição e os hábitos alimentares da população brasileira, considerando o respectivo padrão de vida;
- c) Acompanhar e estimular as pesquisas relativas às questões e problemas de alimentação, propondo os auxílios que julgar necessários, ou convenientes;
- d) Trabalhar pela correção de defeitos e deficiências da dieta brasileira estimulando e acompanhando as devidas campanhas educativas.

Art. 6º - Caberá ainda a C.N.A. :

- 1) Concorrer para o desenvolvimento da indústria de desidratação dos alimentos no Brasil;

- 2) Acompanhar a montagem de fábricas de desidratação, para que se tornem efetivas as garantias de zona de abastecimento e não seja prejudicado o consumo de mercadorias;
- 3) Opinar sobre os projetos para a instalação de fábricas de desidratação, tendo em vista a localização da indústria, os processos que vão ser usados e os tipos de produto que tenciona fabricar;
- 4) Promover todo auxílio à implantação dessa indústria, propondo subvenções ou assistência às pesquisas e trabalhos de ordem técnica;
- 5) Superintender os trabalhos de divulgação dos processos de aproveitamento dos produtos desidratados, principalmente destinados ao uso dos internatos, asilos, hotéis e cozinhas coletivas em geral;
- 6) Solicitar todas as prioridades possíveis para a obtenção dos trabalhos materiais indispensáveis à construção de usinas, assim como para o transporte das matérias primas indispensáveis e dos produtos elaborados;
- 7) Estabelecer a especificação exigida para dado tipo de alimento, a fim de que a indústria se mantenha num alto nível técnico;
- 8) Pleitear os favores alfandegários que considere necessário à implantação, ou desenvolvimento, da indústria de desidratação de alimentos.

Art. 7º - O presente Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 139/141.

A N E X O X

Das finalidades do Instituto de Nutrição (*)

- a) realizar investigações de natureza biológica e de natureza econômico-social acerca do problema da alimentação humana ao nosso meio;
- b) realizar pesquisas e ensaios tecnológicos que conduzam à melhoria das condições de produção dos alimentos usuais;
- c) formar técnicos especializados nos problemas de alimentação e nutrição e difundir os conhecimentos de higiene alimentar através dos diferentes recursos educacionais.
- d) proceder estudos que venham permitir o conhecimento perfeito das afecções patológicas resultantes das falhas, das deficiências e dos desequilíbrios da alimentação e da nutrição dos brasileiros;
- e) aplicar os conhecimentos da ciência da nutrição ao tratamento de doentes, desenvolvendo entre nós as bases científicas da dietética e da dietoterapia.

Da organização:

- I - Secção de Pesquisas Biológicas
- II - Secção de Pesquisas Sociais
- III - Secção de Educação Alimentar
- IV - Secção de Patologia da Nutrição.

Da competência das diferentes Secções:

Compete à Secção de Pesquisas Biológicas proceder em seus la-

boratórios investigações científicas de:

- a) tecnologia alimentar;
- b) fisiologia de nutrição;
- c) vitaminologia;
- d) agrologia.

Compete à Secção de Pesquisas Sociais:

- a) realizar inquéritos acerca das condições de vida e suas co nexões com a alimentação das coletividades tanto no que diz respeito aos seus hábitos alimentares, como ao seu estado de nutrição;
- b) coletar dados censitários que permitam o conhecimento exato dos recursos e disponibilidades alimentares regionais;
- c) realizar estudos acerca dos planos de racionalização da ali mentação.

Compete à Secção de Educação Alimentar organizar e realizar cur sos e divulgar pelos diferentes meios os conhecimentos da ciên cia da Nutrição.

Parágrafo Único - Os cursos a serem ministrados no Instituto Nacional de Nutrição serão de três categorias:

- Cursos de divulgação popular para a difusão entre o povo dos conhecimentos fundamentais de higiene alimentar;
- Cursos regulares para a formação de especialistas: médi- cos nutrólogos e nutricionistas ou dietistas;
- Cursos de extensão universitária sobre matérias avulsas

que façam parte dos conhecimentos da ciência da nutrição.

A Secção de Patologia de Nutrição compete:

- a) orientar e realizar estudos e pesquisas acerca da repercussão dos hábitos alimentares sobre a saúde dos indivíduos;
- b) aplicar os conhecimentos da ciência da alimentação para a correção dos seus desvios.

Para desempenho dessas finalidades deverá a Secção abranger um ambulatório de nutrição, uma enfermaria ou hospital de nutrição, uma cozinha dietética e um laboratório clínico especializado.

(*) Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), págs. 150/152.

A N E X O XI

Portaria nº 156 de 18 de novembro de 1943 (*)

Regula a organização e funcionamento dos Postos de Emergência, para venda no D.F. de gêneros alimentícios e tecidos populares ao público.

O Coordenador da Mobilização Econômica, usando das atribuições que lhe confere o decreto-lei nº 4.750, de 28 de setembro de 1942 e devidamente autorizado pelo Sr. Presidente da República, resolve:

- I - Encarregar o SAPS, de gerir, além dos que atualmente mantém, trinta (30) Postos de Emergência para venda ao público de gêneros alimentícios e tecidos populares.
- II - Encarregar a Prefeitura do D.F. de, em seus próprios, adaptar ou construir, e instalar convenientemente, de acordo com os projetos e especificações que serão aprovados por esta Coordenação, os Postos de Emergência a que se refere o item anterior, os quais serão instalados em todo o país, por tôdas as cidades, inclusive subúrbios, em postos acessíveis ao público.
- III - Determinar seja concedida absoluta prioridade de transportes a todos os despachos feitos para o SAPS, seja diretamente ou mediante endosso dos respectivos conhecimentos.
- IV - Determinar que o SAPS, até o dia 10 de cada mês, apresente circunstanciado relatório à Coordenação da Mobiliza -

ção Econômica, por intermédio do Setor de Abastecimento, sobre as atividades do mês anterior, incluindo, entre os dados:

- a) relação das compras efetuadas, respectivas quantidades e custos;
- b) estatísticas das vendas efetuadas, para cada artigo, separadamente as feitas aos associados da Previdência Social, na forma do Decreto-lei nº 4.859, de 21/10/1942, e ao público geral;
- c) estatísticas dos gastos feitos, por espécie e postos.

V - O Setor de abastecimento, nos estudos sobre preços, levará em conta as percentagens de despesas obtidas pelos dados citados no item "IV".

(a) João Alberto

(*)Apud A.M. de Castro, Nutrição e Desenvolvimento: análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/U.F.R.J., 1977 (mimeo), pág. 205.

A N E X O XII

O que é o PRONAN: diretrizes e linhas de ação(*)

O INAN

O Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, Autarquia Pública Federal vinculada ao Ministério da Saúde, foi criado através da Lei nº 5.829, de 30 de novembro de 1972, com o objetivo de promover e organizar as atividades de assistência nutricional dirigidas ao atendimento das camadas menos assistidas da população brasileira.

Para tanto, foram conferidas ao INAN atribuições no tocante à responsabilidade de assistir o Governo na formulação da política nacional de alimentação e nutrição, elaborar e promover a execução e o controle do programa nacional específico, funcionando como órgão central das atividades na área referida.

O PRONAN

Através do Decreto nº 77.116, de 6 de fevereiro de 1976, foi aprovado o II PRONAN, elaborado em conjunto pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN e o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA, instrumento de aperfeiçoamento, em âmbito nacional, das atividades de alimentação e nutrição a cargo do Governo, objetivando o equacionamento do grave problema da desnutrição no País. O PRONAN é integrado pelo conjunto de diretrizes básicas de orientação setorial e de ações programáticas para o quadriênio 1976/79.

Diretrizes

São as seguintes as diretrizes consubstanciadas no PRONAN:

1 - a racionalização da assistência e da educação na área da alimentação e da nutrição;

2 - estímulo à produção, armazenagem, transporte e comercialização de alimentos básicos necessários aos programas oficiais de suplementação alimentar, mediante, especialmente, concessão de incentivos financeiros, fiscais e de mercado aos pequenos produtores cooperativados;

3 - o combate a carências nutricionais, sobretudo através de medidas preventivas;

4 - o incentivo a estudos e pesquisas para melhoria dos padrões e das condições de alimentação e nutrição;

5 - o apoio à capacitação de recursos humanos para os serviços técnicos referentes à alimentação e à nutrição;

6 - a expansão do sistema de alimentação do trabalhador, através de concessão de financiamentos e de incentivos às empresas e instituições civis de empregado e empregadores;

7 - a organização de sistema integrado de aquisição, armazenamento e distribuição de alimentos destinados aos programas de suplementação alimentar.

As diretrizes do PRONAN foram estabelecidas a partir da óptica de que as medidas de desenvolvimento social não se devem restringir a uma área estanque e residual, onde apenas se trataria de minorar os danos que, muitas vezes, decorrem do livre curso do processo de crescimento econômico.

Linhas de Ação

O PRONAN se propõe a atuar conjugada e simultâneamente em três grandes linhas de ação:

1 - Suplementação Alimentar, que é oferecida a três camadas distintas da população, constituindo-se no seu todo em assistência familiar, através dos seguintes programas:

1.1 - Programa de Nutrição em Saúde (PNS) executado sob a responsabilidade direta do INAN mediante convênios celebrados com as secretarias de saúde estaduais. Contempla os grupos vulneráveis da população - gestantes, nutrízes e crianças de 0 a 6 anos - os mesmos beneficiários das ações do Programa Materno-Infantil. Atua em todas as unidades da Federação;

1.1.1 - Programa de Complementação Alimentar (PCA) executado pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), da Previdência Social, nas áreas metropolitanas, incluindo o Distrito Federal. Deste Programa foram excluídas as áreas do Norte e Nordeste;

1.2 - Programa de Alimentação ao Escolar, executado pela Companhia Nacional de Alimentação Escolar, do Ministério da Educação e Cultura. Constituindo-se na "Merenda Escolar";

1.3 - Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), executado pelo Ministério do Trabalho juntamente com as empresas que poderão deduzir até 5% do lucro tributável, para fins do imposto sobre a renda, o dobro das despesas realizadas para fornecimento de refeição aos seus trabalhadores.

2 - Racionalização dos Sistemas de Produção de Alimentos, com ênfase no estímulo ao pequeno produtor, consta de

vários programas que têm em vista a melhoria do estado nutricional, o aumento da produtividade e a elevação da renda do homem do campo.

Para atingir estes objetivos são desenvolvidas as seguintes ações: aquisição de alimentos básicos aos pequenos produtores; abastecimento aos programas de suplementação alimentar; desenvolvimento do sistema de abastecimento alimentar às populações de baixa renda; fortalecimento de cooperativas de produtores e da infraestrutura de beneficiamento, conservação, armazenamento e comercialização de alimentos básicos e, desenvolvimento de sistema de acompanhamento dos preços dos alimentos básicos nas áreas produtoras e nos níveis de atacado e varejo, com vistas ao seu controle.

A execução destas ações está a cargo dos seguintes órgãos: Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN; Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL; Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC; Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER; Comissão de Financiamento da Produção - CFP e Companhia Brasileira de Armazenamento - CIBRAZEN.

A segunda linha do PRONAN, contempla, portanto, quatro fases distintas - produção, aquisição, comercialização e abastecimento - através da execução de projetos específicos, tais como:

2.1 - Projeto de Produção de Alimentos e Nutrição em Áreas Rurais de Baixa Renda do Nordeste;

2.2 - Projeto Experimental de Aquisição de Alimentos Básicos em Áreas Rurais de Baixa renda;

2.3 - Projeto de Comercialização de Alimentos Básicos

cos em Áreas Rurais de Baixa Renda;

2.4 - Projeto de Abastecimento de Alimentos em Áreas de Baixa renda.

3 - Atividades de Complementação e Apoio, englobando ações de:

3.1 - Combate às carências nutricionais específicas com as de: Ferro, vitamina A, Flúor e iodo, através do enriquecimento de alimentos;

3.2 - Desenvolvimento de tecnologia de alimentos' abaixo do custo com adequado valor nutricional e incentivos à sua industrialização e consumo;

3.3 - Estudos e pesquisas em alimentação e nutrição,

3.4 - Capacidade de recursos humanos.

Atuação do INAN

Agindo como executor do PRONAN e operando através de grupos sistêmicos organizados sob o enfoque dos princípios de gerência por objetivos, o INAN localiza-se como centro de um sistema de coordenação que têm nos órgãos executores de atividades ligadas direta ou indiretamente ao campo de alimentação e nutrição, seus subsistemas componentes.

Desta forma, as atividades do INAN, que possuem características multisetoriais, desenvolvem-se em estreita articulação inter-institucional, permitindo o estabelecimento das condições, necessárias de apoio à viabilização dos objetivos estratégicos do PRONAN"

(*) PROSPECTO BINÔMIO PRONAN/INAN - Ministério da Saúde. INAN - Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, M.H.T. de - Estado e Classes trabalhadoras no Brasil (1930/1945). Tese de Doutorado, USP, 1978.
- ARAÚJO, O.E. de - Padrões de Vida dos Operários em São Paulo. O Observador, out./41.
- ARRUDA, B.K.G. de - Ação Interinstitucional e Intersectorial do PRONAN - Mecanismos de Aperfeiçoamento. VI Conferência Nacional de Saúde, Brasília, 03/08/77 (Mimeo)
- ARRUDA, B.K.G. de - População e Alimentação. Conferência Proferida no Ciclo de Extensão da ESG, R.J., 09/06/78 (Mimeo).
- ARRUDA, B.K.G. de - Reflexões sobre a Política Alimentar e Nutricional. Pronunciamento Proferido na Sessão Plenária sobre Planejamento e Implementação de Políticas e Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição no XI Congresso Internacional de Nutrição, R.J., 28/08/78.
- BASBAUM, L. - História Sincera da República - de 1889 a 1930. Ed. Alfa-Omega, vol. 2, S.P., 1975/76.
- BELLUZO, L.G. de M. - Um Estudo sobre a Contribuição à Crítica da Economia Política. Tese de Doutorado, DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo); Campinas, 1975.
- BEZERRA, J.J. - O Plano SALTE - setor alimentos. Imprensa Nacional, 1948.

- BOIANOVSKY, D. - Crîtérios e Prioridades para a Seleção de Pesquisas Sociais e Econômicas Aplicadas à Nutrição (mimeo)
- BULHÕES, O.G. de - À Margem de um Relatório. Ed. Financeira. R. J., 1950.
- CAMPINO, A.C.C. - Pesquisa Sócio-Econômica Aplicada à Nutrição: uma proposição de temas (mimeo).
- CANO, W. E CINTRA, L.C. - Algumas Medidas de Política Econômica Relacioandas à Industrialização Brasileira (1874/1970). DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo).
- CANO, W. - Alguns Aspectos de Concentração Industrial em Formação Econômica do Brasil - a experiência da Industrialização. Ed. Saraiva, Série ANPEC - Leituras de Economia, S.P., 1978.
- CARDOSO DE MELLO, J.M. - O Capitalismo Tardio (Contribuição à revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira), Tese de Doutorado, DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo), Campinas, 1975.
- CASTRO, A.M. de - Nutrição e desenvolvimento - a análise de uma política. Tese de Livre Docência, Instituto de Nutrição/Centro de Ciências da Saúde/UFRJ, R.J., 1977.
- CASTRO, J. de - As Condições de vida das classes operárias no Recife: estudo econômico de sua alimentação, Rev. Arq. Mun. S.P., 2(18), S.P. nov.-dez./35.

CASTRO, J. - Geografia da Fome. Ed. Gráfica O Cruzeiro, R.J., 1948.

CASTRO, J. - Geopolítica da fome; ensaios sobre os problemas de alimentação e da população do mundo. Casa do Estudante do Brasil, R.J., 1955.

CASTRO, A.B. de - Sete Ensaio sobre a Economia Brasileira. Ed. Forense.

CEBRAP - São Paulo, 1975. Crescimento e pobreza. Ed. Loyola, São Paulo, 1976.

CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DE SAÚDE - Programas de Nutrição e Saúde Pública. Saúde em Debate/Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, ag./1978.

COELHO, H. de A.L. - Estado nutricional e condições socio-econômicas. Tese de Mestrado, Instituto de Nutrição da UFPe, RECIFE, 1975.

COSTA, R.M.B. e outros - Levantamento do estado nutricional em idade pré-escolar, Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1970 (mimeo).

DA SILVA, L.M. - Desnutrição e Estrutura Social Brasileira - um ensaio de interpretação. Tese de Doutorado, Deptº de Med. Prev. da Fac. de Med. da USP, S.P., 1979.

Das Finalidades do Instituto Técnico de Alimentação (mimeo).

Das Finalidades do Instituto de Nutrição (mimeo).

DAVIS, H.B. - Padrão de vida dos operários da cidade de São Paulo, Rev. Arq. Mun. S.P., 2(13), S.P., jan./35.

Decreto-Lei nº 1238 - de 2 de maio de 1939 dispõe sobre a instalação de refeitórios e a criação de cursos de aperfeiçoamento profissional para trabalhadores.

Decreto-Lei nº 2478 - de 5 de agosto de 1940 cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Decreto-Lei nº 2988 - de 27 de janeiro de 1941 reorganiza o Serviço de Alimentação da Previdência Social.

Decreto-Lei nº 4859 - de 21 de outubro de 1942 cria uma Seção de Subsistência no Serviço de Alimentação da Previdência Social e dá outras providências.

Decreto-Lei nº 7328 - de 17 de fevereiro de 1945 cria a Comissão Nacional de Alimentação no Conselho Federal de Comércio Exterior.

DOCUMENTAÇÃO FINEP - Sugestões para a participação da FINEP na política de nutrição no país (mimeo).

Estatuto da Sociedade Brasileira de Alimentação, cap. I.

FILHO, M.B. e outros - Centro de Educação e Recuperação Nutricional. Separata da revista, O Hospital, vol. 17, nº2, R.J., fev./1970.

FINEP - Segundo Relatório de Atividades do Grupo de Pesquisa de Ciências Sociais em Nutrição. FINEP, R.J., 1978.

FOLHA DE SÃO PAULO, S.P., 26/03/77.

FREIRE, G. - O velho Boas e eu (2). A Folha de São Paulo, S.P., outubro.

FSESP - Índice da Legislação Sanitária Federal - 1889/59. R.J., 1964.

FUNDAÇÃO, L.B.A - Relatório Geral. Ministério da Previdência e Assistência Social, 1977 (mimeo).

GODELIER, M. - Racionalidade e irracionalidade na economia. Ed. Tempos Brasileiros, Biblioteca Tempo Universitário nº 9, R.J.

GOLDMANN, L. Ciências humanas e filosofia. Ed. Difel, R.J., S.P., 1978.

HOMEM DE MELLO, F.B. - A Economia Política dos Preços de Alimentos. IPE/USP, S.P., ago./79.

IANNI, O. - O Estado e Planejamento Econômico no Brasil: 1930/70. Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1977.

IANNI, O. - O colapso do populismo no Brasil. Ed. Civilização Brasileira, R.J., 1978.

INAN-IPEA - PROJETO: Plano Nacional de Alimentação e Nutrição.
Brasília, julho/1975 (mimeo).

INAN/PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição -
PRONAN, 1976-79. Documento Técnico, INAN-06/76 (mi-
meo).

INAN/PRONAN - Relatório Quadrienal - 1975/1978, Área: Alimen-
tação e Nutrição. Documento Técnico 16/78, Brasília ,
maio/1978 (mimeo).

INSTITUTO DE NUTRIÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO -
Avaliação do Estado Nutricional. Boletim do Instituto
de Nutrição da UFPe, vol. 1, nº 1, Recife, 1973 (mi-
meo).

INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE ALIMENTOS - Nutrição: Política e
Planejamento (mimeo).

JORNAL DO BRASIL, R.J., 13/07/1972.

JORNAL DO BRASIL, R.J., 06/12/1972.

KRAKOVETSKY, B. - A carestia de vida no Brasil. Ed. Casa do Es-
tudante do Brasil.

LAFER, B.M. - O Planejamento no Brasil. Ed. Perspectiva.

LESSA, C. - Quinze anos de política econômica. UNICAMP/BRASI -
LIENSE, Cadernos do IFCH, n) 4, 1975.

- LESSA, C. - A administração da crise. Cadernos de Economia Brasileira, Cooperativa - Deptº Científico - G.A. Economia, UFRJ, R.J., maio/80.
- LESSA, C. - A Estratégia de Desenvolvimento 1974-76 - Sonho e Fracasso. Tese de Titular, FEA/UFRJ, R.J., 1978.
- LIMA, M. de A.E. - Experiência do Brasil: O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição - II PRONAN. XI Congresso Internacional de Nutrição: Sessão Plenária: Planejamento e Implementação de Políticas Nacionais de Alimentação e Nutrição (mimeo).
- LINHARES, M.Y.L. e SILVA, F.C.T. do - História do Abastecimento (1918-1974). Coleção Estudos sobre o Desenvolvimento Agrícola, nº 6, Ministério da Agric./Bibl.Nac. de Agric.
- LOWRIE, S.M. - Pesquisa de padrão de vida das famílias dos operários da limpeza pública das municipalidades de São Paulo. Rev. Arq. Mun. S.P., vol. 51 a 54, S.P., 1938/39.
- MALAN, P.S. e outros - Política econômica externa e industrialização no Brasil (1939/52). IPEA/INPES, R.J., 1980.
- MARX, K. e ENGELS, F. - A ideologia alemã. Ed. Presença/Martins Fontes, Portugal/Brasil, 3a. ed., vol. 1.

MENDONÇA DE BARROS, J.R. e outros - A Evolução Recente da Agricultura Brasileira (mimeo).

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO - Alguns aspectos do salário mínimo no Brasil, R.J., 1946 (mimeo).

MIRANDA, J.C.R. - O Plano Trienal - o canto do cisne do nacional - desenvolvimentismo. Dissertação de Mestrado, DEPE/IFCH/UNICAMP, S.P., 1979.

MIRANDA, P.S.C. - A desnutrição na clientela dos centros de saúde do Vale do Jequitinhonha (mimeo).

MONTEIRO, C.A. - A destruição e o planejamento econômico-social. Revista Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (CEBES)/Saúde em Debate, nº 3 (mimeo).

NOVAES, H.M.D. - A puericultura em questão. Dissertação de Mestrado (mimeo), Medicina/USP, S.P., 1979.

O MOVIMENTO, S.P., 09/02/76.

PENA, M.V.j. - Saúde nos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Rev. Dados (16), 1072.

PONTUAL, R. - "Racionalidad formal versus racionalidad substantiva en el processo de planificacion del desarrollo urbano". "Sociedad Mexicana de Planificacion" e "Sociedad Interamericana de Planificacion" (mimeo).

PORTARIA nº 156 - de 18 de novembro de 1943 regula a organiza-

ção e funcionamento dos Postos de Emergência, para venda no D.F. de gêneros alimentícios e tecidos populares do público.

POULANTZAS, N. - As classes sociais no capitalismo de hoje. Ed. Zahar, R.J., 1978.

PROSPECTO BINÔMIO INAN/PRONAN - Ministério da Saúde/Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição.

RECALDE, F. - "Marco conceptual para el establecimiento de políticas nacionales de alimentacion y nutricion en América Latina". Oficial Regional de Nutrición de la FAO para América Latina (Santiago de Chile") (mimeo).

Regulamento do Serviço Técnico da Alimentação Nacional - Caps. I, II, III e IV) aprovado pelo Coordenador da Mobilização Econômica em Janeiro de 1943 (mimeo).

REIS, O.G. - Papel da Soja nos Programas Nacionais de Alimentação e Nutrição (mimeo).

Relatório Final do Grupo de Pesquisa de Ciências Sociais em Nutrição. FINEP/IBGE/INAN, R.J., set./80, vol. III.

Revista Brasileira de Economia - Setor Agrícola, 1/79 (mimeo).

RIBEIRO, A.C.T. e outros - Campanhas Sanitárias e sua Institucionalização. FIOCRUZ/FINEP/PESES (mimeo), R.J., 1979.

ROBINS, L. - "An essay on the nature and significance of economic science". Mc Millan, Londres, 1932.

RODRIGUES, L.M. - Sindicalismo e Sociedade. Difusão Européia do Livro.

ROSEMBERG, E.R. e outros - Nutrição humana: um enfoque multidisciplinar. Departamento de Economia/UnB, Brasília, 1975 (mimeo).

Segundo Relatório de Atividades do Grupo de Pesquisas de Ciências Sociais em Nutrição - FINEP, R.J., 1978.

SILVA, Liana M.L.A. da - No limiar da industrialização (Estado e Acumulação de Capital), 1919/1937). Tese de Doutorado, DEPE/IFCH/UNICAMP (mimeo), Campinas, 1976.

SIMÃO, A. - Sindicato e Estado. Dominus, S.P., 1976.

SKIDMORE, T. - Brasil: De Getúlio a Castelo Branco (1930/1964), Ed. Paz e Terra.

SOUZA, G.H. de e outros - Inquérito sobre alimentação popular em um bairro de São Paulo, Rev. Arq. Mun. S.P., 2 (17), S.P., out./35.

SOUZA, P.R. - Salário e mão-de-obra excedente, VI Encontro Nacional de Economia - ANPEC, vol. 1, II.1.

SUNKEL, O. - O marco histórico do processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento, Ed. Beta Ltda, R.J., 1977.

- TAVARES, M. da C. - Da Substituição de importações ao capitalismo financeiro. Ed. Zahar, R.J., 1975.
- TAVARES, M. da C. - Ciclo e crise - o movimento recente da industrialização brasileira, Tese de Titular, FEA/UFRJ, R.J., 1978 (mimeo).
- TOLIPAN, R. e TINELLI, A.C. (org.) - A controvérsia sobre a distribuição de renda e desenvolvimento, Zahar, R.J., 1975.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO/SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO - Centro de Educação e Recuperação Nutricional. UFPe/Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, Pernambuco, Junho/1970 (mimeo).
- VARSAVSKY, O. - "Racionalidad y visibilidad". Estilos Tecnológicos (mimeo).
- WEFFORT, F.C. - Autoritarismo e democratização. Rev. Civilização Brasileira, nº 7, maio/1966 (mimeo).
- WEFFORT, F.C. - O Populismo na Política Brasileira. (mimeo).
- WIRTH, J. - A Política de desenvolvimento na era de Vargas. FGV, 1973.